

# 2019

## Pillar 3 Disciplina De Mercado

### Santander Totta

---

Abril, 2020



*Esta página foi deixada em branco intencionalmente*

# Índice

NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
1. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	6
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO .....	7
1. <i>Âmbito de Aplicação do presente documento</i> .....	7
2. <i>Objetivos e Políticas em matéria de gestão de risco:</i> .....	8
3. ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS E RÁCIO DE ALAVANCAGEM.....	31
1. <i>Adequação de capitais</i> .....	32
2. <i>Rácio de Alavancagem</i> .....	41
4. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE E RISCO DE AJUSTAMENTO DA AVALIAÇÃO DE CRÉDITO .....	43
1. <i>Informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de crédito de contraparte</i> .....	43
2. <i>Modelo “Risco de Crédito de Contraparte”</i> .....	45
3. <i>Modelo “Risco de Ajustamento da Avaliação de Crédito”</i> .....	47
5. RISCO DE CRÉDITO .....	48
5.1. Aspectos Gerais.....	48
1. <i>Informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de crédito</i> .....	48
2. <i>Modelo “Posições em Risco”</i> .....	59
3. <i>Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”</i> .....	60
4. <i>Modelo “Distribuição Sectorial das Posições em Risco”</i> .....	60
5. <i>Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objeto de Imparidade”</i> .....	62
6. <i>Modelo “Correções de Valor e Provisões”</i> .....	62
7. <i>Modelo “Prazo de Vencimento Residual”</i> .....	63
5.2. Método Padrão .....	64
1. <i>Informações de natureza qualitativa, relativas ao risco de crédito para efeito do Método Padrão</i> ....	64
2. <i>Modelo “Método Padrão”</i> .....	65
5.3. Método das Notações Internas.....	66
1. <i>Informações de natureza qualitativa relativas ao risco de crédito para efeito do Método das Notações Internas</i> .....	66
2. <i>Modelo “Método das Notações Internas”</i> .....	97
3. <i>Análise de Perdas</i> .....	100
6. TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO .....	105
1. <i>Informações de natureza qualitativa relativa a técnicas de redução do risco de crédito</i> .....	105
2. <i>Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método Padrão”</i> .....	109
3. <i>Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método das Notações Internas”</i> .....	110
4. <i>Modelo “Análise de Concentração – Proteção Pessoal e Real do Crédito”</i> .....	111
7. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO.....	112
1. <i>Informações de natureza qualitativa relativas às Operações de Titularização</i> .....	112
2. <i>Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Método Padrão”</i> .....	115
3. <i>Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Método das Notações Internas”</i> .....	115

4.	<i>Informações de natureza qualitativa relativas às Operações de Titularização</i> .....	<b>118</b>
8.	RISCO DE MERCADO - TOTAL .....	119
1.	<i>Informações de natureza qualitativa relativamente aos riscos assumidos na carteira de negociação</i> <b>119</b>	
2.	<i>Modelo "Requisitos de Fundos Próprios por Risco de Mercado Total"</i> .....	<b>120</b>
9.	RISCOS CAMBIAL E DE MERCADORIAS DAS CARTEIRAS BANCÁRIA E DE NEGOCIAÇÃO .....	121
1.	<i>Informações de natureza qualitativa relativamente aos riscos cambial e de mercadorias</i> .....	<b>121</b>
10.	POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES DA CARTEIRA BANCÁRIA.....	123
1.	<i>Informações de natureza qualitativa relativamente às posições em risco de ações da carteira bancária</i> .....	<b>123</b>
2.	<i>Modelo "Posições em Risco sobre Ações (Carteira Bancária)"</i> .....	<b>124</b>
11.	RISCO OPERACIONAL .....	125
1.	<i>Informações de natureza qualitativa relativamente ao risco operacional</i> .....	<b>125</b>
2.	<i>Modelo "Risco Operacional"</i> .....	<b>130</b>
12.	ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS REQUISITOS DE CAPITAL .....	131
1.	<i>Informações de natureza qualitativa relativamente à sensibilidade ao risco de taxa de juro da carteira bancária</i> .....	<b>131</b>
2.	<i>Informações de natureza qualitativa relativas aos testes de esforço, para sensibilidade ao risco de taxa de juro da carteira bancária</i> .....	<b>136</b>
3.	<i>Modelo "Risco de Taxa de Juro (Carteira Bancária)"</i> .....	<b>138</b>
13.	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....	139
A.	<i>DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.</i> .....	<b>139</b>
B.	<i>DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A</i> <b>147</b>	
C.	<i>DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.</i> .....	<b>154</b>
ANEXO 1	.....	156
ANEXO 2	.....	158
ANEXO 3	.....	162
ANEXO 4	.....	166

# Nota Introdutória

Dentro do enquadramento regulamentar previsto no quadro legal de Basileia III, estabelecido através do Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) e da Diretiva 2013/36/EU (CRD IV), sobre os requisitos prudenciais das instituições de crédito, o Banco Santander Totta divulga o documento "Disciplina de Mercado" que recolhe os requerimentos de informação e transparência ao mercado.

A informação apresentada reporta-se ao final do exercício de 2019.

# 1. Declaração de Responsabilidade

O Santander Totta, SGPS S.A. declara:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a Instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento "Disciplina de Mercado" se refere.

Lisboa, 21 de abril de 2020

O Conselho de Administração

## 2. Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco

### 1. Âmbito de Aplicação do presente documento

#### 1.1. Designação da Instituição e perímetro de consolidação

Este documento aplica-se à atividade do perímetro consolidado do Santander Totta, SGPS.

#### 1.2. Perímetro de Consolidação Contabilístico

O perímetro consolidado IFRS do Santander Totta SGPS é o seguinte:

EMPRESA	% Participação	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA	100%	INTEGRAL
TOTTAURBE-EMP.ADMIN.E CONSTRUÇÕES,SA.	100%	INTEGRAL
TOTTA IRELAND,PLC	100%	INTEGRAL
TAXAGEST, S.G.P.S., S.A.	100%	INTEGRAL
SANTANDER TOTTA SEGUROS-COMP DE SEGUROS	100%	INTEGRAL
SANTANDER TOTTA, SGPS	100%	MATRIZ
UNICRE-Instituição Financeira de credito	22%	EQUIVALÊNCIA
HIPOTOTTA N.4 PLC/FTC	100%	INTEGRAL
HIPOTOTTA N.5 PLC/FTC	100%	INTEGRAL
Gamma STC	100%	GLOBAL
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA	49%	EQUIVALÊNCIA
AEGON SANTANDER PORTUGAL NAO VIDA	49%	EQUIVALÊNCIA
Atlantes Mortgage 1	100%	INTEGRAL
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliário	26%	EQUIVALÊNCIA
Popular Seguros	100%	INTEGRAL
NOVIMOVEST	100%	INTEGRAL

A destacar face a 2018 a conclusão do processo de liquidação da entidade Banif International Banking, Ltd (Bahamas), adquirida na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif e a conclusão do processo de liquidação da entidade PRIMESTAR, adquirida na sequência da aquisição do Banco Popular Portugal.

## 2. Objetivos e Políticas em matéria de gestão de risco:

---

### 2.1. Estratégias e processos de gestão de risco

Mediante a sua filosofia de riscos, o Banco Santander em Portugal, ou Santander Totta, ou Banco, facilita a implantação de uma cultura sólida de identificação, medição, análise, controlo e informação de riscos, e de tomada de decisões para a gestão, impulsionada desde o nível mais alto do Banco e implicando toda a organização, desde a Alta Direção até às áreas de Negócio tomadoras dos riscos.

A gestão de riscos rege-se de acordo com os seguintes princípios básicos:

- Cultura de Riscos:
- Envolvimento da Alta Direção: Conselho de Administração (CA), Comissão Executiva (CE), Comité de Riscos (CR), Comité Executivo de Riscos (CER) e Comité de Controlo de Riscos (CCR) e restantes Comités delegados pela CE ou pelo CER, encontram-se estruturados com a finalidade de tomar as decisões em matéria de riscos, sempre que necessário em coordenação com o Comité Executivo de Riscos do Grupo Santander. O Conselho de Administração e o Comité de Riscos executam também as funções de supervisão global sobre os riscos tomados;
- Independência de funções: o estabelecimento de funções separadas entre as áreas tomadoras de risco e as áreas de Riscos encarregadas da medição, análise, controlo e informação de riscos, garante a suficiente independência e autonomia para realizar um adequado controlo dos riscos. As decisões em todas as Comissões de Crédito são tomadas segundo o princípio de unanimidade dos membros presentes com direito a voto sendo que em caso de situações de divergências de opinião ou em que o parecer de Riscos seja desfavorável (veto de Riscos), a operação poderá ser recusada ou elevada a um Escalão Superior assegurando assim o contraste de opiniões, ao invés do que ocorreria com a atribuição de capacidades de decisão individuais.
- Definição de atribuições: cada uma das áreas tomadoras de risco e gestoras de riscos têm definido com clareza, os tipos de atividades, segmentos e riscos nos quais podem incorrer e decisões que possam tomar em matéria de riscos, segundo poderes delegados. Também deve estar definido como se contratam, gerem e onde se contabilizam as operações;

- Medição do risco: a medição do risco considera todas as posições de risco que se tomam em todo o perímetro de negócio e utiliza as medidas baseadas nos componentes e dimensões do risco, em todo o ciclo de vida do mesmo, para a gestão que em cada momento se leva a cabo. Esta visão integral entendida desde um ponto de vista qualitativo concretiza-se na utilização de uma série de medidas integradoras, de que se destacam duas: Consumo de Capital em Risco e RORAC;
- Limitação dos riscos: tem por objetivo limitar, de forma eficiente e compreensiva, os níveis máximos de risco que regem as distintas medidas de risco. As medidas proporcionam um conhecimento dos riscos em que se incorre e se conta com a infraestrutura necessária para a sua gestão, controlo e informação visando ainda garantir que não se incorrem em tipos de risco não desejados e que o consumo de capital em função do risco, as exposições e as perdas não superam, em nenhum caso, os níveis máximos aprovados;
- Estabelecimento de Modelos, Políticas e Procedimentos de riscos: Os Modelos, as Políticas e os Procedimentos de Riscos constituem o quadro normativo básico, articulado mediante circulares, quadros e normas operativas, através do qual se regulam as atividades e processos de riscos;
- Definição e avaliação de metodologias de riscos: as metodologias de riscos aportam as definições dos modelos internos de risco, aplicáveis, e portanto, utilizam medidas de risco, métodos de valorização de produtos, métodos de construção de curvas de taxas de juro e séries de dados de mercado, cálculos de consumo de capital em função do risco e outros métodos de análise de risco, assim como a respetiva calibração e contraste. As metodologias para avaliar os riscos são rigorosas, sistemáticas e estão sujeitas a validação.

São utilizados os seguintes modelos destinados ao cálculo dos requisitos de capital económico e regulamentar:

TIPOS DE RISCO	MODELOS
Crédito	Modelo IRB – Advanced / Standard
Mercado	Método Standard
Operacional	Método Standard
ALM	Método Standard
Negócio	Modelo baseado nos Gastos Gerais e Administrativos

## 2.2. Estrutura e organização

Por mandato do Conselho de Administração (CA), a Comissão Executiva (CE) é quem determina a estratégia corrente do Santander Totta.

O Comité de Riscos (CR) é um órgão delegado do CA destinado ao controlo efetivo dos riscos, assegurando o controlo da estratégia e apetência pelo risco e uma visão integral de todos os riscos financeiros e não financeiros. Em termos concretos destacam-se as seguintes competências:

1. Monitorizar a estratégia de risco e apetência pelo risco do Banco competindo-lhe, em concreto:
  - Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco e a estratégia de risco gerais, atuais e futuras, do Banco.
  - Auxiliar o órgão de administração na supervisão da execução da estratégia de risco e na conformidade das atividades sociais com a apetência de risco definida.
  - Participar na proposta de seleção, designação e/ou remoção do *Chief Risk Officer* (CRO), e participar na fixação dos seus objetivos e na avaliação anual do seu desempenho, nos termos constantes do *Group-Subsidiary Governance Model and Guidelines for Subsidiaries*, que implicam também a participação de estruturas do Grupo Santander.
  - Zelar pela independência e disponibilização dos meios materiais e humanos para o desempenho eficaz das funções do *Chief Risk Officer*.
  - Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração sobre a definição e avaliação das políticas de risco que afetam o Banco que devem incluir:
    - A identificação dos diferentes tipos de risco (operacionais, tecnológicos, financeiros, jurídicos e de reputação, entre outros) que o Banco enfrenta, inclusive, entre os riscos económicos e financeiros, passivos contingentes e outros, fora do balanço;
    - A definição dos limites e alertas de apetência de risco que o Banco considera aceitável;
    - As medidas previstas para reduzir o impacto dos riscos identificados, no caso em que se materializem;
    - Os sistemas de informação e de controlo interno utilizados para efetuar o seguimento desses riscos.
  - Analisar se as condições dos produtos e serviços oferecidos aos clientes têm em consideração o modelo de negócio e a estratégia de risco do Banco e apresentar ao órgão de administração um

plano de correção, quando dessa análise resulte que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos.

- Assegurar o desenvolvimento das políticas e estratégia de sustentabilidade e a implementação de códigos de conduta, sempre que estas competências não sejam exercidas por outro comité societário.
- Examinar se os incentivos estabelecidos na política de remuneração do Banco têm em consideração o risco, o capital, a liquidez e as expectativas quanto aos resultados, incluindo as datas das receitas.
- Efetuar uma revisão sistemática das exposições com os principais clientes, por setores económicos, zonas geográficas e tipos de risco.
- Conhecer e avaliar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhoria, evolução de projetos e qualquer outra atividade relevante relacionada com o controlo de riscos, incluindo a política sobre modelos internos de risco e a sua validação interna.
- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração em questões de Regulação e Supervisão, fiscalizando as declarações ou relatórios emitidos pelas entidades de supervisão.
- Rever os exercícios de planificação de capital.
- Analisar e validar a proposta de apetência de risco formulada pelo comité executivo competente, previamente à sua aprovação pelo Conselho de Administração.
- Receber periodicamente informação sobre a adequação do perfil de risco à apetência de risco autorizada, bem como informação periódica por parte dos responsáveis da área de riscos e de cumprimento e conduta.

2. O *Chief Risk Officer*, não obstante ser uma entidade independente e de reportar, periodicamente, ao Conselho de Administração, deve, no desempenho das suas funções, responder aos pedidos de informação e reportar ao Comité de Riscos, sempre que lhe for solicitado.

A referir que o Comité, através do seu presidente, apresenta regularmente um relatório sobre as suas atividades ao Conselho de Administração.

O CER – Comité Executivo de Riscos, com poderes delegados da Comissão Executiva, os quais pode delegar em órgãos de nível inferior, é o órgão máximo de decisão de riscos cabendo-lhe a gestão à exposição aos riscos de Crédito, Concentração e Contraparte. O CER é um órgão de decisão com as mais amplas

competências para decidir e aprovar sobre matérias dos referidos riscos. Em concreto destacam-se as seguintes competências:

- Propor a apetência de risco ao Conselho de Administração, com frequência mínima anual, contando com o parecer prévio do Comité de Riscos;
- Assegurar a conformidade das ações do Banco com a apetência de risco autorizada pelo Conselho de Administração;
- Propor os exercícios de Avaliação do Perfil de Riscos (RPA) ao Conselho de Administração;
- Gerir as exposições aos diversos clientes, sectores económicos, zonas geográficas e tipos de risco, contemplando, entre outras, as seguintes funções:
  - Aprovar/validar limites para a gestão de risco dentro da apetência definida;
  - Supervisionar a análise de qualificação creditícia interna e pré-classificação de clientes;
  - Decidir propostas de risco que superem a delegação de poderes de comités inferiores;
  - Aprovar ou validar propostas de limites de riscos de mercado, estruturais e de liquidez, incluindo limites intragrupo;
  - Aprovar os Planos Estratégicos Comerciais (PECs);
  - Aprovar vendas de carteiras ou cessão de operações;
  - Decidir propostas de aceitação de dações, de compras e vendas de imóveis e de realização de obras nos mesmos, desde que integradas no âmbito da Área de Recuperações e Desinvestimento;
  - Decidir todas as operações que abrangam a redução de juros, a redução de capital e a aceitação de dações em pagamento que ultrapassem os poderes delegados em outros Órgãos do Banco;
  - Rever periodicamente a qualidade de risco das carteiras e definir estratégias de atuação, nomeadamente em matéria de recuperação de crédito;
  - Aprovar a criação ou alteração de outros comités ou instâncias de decisão de nível inferior, os seus regulamentos e delegação de poderes;
- Aprovar o normativo de riscos, de acordo com o Modelo Normativo de Riscos, nomeadamente os Modelos e Políticas para a gestão e controlo de risco;
- Supervisionar e assegurar a existência e divulgação do Regulamento Geral de Crédito;
- Aprovar ferramentas de gestão e iniciativas de melhoria e acompanhar a Implementação de projetos e qualquer outra atividade relevante relacionada com a gestão de riscos;

- Rever, discutir, rejeitar, aprovar, modificar ou encaminhar os modelos mais relevantes do Grupo e respetiva documentação associada;
- Aprovar a política e a validação interna dos modelos metodológicos;
- Adotar medidas para o cumprimento de instruções ou recomendações das autoridades de supervisão e de reguladores, bem como de auditoria interna e externa;
- Prestar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e ao Comité de Riscos a informação e apoio necessários para o cumprimento das suas funções em matéria de gestão de riscos;
- Participar na Gestão do Capital;
- Delegar os seus poderes, total ou parcialmente, em outros comités ou pessoas nos termos do Modelo de Governo de Risco.

O Comité de Controlo de Riscos (CCR) é o órgão responsável pela supervisão e controlo de riscos, assegurando que os mesmos são geridos de acordo com o grau de apetência de risco aprovado pelo Conselho de Administração e garantindo em permanência uma visão integral dos riscos identificados no Marco Geral de Riscos, contemplando para tal a identificação e acompanhamento dos riscos, atuais e futuros, e o seu impacto no perfil de riscos do Grupo Santander em Portugal.

Em termos concretos destacam-se as seguintes competências:

- Auxiliar o Comité de Riscos na sua função de apoio e aconselhamento ao Conselho de Administração na definição e avaliação das políticas de riscos e na determinação da apetência de risco, atual e futura, e sobre a estratégia neste âmbito;
- Supervisionar a Avaliação do Perfil de Riscos (RPA);
- Realizar um acompanhamento integral e periódico de todos os riscos, verificando se o seu perfil se encontra dentro do estabelecido na apetência de risco aprovada pelo Conselho de Administração;
- Efetuar um controlo periódico independente das atividades de gestão de riscos que inclua:
  - Visão integral do perfil de risco do Banco;
  - Deteção e comunicação de alertas sobre riscos relevantes, bem como de possíveis incumprimentos ou outros aspetos significativos em matéria de riscos;
  - Monitorizar o cumprimento das políticas de riscos;
  - Monitorizar as métricas Volcker, supervisionar o cumprimento dos limites e deliberar sobre a adequabilidade dos limites estabelecidos;
  - Deliberar sobre o modelo de governance das métricas Volcker;

- Auxiliar o Comité de Riscos na sua função de apoio e aconselhamento ao Conselho de Administração na realização dos testes de esforço (Stress Tests), em particular na avaliação dos cenários e hipóteses a considerar nos referidos testes; avaliando os resultados destes e analisando as medidas propostas pela função de riscos como consequência desses mesmos resultados;
- Validar a informação de riscos que deve ser fornecida ao Comité de Riscos ou ao Conselho de Administração, quando assim requeira aquele Comité e sem prejuízo do acesso direto do CRO ao Conselho de Administração;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir as recomendações e indicações formuladas pelas autoridades supervisoras e pela função de auditoria interna;
- Prestar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e ao Comité de Riscos a informação e apoio necessários para o cumprimento das suas funções em matéria de supervisão de riscos;
- Delegar os seus poderes, total ou parcialmente, em outros Comités ou pessoas, nos termos do Modelo de Governo de Risco.

A Área de Riscos acumula as funções de medição e controlo destes riscos, assim como dos riscos de mercado, sendo também responsável, em coordenação com as áreas corporativas, pelo estabelecimento das políticas e procedimentos e metodologias de risco. A área de Riscos inclui ainda a responsabilidade pelo Controlo Interno, o cálculo da Imparidade e a definição de modelos de risco.

Os riscos são geridos através de Comités próprios com poderes delegados da CE, sendo exemplo o ALCO ou o Comité de Risco Operacional, direcionados para a gestão dos respetivos riscos.

### Políticas de Risco e risco de crédito

Os pilares nos quais se baseia a função de riscos no Grupo são sete:

1. Visão integral: No Banco Santander Portugal a gestão do risco realiza-se sob uma perspetiva integral, entendida como a compreensão dos riscos que afetam as atividades e sua consideração na determinação de estratégias, políticas e tomada de decisões, que se traduzem entre outras, na utilização para a gestão de medidas integradoras dos diferentes tipos de risco;
2. Função Global/Local: a visão do risco é global na sua conceção e local na sua execução. A função de riscos responde a princípios comuns e a critérios organizativos, partilhados pelas diferentes entidades

do Grupo. Como apoio para a realização das funções de riscos no âmbito local existem normas corporativas de riscos que atuam como guia no desempenho da função. Estas normas são os elementos centrais para comunicar às unidades locais os quadros de atuação definidos globalmente, e os critérios e políticas de atuação para cada uma das áreas de Riscos e estabelecem os standards de cumprimento do Grupo que devem ser transpostos para a normativa local e aplicados em todas as unidades do Grupo;

3. Segmentação: a segmentação dos riscos permite classificar o risco assumido pelo Grupo baseando-se em determinados critérios para realizar uma gestão eficiente, logrando os seguintes objetivos:

- Analisar o risco de modo diferente de acordo com a sua tipologia;
- Avaliar melhor os rendimentos e riscos do Grupo;
- Tomadas de decisões baseadas em informação mais adequada;
- Gerir os riscos de forma mais adequada.
- Analisar o risco de modo diferente de acordo com a sua tipologia;
- Avaliar melhor os rendimentos e riscos do Grupo;
- Gerir os riscos de forma mais adequada.

O Grupo definiu critérios de segmentação do risco de crédito com base nas disposições contidas nas Normas Internacionais de Informação Financeira, concretamente a NIC 14, a Circular 4/2017 do Banco de Espanha sobre "Normas de informação financeira pública e reservada e modelos de estados financeiros" e o documento de "Convergência internacional de medidas e normas de capital" do Comité de Supervisão Bancária de Basileia.

O Grupo também aplica processos para o tratamento do risco de crédito com clientes, diferenciando clientes encarteirados e standardizados. Por clientes encarteirados entende-se aqueles clientes a que internamente se afetou um analista de riscos e, pelo contrário, um cliente com tratamento standardizado é aquele que o Grupo considera não necessitar de uma tutela individual de um analista de riscos sendo-lhe dado um tratamento de gestão em massa ou massivo.

O Banco Santander em Portugal aplica os mesmos critérios do Grupo subordinado ao princípio de cumprimento da legislação portuguesa e das orientações recebidas da entidade reguladora (Banco de Portugal);

4. Ciclo de risco: com o objetivo de conseguir a otimização da relação risco, rentabilidade e a pró-atividade durante todo o ciclo creditício, diferenciam-se as fases de:

- Pré-venda: incluem as etapas de planificação e fixação de objetivos, análise e aprovação de novos produtos, estudo e classificação (de clientes e operações) e estabelecimento de limites;
  - Venda: compreende a fase de decisão;
  - Pós-venda: incluem os processos de seguimento, medição, controlo e gestão recuperatória.
5. Métricas: aspeto que se sumaria em cada um dos pontos e que têm por base a aplicação de modelos internos do risco de crédito;
6. Meios: para além das métricas, a função de riscos baseia-se em dois aspetos fundamentais:
- Tecnologia adequada, tanto em termos de dados como de ferramentas de exploração da informação e específicas de riscos;
  - Recursos humanos especializados, flexíveis e com alta capacidade analítica.
7. Independência: a função de risco é sempre independente do negócio, e a estrutura de decisão vigente exige a tomada de decisão em órgãos colegiais onde a responsabilidade da apresentação da proposta é da primeira linha de defesa e em que vigora o princípio da decisão por unanimidade.

## Risco de Mercado

A área de Riscos de Mercado é a responsável por identificar, medir, controlar, analisar e gerir os riscos de mercado, vigiando que os riscos assumidos coincidam com a apetência ao risco estabelecida pelo Conselho de Administração em coordenação com o Comité Executivo de Riscos do Grupo. A área de Riscos de Mercado está incumbida de consolidar as posições de risco de todo o perímetro de negócio sujeito a riscos de mercado, informando a Alta Direção, as áreas de Negócio e as entidades externas sobre a exposição aos riscos de mercado.

Também se realiza por parte desta área, a análise das propostas de limites, das tendências das posições de risco de mercado e dos resultados, etc.

Adicionalmente, outras políticas aplicáveis ao risco de mercado são:

- Garantir a fiabilidade dos preços de valorização das posições;

- Controlar o cumprimento dos limites e acompanhar a implementação de planos de ação em caso de excesso;
- Assegurar a razoabilidade das informações de VaR e resultados mediante a realização de análise de contraste das medidas de VaR.

Dentro das suas atribuições, a área de Riscos de Mercado (doravante apenas RM) também contempla, especificamente, o procedimento de controlo de produtos autorizados a partir da lista de produtos e prazos autorizados (APS). Esta lista é mantida por RM e contempla todos os produtos e subjacentes autorizados.

As posições de risco em função da sua natureza são coordenadas por áreas de Negócio diferentes dentro do Banco (Tesouraria e Financeira). A catalogação dentro de um tipo de intenção de risco ou outro não depende do tipo de instrumento e da finalidade com que são adquiridas:

- Carteira de negociação: sob este título é incluída a atividade de serviço financeiro a clientes. É constituída essencialmente por posições que procuram servir de contrapartida aos clientes na contratação de produtos como derivados e operações cambiais. O BST não utiliza operações de tesouraria proprietária, ou seja, posições próprias destinadas a beneficiar dos movimentos de mercado a curto prazo. Por definição, desde o ponto de vista de negócio e de riscos, todas as posições tomadas pela Área de Tesouraria são posições de negociação. A catalogação de posições como de investimento obedece exclusivamente a situações pontuais, por razão de normativa ou para evitar assimetrias entre resultados contabilísticos e de gestão;
- Gestão de balanço: os riscos de taxa de juro e de liquidez surgem em resultado dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e no repricing de ativos e passivos. Adicionalmente incluem-se neste ponto a tomada de posições em carteira pela Área Financeira para proteger a margem e a gestão ativa do risco de taxa de juro inerente ao balanço do Banco. Esta atividade é incluída no perímetro de seguimento do Comité de Ativos e Passivos (Comité ALCO);

## Risco Operacional

O Risco Operacional (doravante apenas RO) é definido como, "o risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Trata-se no geral, de eventos que têm uma origem puramente operativa, o que os diferencia dos riscos de mercado ou de crédito, embora também se incluam riscos externos, tais como catástrofes naturais.

O objetivo em matéria de controlo e gestão do RO assenta na identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação, e informação desse risco.

A prioridade é, portanto, identificar e eliminar focos de risco, independentemente de terem, ou não, produzido perdas. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do RO.

Para o cálculo de capital regulatório por RO, o Grupo considerou conveniente optar numa primeira fase pelo Método do Indicador Básico previsto no normativo de BIS II, tendo o Santander Totta sido autorizado a utilizar Método Standard a partir de 12/04/2012.

### **Risco de Taxa de Juro Estrutural**

O Banco realiza diversas análises para controlar o impacto das variações de taxa de juro (análise de sensibilidade da margem financeira, do valor patrimonial, análise do VaR, VaE, etc.).

Compete à Área de Gestão Financeira e de Capital a gestão do risco de taxa de juro estrutural com base nas decisões tomadas no Comité ALCO.

A gestão de ALM é independente das áreas Comerciais e de Tesouraria, tanto em gestão como em execução, e fica sujeita às decisões tomadas pelo Comité ALCO, no qual participam os órgãos diretivos máximos. O controlo é independente e efetuado pela Área de Riscos.

### **Risco de Liquidez**

A liquidez estrutural compõe-se das origens e aplicações de fundos tanto a longo prazo (incluindo todas as posições que não possuem um vencimento contratual ou não estão determinadas no tempo a sua origem ou aplicação como depósitos à ordem, linhas de crédito, avales, etc.) como as de curto prazo de carácter permanente.

A liquidez operativa ou de curto prazo é gerida pela Área de Gestão Financeira e de Capital e objeto de seguimento e controlo por parte da Área de Riscos – Área de Riscos de Mercado e Estruturais.

O risco de liquidez pode-se definir como a probabilidade de incorrer em perdas ao não dispor de recursos líquidos suficientes para cumprir com as obrigações assumidas, de não poder liquidar os ativos no mercado a preços razoáveis.

É um objetivo do Grupo a gestão ativa e antecipada da sua liquidez estrutural como um mecanismo imprescindível para assegurar permanentemente o financiamento dos seus ativos em condições ótimas. A sua liquidez operativa a curto prazo influencia a estrutura de financiamento do Balanço, e, como tal, é parte da liquidez estrutural.

### Risco de Contraparte

O risco de contraparte, variante de risco de crédito latente em contratos realizados em mercados financeiros mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

Sendo este o principal risco incorrido com instituições financeiras, consideram-se para este efeito todas as exposições com as mesmas (incluindo quaisquer outras transações que não as referidas anteriormente).

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

## Risco Tecnológico

O modelo de controlo interno implementado no Grupo tem como objetivos críticos garantir o bom funcionamento e a gestão adequada dos sistemas de informação. Neste contexto, a infraestrutura e as tecnologias de informação desempenham um papel fundamental em todos os processos da atividade do Banco, tanto ao nível da informação de negócio como nas atividades de suporte.

O modelo de controlo interno está estruturado em atividades, que por sua vez, englobam vários processos críticos. Uma dessas atividades é a atividade de "Sistemas", que se decompõe num conjunto de processos sendo estes constituídos por vários subprocessos que contemplam os controlos gerais aplicados sobre os sistemas informáticos.

## Risco de Negócio

O risco de negócio é o que se deve a mudanças no enquadramento competitivo, ou a eventos que prejudicam o normal desenvolvimento do negócio ou diretamente a sua estrutura, mas não risco de mercado, de crédito ou de evento. Por isso considera-se risco residual. Normalmente a flutuação chega desde uma variação dos volumes intercambiados, dos preços ou dos custos.

A influência do risco financeiro nas instituições deve-se à volatilidade do benefício, mas também depende em grande medida dos custos. Por isso, intuitivamente, quanto maiores são os gastos (particularmente a proporção fixa) maior tem que ser a influência do risco de negócio.

## Risco Reputacional

O Banco em consonância com o Grupo Santander em que se enquadra, considera especialmente relevante que toda a sua atividade, nos diversos domínios em que se concretiza, seja orientada por elevados padrões de ética e se conforme com as melhores práticas de mercado, em ordem a justificar a confiança pública dos clientes e demais entidades com quem se relaciona, e assim garantir uma perceção geral de credibilidade, honorabilidade, fiabilidade, bom nome e imagem.

Em síntese, o Banco tem a consciência de que a boa reputação constitui um sinal indeclinável de prestígio e um fator preponderante de afirmação e de distinção no mercado.

Neste contexto, constitui preocupação fundamental a identificação, gestão e controlo do risco reputacional.

### **Agregação dos Riscos**

O modelo de cálculo do capital regulamentar considera a soma dos riscos de crédito, mercado e operacional de acordo com os critérios regulamentares estabelecidos não sendo apurado qualquer efeito de correlação.

Para o modelo de capital económico são agregados todos os riscos referidos de acordo com os modelos internos em uso, utilizando-se o nível de confiança para 99,95%, compatível com o nível de rating atualmente pretendido pelo Grupo Santander e considerando-se os efeitos de diversificação em concordância com a correlação apurada entre os riscos.

### **Correlações entre os Riscos**

No modelo corporativo de riscos de capital económico, os diferentes riscos têm sensibilidades diferentes para um mesmo conjunto de fatores macroeconómicos (evolução do PIB, índices de ações, taxas de juro, preços da habitação, taxa de desemprego e um fator latente ou risco sistémico presente em todos os riscos e que aumenta a sua correlação), dependendo ainda de um fator de risco específico. Através de simulação de Monte Carlo destas variáveis macroeconómicas e dos fatores específicos, são obtidas distribuições de perda para cada um dos vários riscos no horizonte de um ano. Através da soma destas distribuições individuais são obtidas distribuições de perda para cada uma das unidades de negócio, como o Banco Santander em Portugal, e para o total do Grupo Santander. O capital afetado é o percentil 99,95% da distribuição de perdas, retirando a perda esperada, uma vez que esta já se considera coberta pelas provisões, destinando-se o capital a cobrir as perdas inesperadas.

O capital total leva em conta a diversificação entre diferentes unidades de negócios e dentro de cada unidade de negócios, entre outros riscos, devido à estrutura de correlações entre os fatores macroeconómicos e as sensibilidades de cada risco aos diversos fatores macro.

O modelo de capital económico cobre ainda as perdas para os riscos de crédito (incluindo o risco de concentração em carteiras para grandes empresas), de mercado para as carteiras de negociação, cambiais e de ativos de renda variável no balanço, de risco de taxa de juro no balanço ou ALM, de risco do negócio (estrutura de custos) e de risco operacional.

As correlações entre os riscos em vigor a 31 de Dezembro de 2019 eram as seguintes:

Riscos	ALM	Ativos Intangíveis	Ativos Materiais	Crédito	Mercado	Negócio	Operativo	Pensões
ALM	100%	62%	62%	63%	73%	63%	35%	57%
Ativos Intangíveis	62%	100%	100%	68%	82%	70%	32%	64%
Ativos Materiais	62%	100%	100%	68%	82%	70%	32%	64%
Crédito	63%	68%	68%	100%	81%	69%	44%	64%
Mercado	73%	82%	82%	81%	100%	85%	37%	77%
Negocio	63%	70%	70%	69%	85%	100%	32%	66%
Operativo	35%	32%	32%	44%	37%	32%	100%	29%
Pensões	57%	64%	64%	64%	77%	66%	29%	100%

Esta matriz de correlação entre os riscos não é fixa, constituindo um output dos resultados do modelo em função das perdas por cada tipo de risco (hipotecas, consumo, negócios, ALM, trading, operacional, entre outros) para os fatores macroeconómicos e um fator sistémico, que procura capturar um crescimento económico mundial ou um fator que afeta todos os riscos aumentando a correlação entre eles.

### Ativos onerados

Considera-se um ativo onerado, um ativo explícito ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução n.º 28/2014, de 15 de Janeiro de 2015 do Banco de Portugal, os Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2019 apresentam Nota específica com informação relativamente aos ativos onerados, nomeadamente a composição dos ativos onerados e não onerados em 31 de Dezembro de 2018 e 2019.

## 2.3. Sistemas de Informação de Gestão de Riscos

O Banco utiliza na gestão dos vários tipos de risco, as seguintes ferramentas:

Riscos	Ferramentas de Gestão			
Crédito	Triad Rating Empresas Strategyware OM-DM	Aqua Mágico Nilo	Motor Cálculo BIS II (BDR)	GSI IRIS
Mercado	Aire	Sigom	Murex	
Negócio	Partenon	TF Sintra		
ALM/ Taxa de Juro	Bancware	Aire		
Operacional	Heracles			
Liquidez	Bancware			

Na gestão do risco de crédito utilizam-se as ferramentas de scoring (TRIAD/STRATEGYWARE), rating (AQUA/RATING EMPRESAS e MAGICO), contraparte institucional (IRIS) e controlo de posição. As quais são parcialmente partilhadas pela área de Negócio, a qual dispõe adicionalmente da ferramenta de controlo de performance (MIS).

Na gestão do risco de mercado utilizam-se ferramentas de controlo de posições e de cálculo do VaR, tal como nos riscos estruturais de taxa de juro e liquidez, os quais são complementados pelo (BANCWARE - FIS) vocacionado para submeter o balanço a vários cenários alternativos.

A gestão de risco operacional é efetuada na aplicação "Heracles", uma ferramenta que permite a gestão integrada dos riscos e dos controlos e facilita a gestão antecipada do risco operacional.

## 2.4. Políticas de Cobertura

Em relação ao risco de taxa de juro da carteira bancária o perfil de risco é bastante conservador. A cobertura pode ser efetuada recorrendo a instrumentos derivados ou de balanço. As coberturas efetuadas podem ter um enquadramento contabilístico de justo valor e/ou fluxos futuros e os testes a efetuar seguem as normas IAS vigentes.

Os instrumentos derivados transacionados são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor. Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente

relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco Santander Portugal utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de ativos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são refletidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Nos termos previstos na Norma IAS 39.88 é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Grupo, incluindo os seguintes aspetos:
  - Identificação do instrumento de cobertura;
  - Identificação do elemento coberto;
  - Identificação do tipo de risco coberto;
  - Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
  
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz, e que ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%.

## 2.5. Estratégias e processos de monitorização da eficácia sustentada das operações de cobertura e dos fatores de redução do risco

A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura. A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

## Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são registados em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

## Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

O Banco tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio;
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura;
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

## 2.6. Planos de Recuperação, Resolução e Quadro de Gestão de Situações Especiais

Em 2019 o Banco Santander em Portugal preparou o plano de recuperação que prevê as medidas necessárias face a eventos severos de stress. O plano segue as diretrizes corporativas e tem por base as recomendações de instituições internacionais, como o Financial Stability Board. O plano inclui todas as iniciativas regulamentares decorrentes da transposição da Diretiva 2014/59/EU (European Union Crisis Management Directive). No âmbito deste plano, o Santander Totta adaptou a estrutura e conteúdo às novas diretrizes internacionais, introduzindo melhorias em termos de modelo de governo e análise estratégica, no que diz respeito a situações potenciais de crise.

Em paralelo, o Santander Totta tem um modelo de governo de Gestão de Crises assente num processo de escalonamento, desde a identificação até à tomada de ação, onde as áreas, pessoas e responsabilidades estão claramente definidas, assim como os instrumentos e planos para fazer face a eventuais situações de crise.

A administração do Banco está plenamente envolvida na preparação e monitorização dos planos. Os planos são devidamente discutidos e analisados em comités de gestão e de controlo, bem como em estreita coordenação com o Grupo e uma vez concluída esta fase, submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

## 2.7. Controlo Interno

O Modelo de Controlo Interno (doravante MCI) do Banco Santander em Portugal abarca o conjunto de processos e procedimentos efetuados pela Área de Risco Operacional e por todos os colaboradores da entidade, desenhados para fornecer um nível de segurança razoável em relação à consecução das metas fixadas pelo Banco, cobrindo os objetivos sobre a estratégia adotada, efetividade e eficiência das operações, confiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Neste sentido, o MCI do Banco cumpre com todos os requisitos legais e regulamentares, nomeadamente com o disposto no Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal e no Regulamento n.º 2/2007 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com a redação introduzida pelo Regulamento n.º 3/2008. Do mesmo modo o MCI do Banco ajusta-se aos standards internacionais mais exigentes e cumpre as diretrizes estabelecidas pelo "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission" (COSO) no seu último modelo publicado e o "Enterprise Risk Management Integrated Framework", conceitos contemplados no acima citado Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal.

Os princípios em que se baseia o MCI do Banco são os seguintes:

1. Cultura de controlo e acompanhamento da Alta Direção. É concretizado nos seguintes aspetos:
  - O Conselho de Administração é o responsável último por assegurar que o sistema de controlo interno existe e que se mantém atualizado e adequado.
  - A Alta Direção é responsável por estabelecer políticas de controlo interno adequadas e assegurar a sua eficácia e acompanhamento.
  - O Conselho de Administração e a Alta Direção têm a responsabilidade de transmitir a todos os níveis da entidade a importância do controlo interno. Todos os colaboradores envolvidos nos processos de controlo interno devem ter as suas responsabilidades adequadamente identificadas.
2. Identificação e avaliação do ambiente de controlo. O MCI do Banco permite que todos os controlos necessários para atingir os objetivos estejam identificados e avaliados adequadamente e que existe um processo contínuo de avaliação de novos controlos.

3. Estabelecimento de novos controlos e segregação de funções. Está definida uma estrutura de controlo e de atribuição de responsabilidades e as funções de controlo formam parte intrínseca das funções de negócio e de suporte da entidade, assegurando uma segregação adequada de funções que garanta a não existência de conflito de interesses.
4. Informação e comunicação. Os procedimentos e os sistemas do Banco asseguram uma informação e comunicação exata e compreensível.
5. Monitorização do sistema de controlo. Para além da revisão contínua das linhas de negócio e das linhas operacionais, está estabelecida uma avaliação periódica das atividades de controlo e são reportadas à Alta Direção e ao Conselho de Administração as conclusões e os aspetos que carecem uma especial atenção e acompanhamento.

Assim sendo, o MCI do Banco implementado permite a prossecução dos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da atividade da instituição, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez, de taxa de câmbio, de risco operacional, de sistemas de informação, de estratégia, bem como os riscos Reputacional e de Compliance;
- Desempenho eficiente e rentável da atividade;
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
  
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação contabilística e financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeito da constituição de provisões;
- A adequação das operações realizadas pela instituição a outras disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e a outras regras relevantes para a instituição;

- A prevenção do envolvimento da instituição em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

O Banco Santander em Portugal, à semelhança do Grupo Santander em que está inserido, cumpre, desde 2006, com as exigências da Lei americana Sarbanes-Oxley (SOX), norma que a Securities Exchange Commission (SEC) tornou obrigatória para as entidades cotadas na Bolsa de New York e que é das mais exigentes ao nível dos requisitos de um adequado e fiável Modelo de Controlo Interno.

O Modelo exige a completa documentação, e permanente atualização, dos processos operacionais, com a descrição detalhada desde o início destes até ao registo e reflexo contabilístico, a identificação de riscos relevantes associados aos processos e a identificação dos controlos mitigantes chave.

A gestão da documentação e do processo de avaliação e certificação do Modelo de Controlo Interno no Banco Santander em Portugal é realizada através de uma aplicação informática, denominada Heracles, de uma forma homogénea, eficiente e integrada.

É realizada uma revisão e certificação periódica do Modelo pelos responsáveis (funções, tarefas e controlos) e pelo auditor externo, acompanhando a evolução do desenho e da eficácia dos controlos através de testes sendo estendido a certificação ao nível do CEO, CFO e CAO do Banco. Estas provas periódicas de eficácia permitem identificar falhas no sistema de controlo interno e tomar as medidas corretivas adequadas.

A avaliação e certificação dos controlos dão suporte ao cumprimento de diferentes normativos, nomeadamente as normativas internacionais relativas a Sarbanes-Oxley Act (SOX), a Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), a Common Reporting Standard (CRS), comumente também indicada como Standard for Automatic Assistance in Tax Matters e a Volcker Rule.

O Banco desenvolveu indicadores com a participação das áreas com vista à definição de KRI – Key Risk Indicators com relevância e que proporcionem maior evidência e detalhe ao nível da efetividade dos controlos dos riscos por Área.

Os reportes elaborados são apresentados no Comité de Controlo Interno e Cumprimento, permitindo uma visão evolutiva dos indicadores destacando os alertas (indicadores a vermelho) e as medidas corretivas ou planos de ação a implantar.

O Comité de Controlo Interno e Cumprimento manteve as suas competências alargadas no âmbito do controlo interno permitindo uma maior abrangência e eficácia na gestão dos riscos. Com efeito, é no âmbito

deste Comité que é efetuado ao mais alto nível o seguimento da evolução das deficiências de Controlo Interno detetadas nos vários relatórios e auditorias, quer internos quer externos e de supervisores.

No que respeita à componente de identificação de eventos de risco, o Grupo conta com procedimentos concretos para desenvolver esta tarefa, documentados e comunicados, e que permitem aos responsáveis pela sua identificação ter a perceção de quais são os riscos que põem em perigo a consecução dos mesmos.

O Controlo Interno está integrado nas áreas de negócio, de suporte e de controlo como mais uma vertente da gestão da sua atividade.

### 3. Adequação de Capitais e Rácio de Alavancagem

O quadro regulamentar atual de cálculo de capital baseia-se em três pilares:

O Pilar I determina o capital mínimo exigível por risco de crédito, risco de mercado e risco operacional (capital regulatório), sendo possível a utilização de ratings e modelos internos (IRB) para o cálculo das exposições ponderadas para o risco de crédito.

O Pilar II estabelece um sistema de revisão pelas autoridades de supervisão com vista à melhoria da gestão interna dos riscos e de autoavaliação da idoneidade do capital em função do perfil de risco (capital económico).

O Pilar III define os elementos sujeitos a maior transparência e disciplina.

Em 27 de Junho de 2013, com implementação a partir de 1 de Janeiro de 2014, entrou em vigor a diretiva e o regulamento sobre requisitos de capital que refletem o Acordo de Basileia III e exigem maiores requisitos de capital.

Em particular, as regras em matéria de fundos próprios para o ano de 2014 encontram-se definidas no Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho (CRR) e na Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho (CRD IV) que preveem um período de transição (de 5 anos para algumas componentes dos fundos próprios e de 10 anos para outras). Esta é a versão oficial que as instituições têm de publicar e cumprir em termos de rácios mínimos.

Os Relatórios de Divulgação ao Mercado de 2014 a 2019 baseiam-se no normativo em vigor a partir de 2014 (Basileia III). O detalhe que se apresenta nas próximas páginas respeita à versão phasing-in (ou transition), sendo que para os rácios de capital são apresentados igualmente na versão full implementation.

## 1. Adequação de capitais

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1.1. Informações de natureza qualitativa relativamente à adequação de capitais

##### 1.1.1. Termos e principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios

- Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social do Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 ações, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	Capital social			2018
	2019		Montante	Montante
	Número de ações	% de Participação		
Grupo Santander	196 996 017 344	99,85%	1 969 960	1 969 960
Ações Próprias	113 595 456	0,06%	1 136	1 059
Outros	186 595 158	0,09%	1 866	1 943
<b>Total</b>	<b>197 296 207 958</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 972 962</b>	<b>1 972 962</b>

O capital elegível em CET / Tier 1 é de mEuros 1.970.515 deduzindo o valor de custo das ações próprias (mEuros 2.447).

- Interesses que não se controlam

O valor de balanço das participações de terceiros em empresas do Grupo em 2019 inclui apenas um valor atribuído a Outros (mEuros 1.886 face a mEuros 1.943 em 2018).

Assim, a partir do modelo “Adequação de Capitais – Parte 1” onde se faz a reconciliação entre o capital contabilístico e o capital regulamentar (ver Secção B), podemos destacar os ajustamentos que são feitos aos valores de balanço dos interesses que não controlam em CET1 e AT1.

Os interesses que não controlam não foram considerados elegíveis em fundos próprios, daí a sua exclusão integral em CET1 (-mEuros 1.886 em 2018 e -mEuros 1.943 em 2018).

- Instrumentos híbridos

Os Fundos Próprios de nível 1 não incluem quaisquer instrumentos híbridos.

- Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2019, entre outros elementos elegíveis aos fundos próprios, há a referir as “outras reservas e resultados transitados” no valor de mEuros 1.380.617 a que acresce o valor mEuros 527.258 do “resultado do exercício” e mEuros 600.000 de “outros instrumentos de capital”. A estes valores acresce o valor negativo -mEuros 216.408 de “reservas de reavaliação”.

	2019	2018	Variação
Reservas de Reavaliação	-216 408	-241 985	25 578
Outras reservas e estruturados transitados	1 380 617	1 434 376	-53 759
Resultado do exercício do Grupo	527 258	499 964	27 294
Outros instrumentos de capital	600 000	600 000	0

Em 30 de dezembro de 2015, a ST SGPS emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do TAF e após aprovação do Banco Central Europeu. Estes mEuros 300.000 estão contabilizados como “outros instrumentos de capital”.

Em 23 de março de 2016, a ST SGPS fez uma nova emissão de € 300.000.000 de obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital. A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais de Porto Rico e após aprovação do Banco Central Europeu. Estes mEuros 300.000 estão contabilizados como “outros instrumentos de capital”.

A estes valores contabilísticos foram feitos vários ajustamentos:

	2019	2018	Varição
Ajustamento às Reservas de Reavaliação	0	0	0
Resultado não incorporado	-527 476	-499 952	-27 524
Outros instrumentos de capital não elegíveis	-600 000	-600 000	0

De assinalar as deduções por “ativos intangíveis” (-mEuros 29.574 em 2019), bem como “outros ajustamentos” em CET1 (-mEuros 261.826), dos quais destacamos os prejuízos fiscais (-mEuros 105.281).

	2019	2018	Varição
Ativos Intangíveis (CET1)	-32 227	-29 969	-2 257
Outros Ajustamentos (CET1)	-261 826	-286 442	24 616
Reposição de outros instrumentos de capital	600 000	600 000	0
Dividendos sobre outros instrumentos de capital	0	0	0
Ajustamentos transferidos de Tier 2 para Tier 1	0	0	0
Outros Ajustamentos (Tier 1)	0	0	0
Ajustamentos para o risco de crédito	61 232	10 309	50 924
Ajustamentos com impacto em Tier 2, incluindo filtros nacionais	0	0	0
Ajustamentos que são transferidos para Tier 1 por insuficiência de instrumentos Tier 2	0	0	0

Em 2019, não existiram ajustamentos específicos da versão phasing-in (transition) em Tier1 e Tier 2.

- Passivos subordinados

Em 31 de Dezembro de 2019 os passivos subordinados elegíveis para o rácio de adequação de fundos próprios da ST SGPS incluem mEuros 11.874 de passivos subordinados perpétuos, de acordo com o seguinte detalhe:

Títulos emitidos			
	Moeda	Consolidado (1)	Maturidade
Obrigações perpétuas subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	Perpétuas
Banco Santander Totta SA 7.5% 06/10/2026	EUR	7.599	06-10-2026
<b>Total</b>	<b>EUR</b>	<b>11.874</b>	

(1) Atividade bancária/ Valor da emissão

### 1.1.2. Síntese do método utilizado pela instituição para a autoavaliação da adequação do capital interno, face à estratégia de desenvolvimento da atividade e descrição da forma como a instituição afeta o capital interno aos diferentes segmentos de atividade

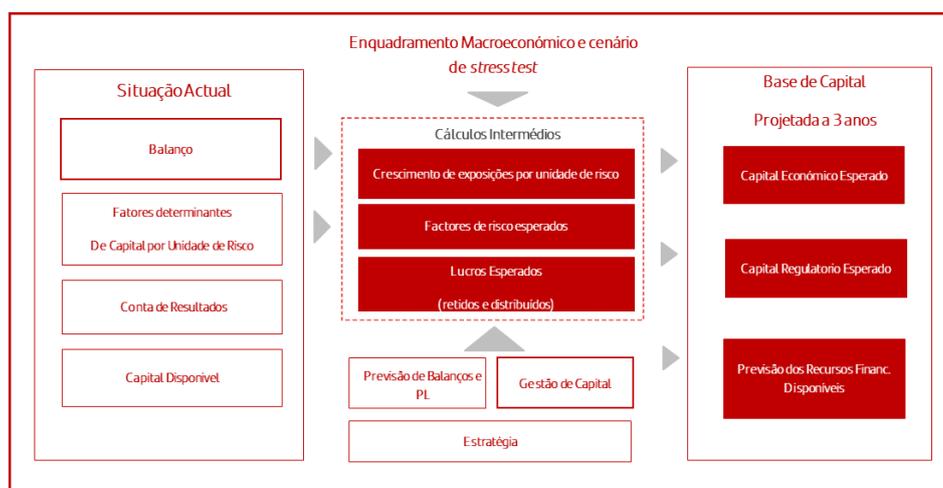
O processo de planeamento de capital e respetivos testes de esforço estão implementados ao nível consolidado e têm como objetivo testar anualmente a adequação do capital atual e futuro, perante cenários económicos muito adversos ainda que plausíveis. Partindo da situação inicial do Santander Totta (definida pelo seu balanço, a sua base de capital e os seus rácios de capital), são estimados impactos na sua base e requisitos de capital para diferentes cenários obtendo-se projeções da solvência do Grupo para um período de três anos.

Deste modo, o Santander Totta poderá antecipar situações de debilidade e planeará, caso seja necessário, políticas de gestão ativa de capital que permitirão otimizar tanto a situação de solvabilidade do banco como o próprio retorno do capital.

O processo implementado oferece uma visão integral do capital do Grupo, para o horizonte temporal analisado (três anos) e em cada um dos enquadramentos de negócio definido, incorporando na dita análise as seguintes medidas de capital:

- Capital regulamentar: obtêm-se consumos em BIS III, de acordo com o calendário de integração progressiva das várias carteiras do Grupo a modelos internos;
- Capital económico: consistente com a metodologia corporativa de agregação de riscos, e com o nível de rating estabelecido pelo Conselho de Administração do Grupo, equivalente a um intervalo de confiança de 99,95% (este objetivo pode ser revisto quando o Conselho ache conveniente). Reflete o perfil de risco do Grupo e incorpora os benefícios da diversificação das unidades de negócio e dos diferentes tipos de risco.

A estrutura do processo de planificação de capital resume-se no seguinte gráfico:



O processo de planificação de capital é implementado a nível consolidado e é uma ferramenta estratégica para o Grupo, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital, uma vez que:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base através do crescimento orgânico das diferentes unidades de negócio;
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital;
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital;
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo;
- Identifica as áreas de melhoria e facilita a comunicação com o mercado.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

## 1.2. Modelo “Adequação de Capitais”

1.2.1. Para efeitos de fundos próprios<sup>1</sup>

O modelo “Adequação de Capitais” para efeitos de fundos próprios foi construído a partir do balanço consolidado do Santander Totta SGPS (atividade bancária) para Dezembro de 2019 e Dezembro de 2018 com os ajustamentos ou anulações necessárias de forma a apurar os vários níveis de fundos próprios de acordo com o BIS III na versão phasing-in (ou transition).

<b>Adequação de Capitais</b>			
<b>Reconciliação entre capital contabilístico e capital regulatório</b>			
<b>Parte 1</b>			
	<b>Dez 19</b>	<b>Dez 18</b>	<b>Variação</b>
	<b>BIS III</b>		
Capital	1 972 962	1 972 962	0
Outros Instrumentos de capital	600 000	600 000	0
Reservas de Reavaliação	-216 408	-241 985	25 578
Outras reservas e resultados transitados	1 380 617	1 434 376	-53 759
(Ações Próprias)	-2 447	-2 284	-163
Resultado do exercício do Grupo	527 258	499 964	27 294
Resultado do exercício de Interesses que não controlam	218	-12	230
Dividendos antecipados	0	-100 000	100 000
Interesses que não controlam	1 371	1 886	-516
Dos quais: Ações Preferenciais	0	0	0
<b>Total de Capital Contabilístico</b>	<b>4 263 570</b>	<b>4 164 907</b>	<b>98 663</b>
Ativos intangíveis	-32 227	-29 969	-2 257
Outros Instrumentos de capital não elegíveis	-600 000	-600 000	0
Resultado não incorporado	-527 476	-499 952	-27 524
Interesses que não controlam não elegíveis	-1 371	-1 886	516
Reposição de dividendos antecipados	0	100 000	-100 000
Ajustamento às reservas de reavaliação	0	0	0
Ajustamento às ações preferenciais	0	0	0
Outros Ajustamentos	-261 826	-286 442	24 616
<b>Fundos Próprios Principais de Nível 1 (CET1)</b>	<b>2 840 672</b>	<b>2 846 658</b>	<b>-5 986</b>
Reposição de outros instrumentos de capital	600 000	600 000	0
Dividendos sobre outros instrumentos de capital	0	0	0
Interesses que não controlam não elegíveis em Tier 1	0	0	0
Reposições das ações preferenciais	0	0	0
Ajustamentos transferidos de Tier 2	0	0	0
Outros Ajustamentos	0	0	0
<b>Fundos Próprios de Nível 1 (Tier 1)</b>	<b>3 440 672</b>	<b>3 446 658</b>	<b>-5 986</b>
Passivos subordinados	11 874	11 874	0
Interesses que não controlam elegíveis em Tier 2	0	0	0
Ações Preferenciais em Tier 2	0	0	0
Ajustamentos para o risco de crédito	61 232	10 309	50 924
Ajustamentos com impacto em Tier 2, incluindo filtros nacionais	0	0	0
Ajustamentos que são transferidos para Tier 1 por insuficiência de instrumentos Tier 2	0	0	0
<b>Fundos Próprios de Nível 2 (Tier 2)</b>	<b>73 106</b>	<b>22 182</b>	<b>50 924</b>
<b>Fundos Próprios Totais</b>	<b>3 513 778</b>	<b>3 468 840</b>	<b>44 937</b>

<sup>1</sup> Os Anexos 2 e 3 apresentam os templates de divulgação ao mercado dos fundos próprios, publicado sob a forma de ITS: "Commission Implementing Regulation (EU) N.º 1423/2013", de 20 Dezembro (Link: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:355:0060:0088:EN:PDF>). O Anexo 3 apresenta na coluna A o detalhe para o *phasing-in* e na coluna C os valores que não foram considerados na coluna A pela aplicação de filtros prudenciais no *phasing-in*. Assim, a versão *full implementation* é igual à coluna A menos a coluna C.

### 1.2.2. Para efeitos de requisitos de fundos próprios

Como foi referido no Relatório de Disciplina de Mercado de 2009, no ponto 1.1 alínea c) do Anexo III, a partir de Junho de 2009, a ST SGPS passou a adotar um método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método das Notações Internas (IRB) para algumas carteiras do Banco Santander Totta e Banco Santander Negócios (instituições, empresas, hipotecas/habitação e resto retail-parcial) e o método Padrão para outras (soberano, cartões e resto retail-parcial).

Durante o ano de 2011, as posições renováveis (cartões) passaram a ser tratadas pelo método das Notações Internas para efeitos do risco de crédito. Em Dezembro de 2012, a carteira de negócios passou a ser tratada pelo método IRB.

A partir de Dezembro de 2010, a ST SGPS passou a adotar um método misto para o risco de mercado. Para as carteiras do Grupo Santander Totta sediadas em Portugal e em Porto Rico – abrangendo, também, em base individual, o Banco Santander Totta S.A (excluindo a sucursal de Londres) -, a ST SGPS passou a adotar o modelo interno para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos geral de posição, cambial e de mercadorias, à exceção de um número reduzido de posições para as quais se manteve o método Padrão. Durante o ano de 2019, e dada a pouca expressão deste risco. O Banco voltou a calcular todo o risco de mercado totalmente pelo método padrão

Em Junho de 2012, a ST SGPS passou a utilizar o método Standard para efeitos de apuramento dos requisitos do risco operacional, tendo até então utilizado o método do Indicador Básico.

Em Março de 2016, foi aprovada a migração parcial de carteiras de leasing, factoring e confirming da ex-entidade Totta Crédito Especializado (IFIC) para tratamento pelo método IRB.

No âmbito do método de Notações Internas, e relativamente à classe “carteira de retalho”, os mapas dos segmentos “Retail – Secured by immovable property non-SME” (ex-segmento “Retalho-Posições garantidas por hipotecas (habitação) ”), “Retail – Qualifying revolving” (ex-segmento “Retalho-Posições Renováveis”), “Retail – Other SME” e “Retail – Other non-SME” do Anexo V – C apresentam os montantes da posição ponderada pelo risco na coluna 5., satisfazendo as necessidades de detalhe sobre os consumos deste segmento.

Tal como para os fundos próprios, aplicaram-se as regras do Acordo de Basileia III, que implicaram um novo enquadramento para os cálculos dos requisitos de fundos próprios, nomeadamente para o risco de crédito e risco de mercado. A informação que se segue respeita à versão phasing-in, exceto para o caso dos rácios de capital em que se apresentam as versões phasing in e full implementation.

		Posições ponderadas pelo risco		Requisitos mínimos (RWAs*8%)	
		2019	2018	2019	
	1	Risco de crédito (excluindo RCC)	14 961 069	16 535 893	1 196 885
Artigo 438(c)(d)	2	do qual método padrão	5 083 408	6 196 773	406 673
Artigo 438(c)(d)	3	do qual IRB foundation (FIRB)	0	0	0
Artigo 438(c)(d)	4	do qual IRB métodos avançados (AIRB)	9 877 661	10 339 119	790 213
Artigo 438(d)	5	do qual posições em risco sobre ações no âmbito do método de modelos internos (método da ponderação de risco simples ou IMA)	0	0	0
Artigo 107 ; Artigo 438(c)(d)	6	RCC	444 205	459 791	35 536
Artigo 438(c)(d)	7	do qual método da avaliação ao preço de mercado	294 334	333 677	23 547
Artigo 438(c)(d)	8	do qual método do risco original	0	0	0
	9	do qual método padrão	0	0	0
	10	do qual método do modelo interno (IMM)	0	0	0
Artigo 438(c)(d)	11	do qual posição em risco por contribuições para um fundo de proteção de uma CCP	0	0	0
Artigo 438(c)(d)	12	do qual CVA	149 872	126 113	11 990
Artigo 438(e)	13	Risco de liquidação	0	0	0
Artigo 449(o)(i)	14	Elementos representativos de posições de titularização da carteira bancária (após cap)	327 717	22 472	26 217
	15	Do qual método baseado em notações	327 717	22 472	26 217
	16	Do qual IRB método da fórmula regulamentar (SFA)	0	0	0
	17	do qual método de avaliação interna (IAA)	0	0	0
	18	do qual método padrão	0	0	0
Artigo 438 (e)	19	Risco de mercado	16 543	72 216	1 323
	20	do qual método padrão	16 543	69 990	1 323
	21	do qual IMA	0	2 225	0
Artigo 438(e)	22	Grandes riscos	0	0	0
Artigo 438(f)	23	Risco operacional	2 005 938	1 912 000	160 475
	24	do qual método do indicador básico	0	0	0
	25	do qual método padrão	2 005 938	1 912 000	160 475
	26	do qual método de medição avançada	0	0	0
Artigo 437(2), Artigo 48; Artigo	27	Montantes abaixo do limiar de dedução (sujeitos a um ponderador de 250%)	925 865	1 049 734	74 069
Artigo 500	28	Ajustamento do limiar do BIS I	0	0	0
	29	Total	18 681 337	20 052 105	1 494 507

Unidade: m Euros

Data de referência: 31/12/2019

## 1.2.3. Para efeitos de adequação de capitais

Os rácios para a versão phasing-in são os seguintes:

	Full implementation		Phasing in		Full	Phase in
	Dez19	Dez18	Dez19	Dez18	VAR	VAR
Fundos próprios principais de nível 1 (CET1)	2 803 603	2 805 228	2 840 672	2 846 658	-1 625	-5 986
Fundos próprios de nível 1 (T1)	3 403 603	3 405 228	3 440 672	3 446 658	-1 625	-5 986
Fundos próprios totais	3 476 709	3 427 410	3 513 778	3 468 840	49 299	44 937
Posições ponderadas pelo risco (RWAs)	18 647 931	20 052 105	18 681 337	20 052 105	-1 404 174	-1 370 768
Rácio CET1 (%)	15,0%	14,0%	15,2%	14,2%	1,0%	1,0%
Rácio Tier 1 (%)	18,3%	17,0%	18,4%	17,2%	1,3%	1,2%
Rácio Total (%)	18,6%	17,1%	18,8%	17,3%	1,6%	1,5%

Unidade: mEuros

O rácio de fundos próprios principais de nível 1 (ou rácio CET1 ou rácio core capital) em phasing in foi de 15,2% em 2019 apresentando variação de 1p.p face a 2018. O rácio total de capital (ou rácio de adequação de fundos próprios) apresenta uma subida de 17,3% em 2018 para 18,8% em 2019.

Na versão full implementation, o rácio CET1 apresentou uma subida de 14,0% em 2018 para 15,0% em 2019.

O rácio Total apresentou uma subida de 17,1% em 2018 para 18,6% em 2019.

## 2. Rácio de Alavancagem

### Secção C – Informação Qualitativa

#### 2.1. Informações de natureza qualitativa relativamente ao rácio de alavancagem

Uma das principais novidades que o Acordo de Basileia III introduziu na regulação bancária foi a criação de um rácio regulatório que mede a alavancagem.

O rácio de alavancagem é a relação entre o capital e o total da exposição contabilística dentro e fora de balanço e é calculado em conformidade com o artº 429 do regulamento delegado.

	Medida utilizada	Descrição
Numerador	Tier 1	Definição de capital de acordo com a CRR. Inclui capital, reservas, resultados, etc., a que são deduzidos os intangíveis, insuficiência de provisões face à perda esperada em carteiras IRB, excessos de participações significativas, etc.
Denominador	Exposição	É uma aproximação à exposição com risco de crédito de acordo com a CRR. Consiste na soma dos ativos do balanço com os saldos extrapatrimoniais ponderados por fatores de risco de crédito, menos uns ajustes técnicos para assegurar consistência com o numerador.

Os requisitos e as características principais deste rácio são:

- O nível de referência é 3%.
- É um rácio simples e transparente.
- Não é sensível ao risco, ou seja, dois bancos com o mesmo rácio de alavancagem podem estar a assumir níveis de risco muito diferentes.
- Não permite comparar entidades com modelos distintos de negócio.

## Secção D – Informação Quantitativa / Modelos

## 2.2. Modelo “Rácio de Alavancagem”

A 31 de Dezembro de 2019, o rácio de alavancagem do Grupo Santander Totta é de 6,49% que compara com 6,63% em 2018. O mapa seguinte (em milhares de euros) apresenta uma reconciliação simplificada entre o balanço e saldos extrapatrimoniais e o total da exposição que representa o denominador do rácio de alavancagem:

Descrição	Saldos Balanço Consolidado	A Eliminar	A incluir	Exposição de Alavancagem	Comentários
Derivados	1.142.172	1.142.172	1.011.930	1.011.930	Substituição do valor de Balanço pela EAD
Operações de financiamento de valores	0	0	0	0	Valor de balanço
Activos deduzidos ao Tier 1	177.091	177.091	0	0	
Resto de Activos	52.325.387	0	0	52.325.387	Inclusão pela totalidade
Total de activos	53.644.650			53.337.317	
<b>Total de contas extrapatrimoniais</b>	<b>6.838.069</b>	<b>5.986.891</b>		<b>851.178</b>	<b>Saldos ponderados por factores de risco de crédito</b>
Ajustes por entidades não consolidadas			0	0	Inclusão de entidades fora do perímetro regulatório
<b>Total da Exposição (denominador)</b>				<b>54.188.495</b>	
Tier 1 (numerador)				3.440.672	
<b>Rácio de Alavancagem</b>				<b>6,35%</b>	<b>Mínimo recomendado de 3%</b>

No Anexo 4 é apresentada uma reconciliação mais detalhada entre as demonstrações financeiras do Santander Totta SGPS e a exposição total do rácio de alavancagem.

## 4. Risco de Crédito de Contraparte e Risco de Ajustamento da Avaliação de Crédito

Por risco de crédito de contraparte entende-se o definido no artigo n.º 272.º do Capítulo 6 do Título II da CRR, de acordo com o qual o Risco de Crédito de Contraparte (ou CCR) consiste no “risco de incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos financeiros”.

Por “Ajustamento da Avaliação de Crédito” ou “CVA” entende-se o definido no artigo n.º 381.º do Título VI da Parte IV da CRR e que consiste no ajustamento à avaliação média de mercado (mid\_market) da carteira de operações realizadas com uma contraparte. Este ajustamento reflete o valor corrente de mercado do risco de crédito da contraparte para o Banco, mas não o valor corrente de mercado do risco de crédito do Banco para a contraparte.

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1. Informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de crédito de contraparte

---

##### 1.1. Descrição da forma como a instituição afeta o capital interno e fixa limites relativamente a exposições sujeitas a risco de crédito de contraparte

O Risco Equivalente de Crédito (REC) é a medida interna utilizada para o cálculo de exposições sujeitas a risco de crédito de contraparte. Corresponde à soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo atual de Substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete a estimativa interna do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. Obtido o cálculo do REC, as exposições sujeitas a risco de contraparte são tratadas de forma equivalente (como o nome indica) às demais exposições de risco de crédito, nomeadamente no que concerne ao cálculo de capital interno.

Os limites aplicáveis às referidas exposições são estabelecidos em termos de REC (montante máximo) e prazos máximos, condicionados pelos limites globais/consolidados para o total das exposições de crédito (também por montante e prazo) com determinado cliente ou grupo de clientes. Estes limites são revistos e atualizados com periodicidade no máximo anual.

A fixação e controlo de limites são levados a cabo por departamentos independentes das áreas de negócio, sob o pelouro da Área de Riscos da Instituição. O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema

integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

## 1.2. Descrição das políticas que garantem os padrões de segurança jurídica das cauções, previstas nos termos do Capítulo 4 do Título II da CRR sobre Redução do Risco de Crédito, bem como das políticas sobre ajustamentos das avaliações e reservas de avaliação

Para a redução do Risco de Crédito Contraparte o Banco Santander Totta mantém como política a aceitação de colateral constituído por numerário (depósitos ou instrumentos equivalentes).

Para o efeito, são formalizados acordos ISDA (Master Agreement) com CSA (Credit Support Annex), onde se prevê a constituição de margens com revisão periódica (no máximo, semanal), calculadas sobre o valor de exposição atual (100% do Custo de Substituição).

O Risco Potencial é ajustado em função do prazo de revisão e reposição de colateral, de acordo com os coeficientes definidos para o referido prazo, para os tipos de instrumentos em causa. O cálculo do risco ajustado é feito de forma automática pelo sistema de controlo (referido em 1.1). Subsidiariamente, para determinados clientes (nomeadamente, que não sejam contrapartes financeiras), são também utilizados contratos-quadro e contratos de penhor, análogos aos acordos acima referidos (verificando-se em todos estes casos uma obrigação unilateral do cliente em termos de constituição de colateral).

## 1.3. Medidas utilizadas para calcular o valor da posição em risco

Para efeitos do cálculo dos requisitos de fundos próprios, e no âmbito do risco de crédito de contraparte dos instrumentos derivados, o Grupo Santander Totta adota o Método de Avaliação ao Preço de Mercado (Mark-to-Market) previsto na Secção 3 do Capítulo 6 do Título II da CRR.

Ao valor da posição em risco assim apurado (ou EAD) é aplicado o ponderador de risco associado ao grau de qualidade de crédito identificado de acordo com o Capítulo 2 do Título II da CRR, no âmbito do método Padrão.

O valor da posição em risco (EAD) para efeitos do cálculo dos montantes ponderados pelo risco do CVA baseia-se na metodologia do RCC acima descrita. É adotado o método padrão no cálculo dos requisitos de fundos próprios do CVA conforme o artigo 384.º da CRR.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

## 2. Modelo “Risco de Crédito de Contraparte”

Com a adoção do método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método das Notações Internas (IRB) para a maioria das carteiras e o método Padrão para outras (soberanos, exposições com aval do Estado e exposições não contratuais), a partir de Junho de 2009, embora de forma desfasada no tempo, a maioria dos instrumentos derivados gera consumos pelo método das Notações Internas. A informação do risco de crédito de contraparte respeita a derivados de cobertura e a derivados de negociação.

## 2.1. Para efeitos do método Padrão

	Classes de risco	Ponderador de risco										Total	do qual sem rating
		0%	2%	4%	10%	20%	50%	70%	75%	100%	150%		
1	Administrações centrais ou bancos centrais	545 732	0	0	0	0	0	0	0	0	0	545 732	293 250
2	Administrações regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Entidades do setor público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Instituições	0	54 842	0	0	0	707	0	0	0	0	55 549	54 842
7	Empresas	0	0	0	0	0	0	0	0	34 087	0	34 087	34 087
8	Carteira de retalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Posições em risco sobre instituições e empresas com uma avaliação de crédito de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Outros elementos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>11</b>	<b>Total</b>	<b>545 732</b>	<b>54 842</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>707</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>34 087</b>	<b>0</b>	<b>635 368</b>	<b>382 180</b>

Unidades: mEuros

Data de referência: 31/12/2019

Face ao ano anterior, assistiu-se em 2019 a uma diminuição do RCC tratado pelo método padrão em mEuros 144.164.

## 2.2. Para efeitos do método das Notações Internas

No âmbito do risco de crédito de contraparte de acordo com o método das notações internas, apresentamos de seguida os templates com um resumo de todos os portfólios:

Intervalo de PDs	EAD Pós-Mitigação	PD Média	Número Devedores	LGD Média	Maturidade Média	RWAs	Densidade RWA
Empresas - crédito	71 551	0,0%	46	0,0%	1 780	53 328	74,5%
0.00 to <0.15	125 337	0,0%	8	44,9%	1 585	39 763	31,7%
0.15 to <0.25	125 337	0,0%	8	44,9%	1 585	39 763	31,7%
0.25 to <0.50	8 964	0,1%	6	45,0%	1 724	5 710	63,7%
0.50 to <0.75	25	5,7%	3	38,9%	365	12	47,0%
0.75 to <2.50	96 840	0,6%	15	47,5%	1 818	116 951	120,8%
2.50 to <10.00	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
10.00 to <100.00	6 956	0,3%	15	46,0%	566	3 782	54,4%
100.00 (Incumprimento)	3 796	0,2%	2	45,0%	370	1 778	46,8%
<b>Subtotal</b>	<b>367 255</b>	<b>0,2%</b>	<b>57</b>	<b>45,6%</b>	<b>1 618</b>	<b>207 758</b>	<b>56,6%</b>
<b>Total (todos os portfólios)</b>	<b>438 807</b>	<b>0,2%</b>	<b>103</b>	<b>45,6%</b>	<b>1 644</b>	<b>261 086</b>	<b>59,5%</b>

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

Bem como um template por portfólio e tramo de PD quando aplicável:

Intervalo de PDs	EAD Pós-Mitigação	PD Média	Número Devedores	LGD Média	Maturidade Média	RWAs	Densidade RWA
0.00 to <0.15	116 373	0,0%	3	44,9%	1 574	34 053	29,3%
0.15 to <0.25	3 796	0,2%	2	45,0%	370	1 778	46,8%
0.25 to <0.50	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.50 to <0.75	95 950	0,6%	1	47,5%	1 825	115 992	120,9%
0.75 to <2.50	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
2.50 to <10.00	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
10.00 to <100.00	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
100.00 (Incumprimento)	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>216 119</b>	<b>0,3%</b>	<b>6</b>	<b>46,1%</b>	<b>1 664</b>	<b>151 823</b>	<b>70,2%</b>

Template EU CCR4 - Métodos Avançados (IRB) - Valores em risco RCC por portfólio e intervalo de PDs (Corporate - Other)

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

Intervalo de PDs	EAD Pós-Mitigação	PD Média	Número Devedores	LGD Média	Maturidade Média	RWAs	Densidade RWA
0.00 to <0.15	8 964	0,1%	5	45,0%	1 724	5 710	63,7%
0.15 to <0.25	67 023	0,2%	6	45,0%	876	36 945	55,1%
0.25 to <0.50	3 160	0,4%	13	47,3%	802	2 005	63,4%
0.50 to <0.75	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.75 to <2.50	890	1,0%	14	47,5%	1 068	959	107,7%
2.50 to <10.00	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
10.00 to <100.00	0	0,0%	1	0,0%	0	0	0,0%
100.00 (Incumprimento)	25	100,0%	3	47,5%	1 266	4	16,3%
<b>Subtotal</b>	<b>80 063</b>	<b>0,3%</b>	<b>42</b>	<b>45,1%</b>	<b>970</b>	<b>45 622</b>	<b>57,0%</b>

Template EU CCR4 - Métodos Avançados (IRB) - Valores em risco RCC por portfólio e intervalo de PDs (Corporate - SME)

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

Intervalo de PDs	EAD Pós-Mitigação	PDMédia	Número Devedores	LGD Média	Maturidade Média	RWAs	Densidade RWA
0.00 to <0.15	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.15 to <0.25	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.25 to <0.50	8 957	0,4%	17	47,5%	1 801	6 776	75,7%
0.50 to <0.75	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.75 to <2.50	1 190	1,0%	31	47,5%	1 582	1 150	96,7%
2.50 to <10.00	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
10.00 to <100.00	73	4,5%	9	47,5%	368	79	108,1%
100.00 (Incumprimento)	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>10 220</b>	<b>0,5%</b>	<b>57</b>	<b>47,5%</b>	<b>1 765</b>	<b>8 005</b>	<b>78,3%</b>

Template EU CCR4 - Métodos Avançados (IRB) - Valores em risco RCC por portfolio e intervalo de PDs (Instituições)

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

Intervalo de PDs	EAD Pós-Mitigação	PDMédia	Número Devedores	LGD Média	Maturidade Média	RWAs	Densidade RWA
0.00 to <0.15	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.15 to <0.25	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.25 to <0.50	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.50 to <0.75	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
0.75 to <2.50	0	0,0%	2	0,0%	0	0	0,0%
2.50 to <10.00	10	38,6%	5	38,9%	777	7	66,2%
10.00 to <100.00	25	5,7%	3	38,9%	365	12	47,0%
100.00 (Incumprimento)	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>35</b>	<b>15,5%</b>	<b>10</b>	<b>38,9%</b>	<b>488</b>	<b>18</b>	<b>52,7%</b>

Template EU CCR4 - Métodos Avançados (IRB) - Valores em risco RCC por portfolio e intervalo de PDs (Retail - Other SME)

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

A EAD do risco de crédito de contraparte diminuiu mEuros 24.126 e os ativos ponderados pelo risco mEuros 36.726.

### 3. Modelo “Risco de Ajustamento da Avaliação de Crédito”

Com a implementação do BIS III, o Banco passou a calcular os requisitos por risco de ajustamento da avaliação de crédito de acordo com o método padrão.

	Posição em risco	Montantes ponderados pelo risco (RWAs)
1 Total dos portfolios sujeitos ao método avançado	0	0
2 (i) componente VaR (incluindo o multiplicador 3)		0
3 (ii) componente SVaR (incluindo o multiplicador 3)		0
4 Total dos portfolios sujeitos ao método padrão	120 881	149 872
EU4 Baseado no método do risco original	0	0
5 Total sujeito ao ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	120 881	149 872

Template EU CCR2 – Risco de ajustamento da avaliação de crédito (CVA)

Unidade: m Euros  
Data de referência: 31/12/2019

## 5. Risco de Crédito

### 5.1. Aspectos Gerais

#### Secção A – Informação Qualitativa

### 1. Informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de crédito

---

#### 1.1. Definições para efeitos contabilísticos

- Crédito vencido

Para efeitos contabilísticos, o Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos do manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

- Crédito objeto de imparidade

A definição de “crédito objeto de imparidade” consta da secção “imparidade” do ponto 1.3. intitulado “Resumo das principais políticas contabilísticas” (alínea c)) do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2019.

#### 1.2. Descrição das abordagens e métodos adotados para a determinação das correções de valor e das provisões

##### 1.2.1. Política de Cobertura

O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9,

e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB.

Neste enquadramento, o Grupo decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
  - Identificação do instrumento de cobertura;
  - Identificação do elemento coberto;
  - Identificação do tipo de risco coberto; e
  - Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e

Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

### 1.2.2. Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

### 1.2.3. Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Contratou ainda instrumentos financeiros derivados para a cobertura dos fluxos futuros provenientes da alienação de parte da sua carteira ao justo valor através de outro rendimento integral.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde

ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Grupo realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Grupo.

#### 1.2.4. Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com informação dos consultores legais e fiscais do Banco.

Desta forma, a rubrica do passivo "Provisões" inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovados pela Comissão Executiva, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

### 1.3. Tipo de correções de valor e de provisões associadas a posições em risco objeto de imparidade

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

O Grupo aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo sob o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Grupo mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo,

independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

### **Ativos financeiros em imparidade**

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Grupo adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito do Grupo e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

### **Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)**

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontra em situação de "impaired". Para esses ativos, o Grupo procede à sua classificação em Stage 3 pelo valor líquido da perda esperada. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

### **Aumento significativo do risco de crédito**

O Grupo monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade PDLT (Lifetime) e não em 12 meses.

O Grupo utiliza sistemas de scorings e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível

de risco.

O Grupo usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias ou quando as operações estão identificadas como créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

#### Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

#### Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating

e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta custos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e custos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

**EAD** é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Grupo para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Grupo avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Grupo de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Grupo mede a Perda Esperada para risco de Crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

### **Análise coletiva**

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: - tipo de instrumento; tipo de cliente; grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring; tipo colateral; data do reconhecimento inicial;

relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

### **Análise Individual**

O processo análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default para efeitos de gestão interna de risco) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de Euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

### **Incorporação de informações prospetivas**

O gabinete de estudos económicos do Grupo modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Grupo, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macro- económicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas.

Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista, o cenário base e um cenário otimista. O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Grupo para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

## 1.4. Correções de valor e dos montantes recuperados registados diretamente na demonstração de resultados

A Nota 21 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2019 indica as correções de valor e os montantes recuperados registados diretamente na demonstração de resultados, relativos a 2019 e 2018.

## 1.5. Risco de concentração

De acordo com as políticas definidas no Manual de Risco de Crédito, os princípios básicos de concessão de operações são os seguintes:

- Análise de risco do titular da operação de crédito, via atribuição de rating;
- Análise transaccional. Análise da estrutura da operação;
- Análise da estrutura de garantias afeta, sua avaliação e ponderação no rating atribuído ao cliente;
- Decisão em Comité respetivo. Análise do rating e operação, adoção dos critérios chave de decisão, avaliando a rentabilidade e o risco.

De referir ainda que:

- Critérios geográficos, definição de limite: não aplicamos restrições explícitas de carácter geográfico, tendo em conta que Portugal é um país onde não existem vincadas assimetrias geográficas que justifiquem tal limitação. Na análise de risco *cross-border*, estão definidos centralmente limites por país (decisão de CDR);
- Critérios setoriais, definição de limite: não aplicamos critérios setoriais explícitos. No entanto, existe um enfoque importante sobre o mercado e políticas informais de afetação de risco em sectores críticos. Admissão é muito restrita ao nível da concessão de crédito em sectores problemáticos ou possam afetar a reputação do banco;

Critérios de concentração: como princípio geral, não é aconselhável uma concentração excessiva numa carteira, seja sobre um mesmo devedor ou grupo, seja sobre o mesmo sector económico. Toda a concentração deverá ser detalhadamente estudada, partindo do princípio que em nenhum caso, um acontecimento político ou económico específico pode representar um impacto adverso significativo.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Dado que não existe transferência do risco em nenhuma titularização do Grupo Santander Totta, excluem-se as operações de titularização do Grupo neste Anexo.

O risco de crédito de contraparte de instrumentos derivados da carteira de negociação e de cobertura são incluídos nos mapas deste Anexo.

## 2. Modelo “Posições em Risco”

O seguinte template apresenta a exposição original líquida no fim do período e média ao longo de 2019.

		Exposição original líquida no fim do período	Exposição original líquida média ao longo do período
1	Administrações centrais ou bancos centrais	0	0
2	Instituições	1 569 327	1 718 386
3	Empresas	12 821 178	13 221 290
4	Das quais: crédito especializado	1 203 480	1 195 333
5	Das quais: SMEs	2 871 379	3 365 731
6	Retalho	20 206 385	19 910 345
7	Secured by real estate property	16 325 426	16 067 196
8	SMEs	0	0
9	Non-SMEs	16 325 426	16 067 196
10	Qualifying revolving	1 083 674	1 076 299
11	Other retail	2 797 285	2 766 850
12	SMEs	916 102	940 819
13	Non-SMEs	1 881 183	1 826 031
14	Ações	0	0
<b>15</b>	<b>Total Métodos Avançados (IRB)</b>	<b>34 596 890</b>	<b>34 850 021</b>
16	Administrações centrais ou bancos centrais	12 037 167	11 377 627
17	Administrações regionais ou autoridades locais	493 385	459 145
18	Entidades do setor público	223 309	322 404
19	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
20	Organizações internacionais	0	0
21	Instituições	867 143	677 847
22	Empresas	1 971 064	2 439 560
23	Das quais: SMEs	453 998	562 514
24	Carteira de retalho	1 206 931	1 368 163
25	Dos quais: SMEs	915 405	1 054 476
26	Posições com garantia de bens imóveis	4 039 897	4 274 238
27	Dos quais: SMEs	325 640	372 718
28	Elementos vencidos	394 305	442 377
29	Elementos pertencentes a categorias regulares	236 880	251 099
30	Obrigações cobertas	0	0
31	Posições em risco sobre instituições e empresas	0	0
32	Organismos de investimento colectivo (OIC)	55 384	57 529
33	Ações	308 972	301 769
34	Outros elementos	2 092 615	2 207 613
<b>35</b>	<b>Total método padrão</b>	<b>23 927 052</b>	<b>24 179 370</b>
<b>36</b>	<b>Total</b>	<b>58 523 942</b>	<b>59 029 392</b>

Template EU CRB-B – Exposição total e média

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2019

Em 2019 assistiu-se a uma redução da exposição original líquida total de mEuros 495.765.

### 3. Modelo "Distribuição Geográfica das Posições em Risco"

De acordo com as guidelines da EBA foi revista a repartição geográfica das posições em risco face a anos anteriores refletindo a repartição considerada ajustada às atividades/exposições em termos geográficos do Grupo. Assim, a repartição faz-se entre "Portugal", "Resto UE" e "Resto do Mundo" com base na exposição original líquida de provisões.

	Portugal	Resto UE	Resto do Mundo	Total
1	Administrações centrais ou bancos centrais	0	0	0
2	Instituições	565 289	824 564	1 570 295
3	Empresas	11 919 919	890 677	12 821 867
4	Retalho	19 424 164	429 579	20 204 576
5	Ações	0	0	0
<b>6</b>	<b>Total Métodos Avançados (IRB)</b>	<b>31 909 372</b>	<b>2 144 820</b>	<b>542 545</b>
7	Administrações centrais ou bancos centrais	12 037 167	0	12 037 167
8	Administrações regionais ou autoridades locais	493 385	0	493 385
9	Entidades do setor público	223 309	0	223 309
10	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0
11	Organizações internacionais	0	0	0
12	Instituições	94 096	771 239	1 808
13	Empresas	1 860 603	95 634	14 827
14	Carteira de retalho	1 199 698	2 037	5 196
15	Posições com garantia de bens imóveis	3 824 658	159 174	56 065
16	Elementos vencidos	387 922	4 530	1 854
17	Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	236 860	20	0
18	Obrigações cobertas	0	0	0
19	Posições em risco sobre instituições e empresas com uma avaliação de crédito de curto prazo	0	0	0
20	Organismos de investimento colectivo (OIC)	54 778	606	0
21	Ações	307 408	1 506	57
22	Outros elementos	2 092 615	0	0
<b>23</b>	<b>Total método padrão</b>	<b>22 812 499</b>	<b>1 034 747</b>	<b>79 807</b>
<b>24</b>	<b>Total</b>	<b>54 721 870</b>	<b>3 179 567</b>	<b>622 352</b>

Template EU CRB-C – Concentração da exposição original líquida por região

Unidade: m Euros

Data de referência: 31/12/2019

### 4. Modelo "Distribuição Sectorial das Posições em Risco"

A repartição das posições em risco por sector económico tem em consideração a repartição sectorial adotada nas Estatísticas Monetárias e Financeiras, bem como uma adaptação das novas guidelines da EBA e que

corresponde à adotada nos anos anteriores. Por contraste com anos anteriores, a exposição corresponde agora à exposição original líquida em conformidade com as guidelines.

		Sector Público	Particulares	Energia	Construção	Indústria	Serviços	Outros	Total
1	Administrações centrais ou bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Instituições	351 580	129	38	0	0	1 218 548	0	1 570 295
3	Empresas	124 918	31 782	1 364 882	1 009 400	2 224 502	7 924 482	141 901	12 821 867
4	Retalho	1 793	18 741 208	11 832	231 457	253 345	876 643	88 299	20 204 576
5	Ações	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6</b>	<b>Total Métodos Avançados (IRB)</b>	<b>478 291</b>	<b>18 773 119</b>	<b>1 376 751</b>	<b>1 240 857</b>	<b>2 477 847</b>	<b>10 019 673</b>	<b>230 200</b>	<b>34 596 737</b>
7	Administrações centrais ou bancos centrais	9 246 322	0	0	0	0	2 790 845	0	12 037 167
8	Administrações regionais ou autoridades locais	493 377	0	0	0	8	0	0	493 385
9	Entidades do setor público	199 711	5	0	0	0	23 593	0	223 309
10	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
12	Instituições	0	137 816	0	12 528	4 245	712 555	0	867 143
13	Empresas	22 772	207 696	51 933	167 358	416 792	1 078 690	25 824	1 971 064
14	Carteira de retalho	2 630	281 319	1 492	80 247	255 208	544 920	41 115	1 206 931
15	Posições com garantia de bens imóveis	2 330	3 105 969	3 680	55 308	105 114	728 606	38 891	4 039 897
16	Elementos vencidos	151	72 567	23	91 679	44 953	178 772	6 160	394 305
17	Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	344	0	23 768	100	211 674	994	236 880
18	Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Posições em risco sobre instituições e empresas com uma avaliação de crédito de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
20	Organismos de investimento colectivo (OIC)	0	0	0	0	0	55 384	0	55 384
21	Ações	0	0	0	0	0	308 972	0	308 972
22	Outros elementos	597 116	0	0	0	0	1 495 499	0	2 092 615
<b>23</b>	<b>Total método padrão</b>	<b>10 564 409</b>	<b>3 805 715</b>	<b>57 127</b>	<b>430 887</b>	<b>826 419</b>	<b>8 129 511</b>	<b>112 983</b>	<b>23 927 052</b>
<b>24</b>	<b>Total</b>	<b>11 042 700</b>	<b>22 578 834</b>	<b>1 433 879</b>	<b>1 671 744</b>	<b>3 304 266</b>	<b>18 149 184</b>	<b>343 183</b>	<b>58 523 790</b>

Template EU CRB-D – Concentração da exposição líquida bruta por sector

Unidade: m Euros  
Data de referência: 31/12/2019

## 5. Modelo "Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objeto de Imparidade"

w

**REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE**

	Posições em risco vencidas		Posições em risco objecto de imparidade		Correcções de valor e Provisões	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
<b>Total das posições:</b>	<b>2 019 553</b>	<b>2 349 452</b>	<b>45 199 224</b>	<b>48 182 413</b>	<b>1 329 078</b>	<b>1 587 341</b>
Decomposição pelos principais Sectores Económicos						
Sector Público	2 952	1 867	1 381 093	1 824 637	1 451	1 936
Particulares	523 485	610 391	22 479 301	22 658 425	225 294	281 583
Energia	26 067	19 561	1 423 713	1 280 356	10 755	11 652
Construção	359 844	487 522	1 554 342	1 705 224	140 361	195 766
Indústria	410 053	178 326	3 011 015	3 799 209	114 127	111 611
Serviços	673 951	1 043 570	14 282 296	16 665 527	823 185	980 227
Outros	23 202	8 216	1 067 464	249 036	13 904	4 566

Posições em risco vencidas e objecto de imparidade: posições em risco originais.

mEuros  
Unidade: mEuros

De referir, que em 2019 temos uma diminuição das posições em risco objeto de imparidade resultante da venda de porfolios de crédito.

## 6. Modelo "Correções de Valor e Provisões"

**CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES**

	Correcções de valor		Provisões	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
<b>Saldo inicial</b>	<b>1 109 570</b>	<b>1 740 865</b>	<b>53 160</b>	<b>24 022</b>
Dotações	244 824	967 019	89	6 688
IFRS9		28 142		35 062
Utilizações	-187 983	-671 436	0	
Reposições/Anulações	-244 172	-955 020	0	-12 612
Aquisições e alienações de filiais				
<b>Saldo final</b>	<b>922 239</b>	<b>1 109 570</b>	<b>53 249</b>	<b>53 160</b>

Em 2019, o saldo final das correções de valor foi de mEuros 922.239 o que representou uma diminuição de mEuros 187.331 face a 2018.

## 7. Modelo "Prazo de Vencimento Residual"

De acordo com as guidelines da EBA foi revista a repartição por prazo de maturidade residual das posições em risco face a anos anteriores. Assim, a repartição faz-se entre "<= 1 ano", "> 1 ano <= 5 anos", "> 5 anos" e "Sem maturidade conhecida" com base na exposição original líquida. Não foram discriminadas posições para a opção "Livres disposição".

		Livre disposição	<= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Sem maturidade conhecida	Total
1	Administrações centrais ou bancos	0	0	0	0	0	0
2	Instituições	0	850.617	181.093	538.586	0	1.570.295
3	Empresas	0	5.933.577	3.888.976	2.984.319	0	12.806.872
4	Retalho	0	690.556	2.267.448	17.261.567	0	20.219.570
5	Ações	0	0	0	0	0	0
<b>6</b>	<b>Total Métodos Avançados (IRB)</b>	<b>0</b>	<b>7.474.749</b>	<b>6.337.517</b>	<b>20.784.472</b>	<b>0</b>	<b>34.596.737</b>
7	Administrações centrais ou bancos centrais	0	2.876.984	481.531	8.678.652	0	12.037.167
8	Administrações regionais ou autoridades locais	0	43.198	35.170	415.017	0	493.385
9	Entidades do setor público	0	607	67	222.635	0	223.309
10	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
11	Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0
12	Instituições	0	807.842	3.753	55.549	0	867.143
13	Empresas	0	1.428.550	356.566	175.365	10.583	1.971.064
14	Carteira de retalho	0	851.785	262.571	92.575	0	1.206.931
15	Posições com garantia de bens imóveis	0	386.659	111.554	3.541.684	0	4.039.897
16	Elementos vencidos	0	215.266	26.795	152.244	0	394.305
17	Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	66.792	67.824	22.757	79.507	236.880
18	Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0
19	Posições em risco sobre instituições e empresas com uma avaliação de crédito de curto prazo	0	0	0	0	0	0
20	Organismos de investimento colectivo (OIC)	0	0	25.987	0	29.396	55.384
21	Ações	0	0	0	0	308.972	308.972
22	Outros elementos	0	520.505	627.161	0	944.949	2.092.615
<b>23</b>	<b>Total método padrão</b>	<b>0</b>	<b>7.198.189</b>	<b>1.998.980</b>	<b>13.356.477</b>	<b>1.373.406</b>	<b>23.927.052</b>
<b>24</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>14.672.938</b>	<b>8.336.497</b>	<b>34.140.949</b>	<b>1.373.406</b>	<b>58.523.790</b>

Template EU CRB-E – Concentração da exposição original líquida por maturidade

Unidade: m Euros  
Data de referência: 31/12/2019

## 5.2. Método Padrão

Por método Padrão entende-se o método previsto no Capítulo 2 do Título II da CRR.

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1. Informações de natureza qualitativa, relativas ao risco de crédito para efeito do Método Padrão

---

##### 1.1. Identificação das agências de notação externa (ECAI – External Credit Assessment Institutions) e das agências de crédito à exportação (ECA – Export Credit Agencies)

De acordo com a Secção 3 do Capítulo 2 do Título II da CRR, e para as posições em risco sobre administrações centrais ou bancos centrais, instituições e empresas tratadas pelo método padrão, o Grupo Santander Totta baseia os coeficientes de ponderação de risco na avaliação externa do risco de crédito produzida pelas seguintes agências de notação externa: Standard & Poor's Ratings Services (S&P), Moody's Investors Services (Moody's), Fitch Ratings (Fitch) e Dominion Bond Rating Service (DBRS).

O Grupo consulta as avaliações de ratings externos das agências referidas acima e procede de acordo com o previsto no art.º 138.º da CRR.

##### 1.2. Processo utilizado para afetar as avaliações de risco dos emitentes ou das emissões aos elementos incluídos na carteira bancária:

À data de 31 de Dezembro de 2019, existe uma emissão de dívida da EDIA que beneficia de aval do Estado, sendo tratada pelo Método Padrão, com recurso ao normativo de proteção pessoal por Administrações Centrais previsto no art.º 201 da CRR. Com a aquisição de ativos do ex-Banif, o Banco passou a ter igualmente em carteira uma posição sobre duas emissões de obrigações intitulada "Obrigações Região Autónoma da Madeira 2014 – 2028" e "Obrigações Região Autónoma da Madeira 2016-2026" com aval do Estado. Desde então, o Banco contratualizou mais operações com a Região Autónoma da Madeira cujo tratamento é em tudo

se semelhante. Detém ainda uma obrigação emitida pela Oitante, SA intitulada “EUR 746.000.000 Floating Rate Notes” que se vence a 22 de Dezembro de 2025, cujos pagamentos são garantidos pelo Fundo de Resolução e que beneficia de uma contragarantia do Estado Português.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

O modelo abaixo abrange o valor em risco (ou EAD) para os riscos de crédito incluindo crédito de contraparte (instrumentos derivados de cobertura e derivados de negociação) e de entrega.

### 2. Modelo “Método Padrão”

	Classes de risco	Ponderador de risco									Total	do qual sem rating	
		0%	2%	20%	35%	50%	75%	100%	150%	250%			Deduções
1	Administrações centrais ou bancos centrais	12 773 949	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12 773 949	4 122 599
2	Administrações regionais ou autoridades locais	0	0	98 500	0	0	0	0	0	0	0	98 500	98 500
3	Entidades do setor público	0	0	0	0	0	0	23 263	0	0	0	23 263	23 263
4	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Instituições	200 000	330 061	234 412	0	757	0	15 906	0	0	0	781 135	635 941
7	Empresas	0	0	0	0	0	0	1 213 653	0	0	0	1 213 653	1 198 519
8	Carteira de retalho	0	0	0	0	0	790 360	0	0	0	0	790 360	790 360
9	Posições com garantia de bens imóveis	0	0	0	3 364 870	126 978	413 199	127 760	0	0	0	4 032 807	4 032 807
10	Elementos vencidos	0	0	0	0	0	0	244 236	94 818	0	0	339 053	339 053
11	Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	0	0	0	0	0	0	226 748	0	0	226 748	226 748
12	Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Posições em risco sobre instituições e empresas com uma avaliação de crédito de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Organismos de investimento colectivo (OIC)	0	0	0	0	0	0	55 384	0	0	0	55 384	55 384
15	Ações	0	0	0	0	0	0	99 106	0	209 865	0	308 972	308 972
16	Outros elementos	804 589	0	65 983	0	0	0	1 061 563	0	160 481	0	2 092 615	2 092 615
17	<b>Total</b>	<b>13 778 538</b>	<b>330 061</b>	<b>398 894</b>	<b>3 364 870</b>	<b>127 735</b>	<b>1 203 559</b>	<b>2 840 870</b>	<b>321 566</b>	<b>370 346</b>	<b>0</b>	<b>22 736 438</b>	<b>9 950 775</b>

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2019

Face ao ano anterior, em 2019 assistiu-se a um aumento de mEuros 1.12.188 destacando-se a variação em Administrações centrais ou bancos centrais (+mEuros 2.194.940).

## 5.3. Método das Notações Internas

### Secção A – Informação Qualitativa / Modelos

#### 1. Informações de natureza qualitativa relativas ao risco de crédito para efeito do Método das Notações Internas

---

##### 1.1. Aceitação por parte do Banco de Portugal do método ou dos mecanismos transitórios adotados

O Banco de Portugal, em conjunto com o Banco de Espanha, autorizou o Banco Santander Totta a aplicar, desde 30 de Junho 2009, o método das Notações Internas com estimativas próprias de perda dado o incumprimento e fatores de conversão no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito.

Esta autorização aplica-se aos seguintes modelos:

- Modelos globais de rating: Instituições Financeiras (Bancos e Não Bancos), Banca Maiorista Global e Project Finance;
- Modelos locais de rating: Empresas Encarteiradas, Promotores e Câmaras;
- Modelos de scoring de admissão: Hipotecas e Consumo;
- Modelos de scoring de comportamento: Particulares e Incumprimento.

Em Fevereiro 2011, foi autorizada a aplicação do Método das Notações Internas à carteira de cartões, para os seguintes modelos:

- Modelo de scoring de admissão de Tarjetas;
- Modelos de scoring de comportamento: Particulares e Incumprimento.

Posteriormente, em Fevereiro de 2012, o Banco de Portugal, em conjunto com o Banco de Espanha, autorizou a aplicabilidade do Método das Notações Internas à carteira de Resto Retail, notada pelos seguintes modelos:

- Modelos de scoring de comportamento: Particulares e particulares com Incidências.

Com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2012, foi autorizada a aplicação do Método das Notações Internas à carteira de Negócios, para os seguintes modelos:

- Modelo de scoring de admissão de Negócios;
- Modelos de scoring de comportamento: Negócios e Negócios com Incidências.

Por último, em Março de 2016 o BCE autorizou a extensão de uso às carteiras de crédito especializado para os modelos Globais (Instituições Financeiras Bancos, Instituições Financeiras Não Bancos, Empresas Banca Maiorista Global) e modelos Locais de Empresas de Banca Comercial Encarteiradas (incluindo Promotores).

## 1.2. Explicação e análise dos seguintes pontos

- a) Sistema(s) de notação interna, respetiva estrutura e mecanismos de controlo e validação, com referência, nomeadamente, à independência e atribuição de responsabilidades.

O Banco Santander Totta possui modelos próprios de atribuição de pontuações conhecidas como rating ou scoring internos, com os quais mede a qualidade creditícia de um cliente ou de uma operação. A cada rating ou scoring corresponde uma probabilidade de incumprimento, determinada a partir da experiência histórica da entidade, com exceção de algumas carteiras designadas como low default portfolios. No Grupo existem mais de 400 modelos de pontuação interna, utilizados no processo de admissão e seguimento de risco.

As ferramentas de valoração das carteiras globais são aplicadas aos segmentos de risco de Banca Corporativa Global: Corporativa BMG, Soberanos, Project Finance e Instituições Financeiras, que possuem uma gestão centralizada no Grupo Santander, tanto na determinação do rating como no seguimento do risco. Estas ferramentas atribuem um rating a cada Cliente resultante de um modelo basicamente especializado, baseado na experiência do analista, que conta com o apoio de um módulo quantitativo ou automático, baseado em rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas.

Nos modelos globais, o módulo quantitativo calibra-se com base no preço do mercado dos derivados de crédito ou Credit Default Swaps. Desta cotação é extraída a probabilidade de incumprimento implícita no preço estabelecido pelo mercado e constrói-se adicionalmente um modelo que relaciona a dita probabilidade de incumprimento com a informação macroeconómica do país ou o balanço da empresa, de modo que a partir

desta informação seja possível obter a probabilidade de incumprimento, mesmo para as entidades que não dispõem de uma cotação para estes instrumentos.

O analista toma esta informação como referência, mas revê-a e ajusta-a para a obtenção do rating final, que deste modo é marcadamente especializada. Por vezes, como por exemplo no caso de BMG Corporativa, realiza-se adicionalmente um ajuste de rating nos casos em que o cliente pontuado pertença a um grupo do qual receba apoio explícito.

Já no caso de Empresas e Negócios (incluindo as Pessoas Jurídicas com maior faturação), o Grupo Santander definiu uma metodologia única para a construção de um modelo de rating em cada país. Neste caso a determinação do rating baseia-se num módulo automático que recolhe uma primeira intervenção do analista e que pode ou não ser complementada posteriormente. O módulo automático determina o rating em duas fases, uma quantitativa e outra qualitativa baseada num questionário corretor que permite ao analista modificar a pontuação automática numa variação limitada de pontos rating. O Grupo está a avançar para uma nova metodologia de rating, que procura incorporar toda a informação disponível (comportamento interno, fontes externas, etc.) de uma forma mais estruturada, que permita ponderar estatisticamente o peso da avaliação objetiva (automática) e da avaliação subjetiva (especializada) em função das características do Cliente e da capacidade de lidar com valores por parte do analista, de forma a que se agilize e melhore a atribuição do Rating.

As pontuações atribuídas ao cliente são revistas periodicamente incorporando a nova informação financeira disponível. A periodicidade das revisões aumenta no caso dos clientes que alcançam determinados níveis nos sistemas automáticos de alerta ou nos classificados como de seguimento especial. De igual modo, também se revêm as próprias ferramentas de pontuação para se poder ir ajustando a precisão das pontuações que atribuem.

Relativamente ao segmento de Retail, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem no Grupo Santander ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma pontuação às operações que se apresentam para admissão.

Estes sistemas de admissão são complementados com modelos de pontuação de comportamento, instrumentos que permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados, além de admitir novos riscos, para atividades de seguimento e de determinação de limites.

O Comité de Modelos aprovou a seguinte relação entre rating interno e probabilidade de default para as carteiras globais:

Rating	Banca Maiorista Global	Bancos	Instituições Financeiras
	PD	PD	Não Bancos PD
9.3	0,008%	0,008%	0,002%
9.2	0,008%	0,009%	0,002%
9.0	0,010%	0,011%	0,003%
8.5	0,017%	0,018%	0,006%
8.0	0,029%	0,030%	0,012%
7.5	0,049%	0,050%	0,024%
7.0	0,083%	0,083%	0,050%
6.5	0,140%	0,138%	0,103%
6.0	0,236%	0,229%	0,212%
5.5	0,397%	0,378%	0,437%
5.0	0,668%	0,624%	0,900%
4.5	1,122%	1,030%	1,853%
4.0	1,188%	1,694%	3,814%
3.5	3,128%	2,776%	7,853%
3.0	5,166%	4,515%	16,169%
2.5	8,415%	7,264%	33,289%
2.0	13,418%	11,483%	45,000%
1.5	20,723%	17,687%	45,000%
1.0	30,600%	26,248%	45,000%

Estas PDs aplicam-se de forma uniforme em todo o Grupo Santander em consonância com a gestão global destas carteiras. Como se pode comprovar, a PD atribuída ao rating interno não é exatamente igual para um mesmo rating em diferentes carteiras, já que é exigida uma calibração diferenciada pelos requerimentos regulamentares.

#### b) Relação entre as notações interna e externa

O sistema de ratings do Santander permite ordenar as empresas em função da probabilidade de incumprimento.

Existe uma correspondência biunívoca entre rating e probabilidade de incumprimento.

Rating Interno	Moody's	Standard & Poors
9,3	Aaa	AAA
9,2	Aa1	AA+
9,0	Aa2	AA
8,6	Aa3	AA-
8,1	A1	A+
7,7	A2	A
7,3	A3	A-
6,7	Baa1	BBB+
6,1	Baa2	BBB
5,6	Baa3	BBB-
5,0	Ba1	BB+
4,4	Ba2	BB
3,9	Ba3	BB-
3,3	B1	B+
2,7	B2	B
2,2	B3	B-
1,6	Caa1	CCC
1,0	Ca	CC

### c) Reconhecimento da redução do risco de crédito:

No cálculo do capital regulamentar as técnicas de mitigação do risco de crédito impactam no valor dos parâmetros de risco utilizados para a determinação do capital. A identificação e valoração das garantias associadas aos contratos é essencial e distingue-se por tipo de garantia, entre reais e pessoais. O processo de mitigação ocorre após a confirmação da validade das garantias e quando as mesmas sejam consideradas suscetíveis de serem utilizadas neste processo. De seguida, descrevemos o processo:

Em primeiro lugar, nas carteiras onde a PD é atribuída a nível do cliente, são consideradas as garantias pessoais. comparamos o Risk Weight (RW em diante) da operação que se obtém da aplicação da PD do cliente titular e o RW da operação calculado utilizando a PD do avalista. A PD final corresponde à PD que gere um menor valor de RW.

Em segundo lugar, para todo o tipo de operações (retail e não retail), é verificada a existência de garantias reais associadas à operação. No método IRB, a existência de garantias reais impacta no valor final da LGD utilizada no cálculo do capital. Neste processo também são considerados outros fatores potencialmente significativos

tais como o tipo de produto, o saldo da operação, etc. No caso das garantias hipotecárias, a LGD da operação estará em função do LTV (Loan To Value), e do tempo que a operação se mantiver no balanço do Banco.

A mitigação das garantias reais é realizada em função da parte da EAD coberta por uma ou várias garantias, de forma que a LGD final da operação será a LGD média que resulta da soma da multiplicação da LGD de cada garantia pelo valor coberto pela mesma com a multiplicação da LGD original pela parte da exposição não coberta por garantias. Esta soma de multiplicações é dividida pela exposição total original e devolve a LGD final ajustada.

$$\overline{LGD}_{final} = \frac{\sum LGD_{garantia_i} * EAD_{garantia_i} + LGD_{original} * (EAD_{original} - \sum EAD_{garantia_i})}{EAD_{original}}$$

$$EAD_{garantia} = Valor\ Garantia * (1 - Haircut)$$

No Anexo VI do presente documento são detalhadas as técnicas de redução de risco de crédito do Banco Santander.

### 1.3. Descrição do processo de notação interna, em relação às seguintes classes de risco

A quantificação do risco de crédito de uma operação é realizada através do cálculo da sua perda esperada e inesperada. Esta última é a base do cálculo de capital, tanto regulamentar como económico, e presume um nível de perda muito elevado, porém pouco provável, que não se considera custo recorrente e deve ser compensado com fundos próprios. Esta quantificação do risco pressupõe 2 fases distintas que são a estimação e a atribuição dos parâmetros característicos do risco de crédito: PD, LGD e EAD.

A PD, probabilidade de incumprimento, é uma estimativa que indica a probabilidade de um cliente ou contrato entrar em default nos próximos 12 meses. A PD utilizada para capital regulamentar é uma PD TTC (Through The Cycle) ou de longo prazo, não condicionada a um momento específico do ciclo.

O evento de default ou incumprimento que se modeliza assenta na definição do art.º 178 do Regulamento de Solvência do Banco Central Europeu onde se considera que existe um incumprimento em relação a um determinado Cliente/Contrato quando se observa pelo menos uma das seguintes situações:

- Que a entidade considere que existem dúvidas razoáveis sobre o pagamento da totalidade das suas obrigações creditícias;

- Que o cliente/contrato se encontre em situação de mora durante mais de 90 dias relativamente a qualquer obrigação creditícia significativa.

Nas carteiras de empresas o evento a modelizar é o default do cliente, no entanto, nas carteiras minoristas estima-se a probabilidade de default a nível do contrato.

O cálculo da PD baseia-se na experiência interna da entidade, isto é, nas observações históricas de defaults por nível de rating ou scoring.

A LGD, Loss Given Default, define-se como a esperança matemática da percentagem da perda económica no caso de que se produza um evento de default. O cálculo da LGD assenta em dados internos de proveitos e gastos nos quais a entidade incorre durante o processo de recuperação uma vez observado o evento de default, descontados à data de entrada em default.

A LGD que é calculada para uso no cálculo de capital regulamentar é uma LGD Down Turn, isto é, uma LGD condicionada ao pior momento do ciclo económico.

Adicionalmente ao cálculo da LGD downturn, que é utilizada para as operações normais, calcula-se uma estimativa de perda específica para as operações em default, determinada a partir dos parâmetros LGD e ELBE (Expected Loss Best Estimate). Este cálculo trata de recolher em cada momento a melhor estimativa de perda económica, em função, fundamentalmente, do tempo em default da operação condicionado à situação económica actual, enquanto a LGD das operações em default aumenta por motivo de possíveis perdas inesperadas adicionais que possam registar-se durante o período de recuperação.

Por último, é calculada a EAD, Exposure at Default, que se define como o valor da dívida no momento de default. No caso dos produtos de empréstimos ou qualquer produto sem saldo fora de balanço a EAD é igual ao saldo da operação mais os juros devidos não vencidos. No entanto, nos produtos de linhas é necessário estimar as disposições futuras que se produzirão entre o momento atual e o eventual evento futuro de default. Com tal propósito, é calculado o CCF, Credit Conversion Factor, que recolhe a percentagem do saldo atualmente não utilizado (saldo fora de balanço) que estaria utilizado no momento de default.

A informação histórica sobre as carteiras é essencial para o processo de estimação dos parâmetros regulamentares, segundo estabelece o próprio regulamento da UE (Regulamento (UE) nº 575/2013). Os períodos mínimos de dados requeridos nas estimações oscilam entre cinco e sete anos segundo o parâmetro

e a carteira. A entidade dispõe de um modelo de dados interno que recolhe a informação histórica das carteiras, e que está sujeito à revisão das áreas internas de Supervisão (Validação e Auditoria), assim como das autoridades supervisoras.

A metodologia utilizada para estimar os parâmetros de risco de crédito será atualizada oportunamente de acordo com as Diretrizes sobre as estimações de PD e LGD e o tratamento dos ativos em default, além das Diretrizes e o RTS referentes à definição de default, para englobar os requisitos e as interpretações derivadas destes artigos regulamentares.

Tal como já referido, para utilização regulamentar, as observações de frequência de defaults e das perdas associadas devem ser a média de todo um ciclo económico para a PD, ou ser representativas de uma situação de downturn para os casos da LGD e da EAD.

Por este motivo, as observações recentes não são diretamente comparáveis com os parâmetros regulamentares, e os exercícios de backtesting devem ser considerados de forma muito cautelosa. Assim, como se verá na alínea 1.6., as frequências de default observadas (FDO) recentemente estarão abaixo das PDs regulamentares naquelas geografias com ritmos de crescimento superiores à média do ciclo observado. Inversamente, numa situação económica abaixo da média as observações de default podem superar as PDs regulamentares.

- **Carteiras de low default: Corporativa BMG, Bancos, Outras Entidades Financeiras, Soberanos**

Há carteiras específicas onde a experiência de defaults é tão escassa que a estimação deve utilizar aproximações alternativas. Trata-se dos denominados low defaults portfolios.

Nestas carteiras, a estimação dos parâmetros de risco PD e LGD assenta basicamente em bases de dados de agências de rating externas à entidade, que recolhem experiência partilhada de um grande número de entidades ou países que foram valorados pelas ditas agências. Estas bases de dados apresentam informação histórica com uma profundidade considerável o que permite a identificação de ciclos económicos completos, assim como a análise de situações downturn.

A definição de default utilizada pelas agências compara-se em detalhe com a requerida regulamentarmente e ainda que não haja plena coincidência apresenta pontos suficientemente comuns que permitam a sua utilização.

Para a PD, as agências não reportam estimações Through The Cycle (TTC) mas observações de default anuais. Para estas observações é calculada uma média ao longo de um ciclo económico por nível de rating externo para obter a PD TTC. A todas as contrapartes com rating externo é associada esta PD TTC que serve para calibrar o rating interno. Deste modo, a PD não dependerá do rating externo da contraparte, mas do seu rating interno e será inclusive aplicável a clientes sem rating externo.

Os parâmetros estimados para as carteiras globais são únicos para todas as unidades do Grupo Santander. Assim, uma entidade financeira de rating 8,5 terá a mesma PD independentemente da unidade do Grupo onde se contabilize a sua exposição.

- **Empresas (incluindo PMEs, Project Finance e Promotores)**

Para as carteiras de clientes com um gestor associado e experiência suficiente de defaults internos, a estimacão baseia-se na referida experiência interna da Entidade. A PD calcula-se ao nível do Cliente observando as entradas em morosidade das carteiras e estabelecendo uma relação entre estas entradas e o rating atribuído aos clientes. Para isso são calculadas as frequências de default observadas long run (FDO LR) a nível de rating ou grupo de rating e ajustam-se ao nível da PD média que se observa em determinada carteira num ciclo económico completo.

Ao contrário dos low default portfolios, as carteiras de Empresas contam com sistemas de rating específicos em cada unidade do Grupo Santander, que necessitam de calibrações de PD ajustadas a cada caso.

O cálculo da LGD baseia-se, nas carteiras de Empresas, na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento. Este cálculo tem em conta não apenas os registos contabilísticos dos proveitos e gastos associados ao processo de recuperação, como também o momento em que estes se produziram para calcular o seu valor presente, bem como os custos indiretos associados ao dito processo. Para o seu uso regulamentar, as estimacões de LGD devem considerar-se associadas a um momento de crise económica ou período downturn. Modeliza-se a existência de variáveis relevantes (os chamados drivers) que expliquem a obtenção de níveis de LGD distintos para grupos de operações diferenciados. Os principais drivers utilizados são a antiguidade das operações, a existência ou não de garantias e o tipo das mesmas, o Loan to Value, etc.. A estas variáveis explicativas exige-se relevância estatística e sentido de negócio. Adicionalmente, calcula-se uma estimativa ELBE e LGD para as operações em default.

Por último, a estimacão da EAD ou exposição em caso de default baseia-se na comparação da percentagem de uso das linhas comprometidas no momento do default, e numa situação normal, para calcular em que medida as dificuldades financeiras de um cliente o induzem a aumentar a utilização dos seus limites de crédito.

Para a estimação do CCF recolhe-se a informação dos incumprimentos, observados nas bases de dados históricas e compara-se com a situação de saldos (saldo dentro de balanço e saldo fora de balanço) entre o momento do default e momentos anteriores onde ainda não se manifestou a deterioração da qualidade creditícia dos clientes.

- **Minoristas (Retail e Pequenos negócios)**

Nas carteiras cujos clientes não têm um gestor associado e têm um tratamento massivo ou standardizado, a estimação baseia-se também na experiência interna da entidade, com a particularidade da informação para atribuição da PD ser ao nível da operação e não do cliente.

A PD calcula-se observando as entradas em morosidade das operações em função do scoring atribuído às operações no momento da admissão, ou ao cliente a partir de uma certa antiguidade da operação.

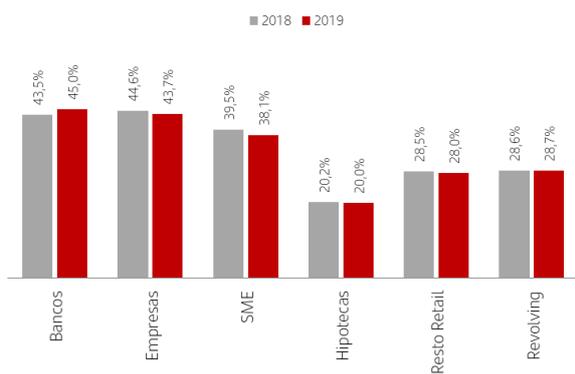
À semelhança do que se passa nas carteiras de Empresas, o cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação, ajustando os cálculos a uma situação downturn. Calcula-se também uma estimação ELBE e LGD para as operações em default, e a estimação da EAD é também semelhante à das Empresas.

Os parâmetros destas carteiras devem estimar-se de forma particular para cada entidade, país e segmento e serem atualizadas pelo menos uma vez por ano.

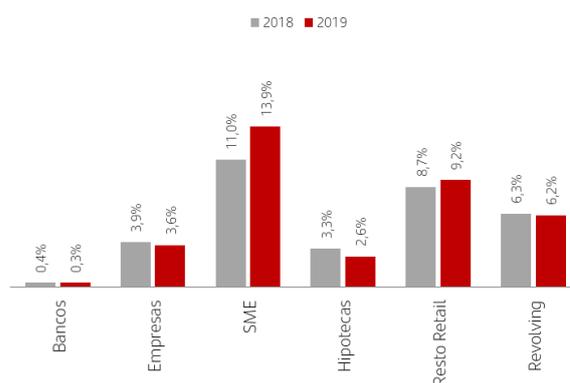
Os parâmetros são logo atribuídos às operações presentes no balanço das Unidades, com o objetivo de calcular as perdas esperadas e os requerimentos de capital associado à sua exposição.

Os seguintes gráficos resumem a evolução dos parâmetros médios de risco, a exposição e a percentagem de capital sobre a EAD para as distintas carteiras entre 2018 e 2019.

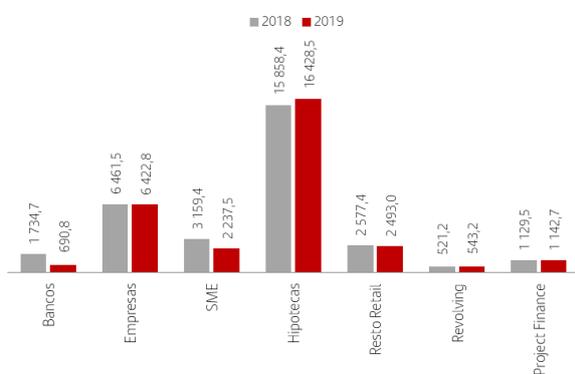
LGD MEDIA PONDERADA POR EAD



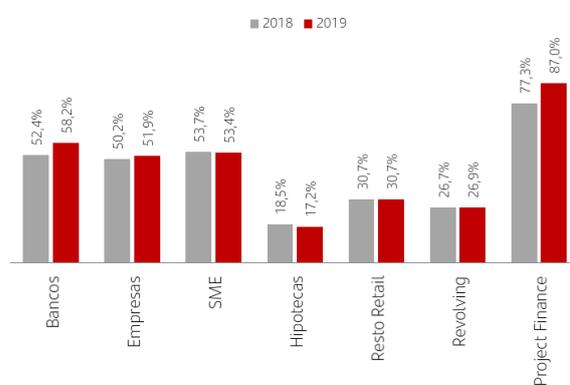
PD MEDIA PONDERADA POR EAD



EXPOSIÇÃO



% RWA SOBRE EAD



As tabelas que se seguem apresentam um resumo dos modelos internos de parâmetros autorizados para o cálculo dos requerimentos de capital para risco de crédito:

## MODELOS GLOBAIS

Componente	Carteira	Modelos significativos		Descrição do modelo e metodologia	Nº de anos	Categoria Basileia	Limites regulamentares aplicados
		Nº	Descrição				
PD	Empresas não standardizadas	3	- Empresas - Administrações municipais - Promotores imobiliários	Modelo estatístico baseado em dados internos que calibram o modelo de pontuação, realizando um ajuste cíclico.	> 10	Empresas	PD ≥ 0.03%
	Empresas standardizadas	2	- Particulares - Pessoas jurídicas			Retail - Resto	
	Retail hipotecário	1	- Retail hipotecário			Retail - Hipotecário	
	Retail não hipotecário	3	- Cartões de crédito - Consumo - Resto retail			Retail - revolving e outras	
LGD	Empresas não standardizadas	3	- Empresas - Administrações municipais - Promotores imobiliários	Modelo estatístico baseado em dados de recuperação internos. Período de recessão baseado no piores anos do ciclo (downturn).	> 10	Empresas	Não
	Empresas standardizadas	2	- Particulares - Pessoas jurídicas			Retail - Resto	
	Retail hipotecário	1	Retail hipotecário			Retail - Hipotecário	
	Retail não hipotecário	1	Retail não hipotecário			Retail - revolving e outras	
EAD	Empresas não standardizadas	3	- Empresas - Administrações municipais - Promotores imobiliários	Modelo estatístico que utiliza dados defaults de balanço para obter um CCF.	> 10	Empresas	EAD deve ser pelo menos equivalente à utilização atual do saldo ao nível da conta
	Empresas standardizadas	2	- Particulares - Pessoas jurídicas			Retail - Resto	
	Retail	1	Retail			Retail - revolving e outras	

## MODELOS LOCAIS

Componente	Carteira	Modelos significativos		Descrição do modelo e metodologia	Nº de anos	Categoria Basileia	Limites regulamentares aplicados
		Nº	Descrição				
PD	Empresas carterizadas	3	- Empresas - Câmaras - Promotores	Modelo estatístico baseado em dados internos que calibram o modelo de pontuação, realizando um ajuste cíclico.	> 10	Empresas	PD ≥ 0.03%
	Empresas standarizadas	2	- Particulares - Pessoas jurídicas			Minoristas - Outros	
	Retail hipotecário	1	- Retail hipotecário			Minoristas - Hipotecas	
	Retail não hipotecário	3	- Cartões de crédito - Consumo - Resto retail			Minoristas - revolving e outras	
LGD	Empresas carterizadas	3	- Empresas - Câmaras - Promotores	Modelo estatístico baseado em dados de recuperação internos. Período de recessão baseado no piores anos do ciclo (downturn).	> 10	Empresas	Não
	Empresas standarizadas	2	- Particulares - Pessoas jurídicas			Minoristas - Outros	
	Retail hipotecário	1	- Retail hipotecário			Minoristas - Hipotecas	
	Retail não hipotecário	1	- Cartões de crédito - Consumo			Minoristas -	
EAD	Empresas carterizadas	3	- Empresas - Câmaras - Promotores	Modelo estatístico que utiliza dados defaults de balanço para obter um CCF.	> 10	Empresas	EAD deve ser pelo menos equivalente à utilização atual do saldo ao nível da conta
	Empresas standarizadas	2	- Particulares - Pessoas jurídicas			Minoristas - Outros	
	Retail	1	Retail			Minoristas - revolving e outras	

Um uso importante dos parâmetros de risco de crédito: PD, LGD e EAD é a determinação dos recursos próprios mínimos definidos na CRR.

O regulamento assinala também a necessidade de que estes parâmetros e métricas associadas, tais como a perda esperada e a perda inesperada, não sejam utilizados com fins exclusivamente regulamentares, mas que devem também ser úteis na gestão interna do risco de crédito.

As estimações internas dos parâmetros de risco de crédito são utilizadas em diversas ferramentas de gestão tais como pré-classificações, capital económico, cálculo de rentabilidade ajustada ao risco (RORAC), cálculo da

rentabilidade sobre os requisitos de Capital (RORWA), stress test e análise de cenários sendo difundido o resultado dos mesmos à Direção nos diferentes comités internos.

No caso da análise de cenários, os parâmetros de risco de crédito são relacionados com variáveis representativas da situação económica, tais como a taxa de desemprego, o crescimento do PIB, as taxas de juro, etc. Esta relação permite quantificar o risco de crédito sob diferentes cenários macroeconómicos e, em particular, avaliar o nível que o risco pode alcançar em situações de stress.

A ferramenta de pré-classificações permite atribuir limites aos Clientes em função das suas características de risco. Estabelecem-se limites não só em termos de exposição, como de capital económico, para cujo cálculo se utilizam os parâmetros de risco de crédito.

Na política de pré-classificações, as operações concedidas consomem o limite atribuído e este consumo realiza-se em função das características de risco das operações tal como o prazo das garantias associadas. Facilita-se, assim, uma política de admissão ágil mas rigorosa no controlo de risco.

O cálculo e atribuição de capital económico integram numa única medida a diversidade de riscos derivados da atividade financeira, complementando a medição de risco de crédito com outros riscos, tal como de mercado, operacional, de negócio ou de juros de posição em balanço. A sua atribuição a nível de unidades de negócio proporciona uma visão da distribuição do risco por diferentes atividades e zonas geográficas, tendo também em conta o benefício da diversificação. A relação entre capital e resultados económicos permite o cálculo da rentabilidade ajustada a risco ou RORAC, que comparado com o consumo de capital dá uma ideia da contribuição de cada unidade para a criação de valor do Grupo Santander.

Os parâmetros de risco de crédito são necessários para estes cálculos, e ainda que os seus valores não sejam exatamente coincidentes com os utilizados para a finalidade regulamentar, a metodologia de estimativa e atribuição é paralela, e as bases de dados usadas em ambos os casos são as mesmas.

Outro aspeto importante que reforça o nível de integração na gestão do valor do capital económico é a determinação da compensação e o estabelecimento dos objetivos das diferentes unidades de negócio ligadas a capital e ao RORAC obtidos.

Como parte fundamental do processo de implementação de modelos avançados levado a cabo pelo Grupo Santander, estabelecem-se mecanismos robustos para o controlo e revisão por parte das áreas de Validação Interna e Auditoria Interna para realizar um seguimento e validação efetiva sobre os modelos de valoração e

a sua integração em gestão, parâmetros de risco, integridade e qualidade da informação, documentação do processo de cálculo de capital, governance, risco de modelo, ambiente tecnológico, etc.

O modelo de segregação funcional vigente no Grupo Santander consiste num modelo de capas de controlo estruturado em três linhas de defesa com estrutura organizativa e funções claramente diferenciadas e independentes:

- 1ª Linha (Model Owner e Metodologia)
- 2ª Linha (Risco de Modelo, Validação Interna e unidades de Controlo e Supervisão de Riscos)
- 3ª Linha (Auditoria Interna).

Mediante esta estrutura organizativa e funcional diferenciada assegura-se o cumprimento dos requerimentos regulamentares estabelecidos para os modelos IRB:

- a. Existência de um modelo de Governo robusto sobre os modelos.
- b. Existência, diferenciação e independência entre as funções das unidades de Controlo e Supervisão de Riscos, Validação Interna e Auditoria Interna.
- c. Revisões anuais independentes por parte de Validação Interna e Auditoria Interna.
- d. Processos de comunicação à Direção, que assegurem o conhecimento dos riscos associados.

## Risco de Modelo

O Grupo Santander conta com um longo percurso no uso de modelos para apoiar a tomada de decisões de diversa índole, com especial relevância na gestão dos diferentes tipos de risco.

Define-se modelo como um sistema, uma abordagem ou um método quantitativo que aplica teorias, técnicas e suposições estatísticas, económicas, financeiras ou matemáticas para transformar dados de entrada em estimativas quantitativas. Os modelos são representações simplificadas das relações do mundo real entre características, valores e supostos observados. Esta simplificação permite centrar a atenção nos aspetos concretos que se consideram mais importantes para a aplicação de um determinado modelo.

O uso de modelos acarreta o aparecimento do risco de modelo, que se define como as potenciais consequências negativas derivadas das decisões baseadas em resultados de modelos incorretos, inadequados ou utilizados de forma indevida.

- Segundo esta definição, as fontes que geram o dito risco são.

- O modelo em si mesmo, pela utilização de dados incorretos ou incompletos na sua construção, assim como pelo método de modelização utilizado e pela sua implementação nos sistemas.
- O uso inadequado do modelo.

A materialização do risco de modelo pode acarretar perdas financeiras, tomadas de decisão comerciais e estratégicas inadequadas ou dano à reputação do Grupo Santander.

O Grupo tem trabalhado na definição, gestão e controlo de risco de modelo durante os últimos anos, e desde o ano de 2015 que existe uma área específica, dentro da Divisão de Riscos, para controlar este risco.

As funções de gestão e controle do risco de modelo são desempenhadas tanto corporativamente como em cada uma das principais entidades onde o Grupo Santander tem presença. As funções referidas regem-se pelo modelo de gestão de risco de modelo, com uns princípios, responsabilidades e processos comuns a todo o Grupo Santander, em que se detalham aspetos relativos à organização, governo, gestão de modelos e validação dos mesmos, entre outros.

A supervisão e controlo de risco de modelo é proporcional á importância de cada modelo. Assim, define-se um conceito de "Tiering" como o atributo utilizado para sintetizar o nível de importância de cada modelo a partir do qual se determina a robustez dos processos de gestão de riscos que deverão ser seguidos.

O Banco Santander Totta implementou em finais de 2017 um plano estratégico, "Model Risk Management 2.0 (MRM 2.0)", como medida de antecipação para reforçar a gestão de risco de modelo. Tendo como objetivo a análise de cada uma das etapas do governo dos modelos e incorporar as novas exigências de supervisão contempladas no Guia do ECB sobre a supervisão de modelos internos.

MRM 2.0, atualmente em curso, está dividido em 3 fases (2018, 2019 e 2020) e inclui dez iniciativas organizadas que abrangem os 4 pilares:

- Elementos chave: iniciativas relacionadas com o governo, apetite de risco, âmbito de gestão e políticas de risco;
- Processos: iniciativas relacionadas com as fases do ciclo de vida dos modelos.
- Comunicação: comunicação interna e externa (seguimento, informes, formação ...).
- Auxiliares do risco de modelo: Infraestrutura, Ferramentas e recursos.

O comitê de modelos é o órgão interno responsável pela supervisão e controle do risco de modelo do Banco Santander Totta. O seu objetivo é ser um instrumento para o controle efetivo do risco de modelo, assessorando o responsável da função de riscos (Chief Risk Officer) e o comitê de controle de riscos, garantindo que o risco de modelo seja gerido conforme o nível de apetite ao risco do Grupo Santander aprovado em conselho de administração, o que inclui a identificação e seguimento do risco de modelo tanto atual como emergente, e o seu impacto no perfil de riscos do Banco Santander Totta.

A responsabilidade de autorizar o uso dos modelos recai, fundamentalmente, no subcomitê de aprovação de modelos. Atualmente existe um esquema de delegação de poderes, pelo que os modelos de menor importância são aprovados a nível local, com informação periódica ao subcomitê de aprovação de modelos.

A alta direção do Banco Santander Totta conhece solidamente os modelos de maior importância. Adicionalmente, realiza um acompanhamento periódico do risco de modelo através de diversos relatórios que permitem obter uma visão consolidada e tomar as respetivas decisões.

A gestão e controle do risco de modelo estão estruturados em torno de um conjunto de processos conhecidos como o ciclo de vida do modelo. A definição das fases do ciclo de vida do modelo no Grupo Santander detalha-se na seguinte figura:



### 1.3.1. Identificação

Assim que um modelo é identificado, torna-se necessário assegurar que é incluído no âmbito do controlo de risco de modelo. Um elemento chave para realizar uma boa gestão do risco de modelo é dispor de um inventário completo e exaustivo dos modelos utilizados.

O grupo Santander possui um inventário centralizado que foi construído utilizando uma taxonomia uniforme para todos os modelos utilizados nas diferentes unidades de negócio. Este inventário contém toda a informação relevante acerca de cada um dos modelos, permitindo efetuar um seguimento adequado dos mesmos em função da sua relevância. Uma das informações básicas contidas no inventário, que determina o tipo de gestão que se faz do modelo, é o tier do mesmo. O tier reflete o nível de relevância do modelo, tanto em termos quantitativos como atendendo a outros critérios não quantificáveis.

Por outro lado, o inventário permite realizar análises transversais da informação (por geografia, tipos de modelos, materialidade, etc.), facilitando assim a tomada de decisões estratégicas em relação aos modelos.

### 1.3.2. Planificação

Nesta fase intervêm todos aqueles envolvidos no ciclo de vida do modelo (gestores e utilizadores, desenvolvedores, validadores, fontes de informação, tecnologia, etc.), acordando e estabelecendo prioridades quanto aos modelos que se vão desenvolver, rever ou implantar no decurso do ano.

A planificação realiza-se anualmente em cada uma das principais unidades do Grupo, sendo aprovada pelos órgãos de decisão local e referendada corporativamente.

### 1.3.3. Desenvolvimento

Trata-se da fase de construção do modelo, baseada nas necessidades estabelecidas no plano de modelos, e utilizando a informação facultada pelos especialistas para esse fim.

A maior parte dos modelos que o Grupo Santander utiliza são desenvolvidos por equipas internas de metodologia, ainda que também existam modelos adquiridos externamente. Em ambos os casos, o desenvolvimento deve processar-se de acordo com as normas comuns para o Grupo Santander, definidas corporativamente. Deste modo, assegura-se a qualidade dos modelos utilizados para a tomada de decisões.

#### 1.3.4. Validação independente

Adicionalmente a constituir um requisito regulamentar em alguns casos, a validação independente de modelos constitui um pilar fundamental para uma gestão e controlo de risco de modelo adequados no Grupo Santander. Para isso, existe uma unidade especializada com plena independência relativamente às equipas de desenvolvimento e aos seus utilizadores, que emite uma opinião técnica sobre a adequação dos modelos internos às finalidades para que são utilizados, e que retira conclusões sobre a sua robustez, utilidade e eficiência. A opinião de validação consiste em uma qualificação que resume o risco de modelo associado ao mesmo.

A validação interna abarca todos os modelos no âmbito de controlo de Risco de Modelo, desde os modelos utilizados na função de riscos (modelos de risco de crédito, mercado, estruturais ou operacionais, modelos de capital, tanto económico como regulamentar, modelos de provisões, de stress test, etc.) até outras tipologias de modelos utilizados noutras funções de apoio à tomada de decisão.

O alcance da validação inclui não só os aspetos mais teóricos ou metodológicos, como também os sistemas tecnológicos e a qualidade dos dados em que sustenta o seu funcionamento efetivo. Em geral, inclui todos os aspetos relevantes na gestão: controlos, reporting, usos, implicação da alta direção, etc.

Deve assinalar-se que este ambiente corporativo de validação interna do Grupo Santander está plenamente alinhado com os critérios de validação interna de modelos avançados emitidos pelos diferentes supervisores a que o Grupo Santander está sujeito. Neste sentido, mantém-se o critério de separação de funções entre as unidades de desenvolvimento e uso de modelos (1ª linha de defesa), as de validação interna (2ª linha de defesa) e auditoria interna (3ª linha) que, enquanto último nível de controlo, encarrega-se de verificar a eficácia da função, o cumprimento das políticas e procedimentos internos e externos, bem como de pronunciar-se sobre o seu grau de independência efetiva.

#### 1.3.5. Aprovação

Antes de ser implantado e, portanto, utilizado, cada modelo deve ser apresentado para sua aprovação nos órgãos correspondentes, de acordo com o estabelecido na normativa interna em vigor a cada momento, e aos esquemas de delegação aprovados.

### 1.3.6. Implementação e uso

Esta é a fase em que o modelo desenvolvido é implementado no sistema através do qual vai ser utilizado. Conforme referido, esta fase de implementação é outra das possíveis fontes de risco de modelo, pelo que é requisito indispensável que se realizem testes por parte das equipas técnicas e proprietários do modelo, certificando-se de que o modelo foi implementado de acordo com a definição metodológica, e funciona de acordo com o esperado.

### 1.3.7. Seguimento e controlo

Os modelos devem ser revistos periodicamente para se assegurar que continuam a funcionar corretamente e adequados ao uso que se lhes está a dar. Em caso contrário, são adaptados ou redesenhados.

Adicionalmente, os equipamentos de controlo devem assegurar que a gestão do risco de modelo é feita de acordo com os princípios e normas estabelecidas no Marco de Risco de Modelo e respetiva normativa interna.

## 1.4. Governance

Na gestão do Risco do modelo de um modelo, são utilizadas métricas que permitem identificar o nível de risco de um modelo. Essas métricas estão fundamentadas num rating atribuído, normalmente, no seguimento de validações independentes a cada um dos modelos.

O apetite de risco a nível do grupo e de cada uma das unidades, estabelece parâmetros com base no rating médio de cada modelo. Desta forma, é efetuado o acompanhamento da evolução da distribuição de rating, reforçando-se o acompanhamento dos modelos com ratings mais baixos.

Outra métrica importante é o grau de cobertura dos modelos que quantifica de maneira sintética, o nível de utilização dos modelos na tomada de decisão e na gestão dos diferentes riscos.

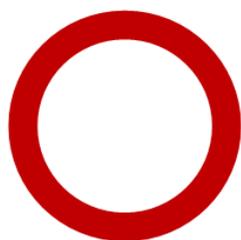
Os níveis de apetite de risco oscilam em função da relevância de cada modelo, sendo mais exigente em termos de apetite de risco para os modelos mais relevantes. O acompanhamento de indicadores é regular e implica a tomada de ações corretivas quando os indicadores se desviam parâmetros definidos. Por outro lado, o adequado seguimento de recomendações efetuadas por Validação Interna / Auditoria, assim como a avaliação dos impactos de medidas corretivas nas métricas estabelecidas, permite dotar os modelos com a robustez necessária e enquadrados dentro das métricas de apetite que se encontram definidas em cada momento.

A métrica de Apetite de Risco centra-se, portanto, na qualidade dos modelos que são regularmente avaliados por Validação Interna.

Inclui-se de seguida um quadro resumo das avaliações que Validação Interna realizou durante a revisão de parâmetros e modelos de rating de modelos de risco de crédito durante o ano de 2018.

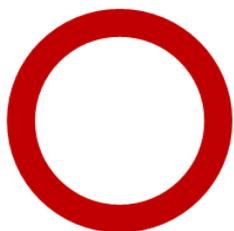
O resultado da qualidade do modelo resume-se em um rating final que indica o risco de modelo atendendo à seguinte escala:

EAD



Moderado  
Baixo 100%

Scoring



Moderado  
Baixo 100%

- Baixo: o comportamento do modelo e o seu uso é adequado. A qualidade da informação utilizada no desenvolvimento é boa. A metodologia utilizada cumpre com as normas e as melhores práticas definidas. A documentação, processos e normativa em relação ao modelo é clara e completa. Qualquer deficiência é pouco relevante e não afeta o desempenho do modelo.
- Moderado-baixo: o comportamento do modelo e seu uso é adequado. As premissas consideradas no desenvolvimento do modelo são razoáveis. Existem aspetos de melhora, porém estes não são críticos nem relevantes. Não se estima que existam problemas na implementação e uso do modelo. As alterações no modelo devem ser considerando se os seus benefícios superam o custo da alteração.
- Moderado: o comportamento do modelo e seu uso é adequado. As premissas consideradas no desenvolvimento do modelo são razoáveis. Existem aspetos de melhora no modelo. As correções das deficiências devem ser realizadas a médio prazo ou deve-se analisar o custo benefício das alterações.
- Moderado-alto: existem deficiências no comportamento do modelo ou em seu uso. As premissas do modelo, a qualidade da informação da amostra de desenvolvimento ou as previsões do mesmo são

questionáveis. Previamente à implementação ou uso do modelo é muito recomendável que se corrijam algumas deficiências ou sejam planificadas para sua correção no curto prazo. Outras alternativas no desenvolvimento para mitigar o risco de modelo deveriam ser consideradas.

- Alto: o comportamento do modelo não é adequado, não está a ser utilizado para o propósito para o qual se desenvolveu ou as premissas do modelo não são corretas. Alguns aspetos devem ser corrigidos imediatamente. Recomenda-se não implementar nem usar o modelo tal qual se apresentou.

### 1.5. Auditoria Interna

Auditoria interna forma parte da terceira linha de defesa. A análise levada a cabo por esta equipa independente pode-se englobar em cinco grandes linhas de atuação:

- Revisão do cumprimento do modelo de governo interno do Grupo Santander assim como o exigido pelos reguladores, avaliando a existência e suficiência de uma estrutura organizativa e de comités, que permita uma gestão adequada dos modelos IRB e o cálculo de Capital Regulamentar.
- Gestão, grau de adequação e integração dos modelos. Análise do cumprimento dos requisitos de gestão do ciclo de vida dos modelos, a fim de conhecer e minimizar os riscos associados à construção e utilização dos modelos, a sua integração em gestão e a suficiência dos controlos estabelecidos.
- Análise da correta medição do risco, testando a coerência e integridade das bases de dados e da construção de modelos. Revisão do ambiente de controlo sobre a informação e a adequada qualidade e integridade dos dados contidos nas bases de dados de Basileia (datamart corporativo).
- Revisão do processo de cálculo de capital e reporting.
- Análise dos aspetos técnicos e aplicações do ambiente tecnológico. Examinar a robustez, fiabilidade e segurança da infraestrutura e processos que suportam a estimativa de parâmetros e o cálculo de capital dentro do ambiente BRD-Motor de Cálculo Corporativo.

Uma vez finalizada a revisão, Auditoria Interna emite um relatório que contém um documento de recomendações e observações como resultado de seu processo de revisão, assinado pela unidade e/ou as áreas implicadas, que seguidamente terão um prazo estipulado para apresentar seus planos de ação e resolução. Tanto a equipa de auditores como as áreas afetadas realizarão um seguimento contínuo para assegurar o cumprimento dos aspetos de melhoria detetados. Deve-se destacar que os relatórios de revisão dos modelos IRB reportam diretamente à alta direção do Banco Santander Totta e estão à disposição dos supervisores (Banco Central Europeu, Banco de Espanha assim como os supervisores locais). A divisão de Auditoria Interna informa em paralelo a comissão de auditoria do Grupo Santander, que é um órgão autónomo, em particular sobre aquelas recomendações que não apresentam um grau de implementação adequado, para estudar as causas e impulsionar definitivamente a sua implementação. Finalmente, a divisão de Auditoria Interna mantém linhas de comunicação direta com os supervisores, de forma totalmente independente às funções de Controlo e Supervisão de Riscos.



### 1.6. Descrição dos fatores que tiveram impacto a nível das perdas verificadas no período precedente.

O objetivo do Backtest da PD é contrastar a idoneidade das PDs regulamentares, comparando-as com as frequências de default observadas (FDO) no período mais recente. Selecionaram-se as carteiras mais importantes do Santander Portugal: Hipotecas e Empresas Encarteiradas.

Em cada carteira, estabelecem-se intervalos de PD regulamentar, e compara-se cada uma delas com a PD media atribuída para efeitos de Capital Regulamentar com a Frequência de Default observada (FDO). Para isso, foram selecionadas operações e Clientes que, a uma determinada data, se encontravam em situação de não default e foram observadas as suas entradas em morosidade nos 12 meses seguintes.

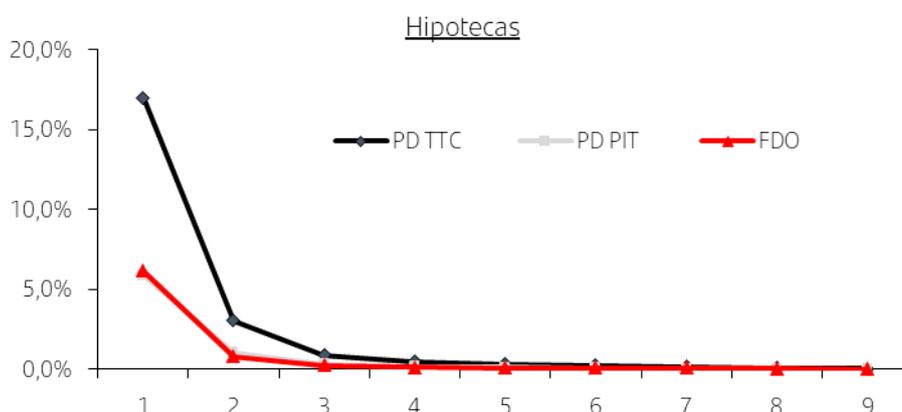
A PD regulamentar é uma PD TTC (Through the Cycle), não condicionada a um momento pontual do ciclo. No entanto, a Frequência de Default é observada num determinado momento (2018). Devido à sua diferente natureza, a comparação entre ambas magnitudes não permite contrastar a precisão das PDs regulamentares, mas torna-se útil para determinar a magnitude do ajuste ao ciclo utilizado para a determinação das PDs TTC.

Para completar a análise, a frequência de default observada é comparada também com a PD PIT, esta sim influenciada pela situação cíclica do período de observação. Esta comparação permite contrastar a descida da curva de PD em relação à morosidade observada em cada intervalo de rating.

A maioria dos gráficos que se seguem não recolhe o primeiro intervalo de PD. Esse intervalo inclui valores muito elevados devido a serem consideradas operações em situações especiais, tais como em processo de cura, ou irregulares, entre outras. A sua inclusão iria distorcer a escala dos gráficos, impedindo uma valorização adequada dos intervalos de PD mais povoados.

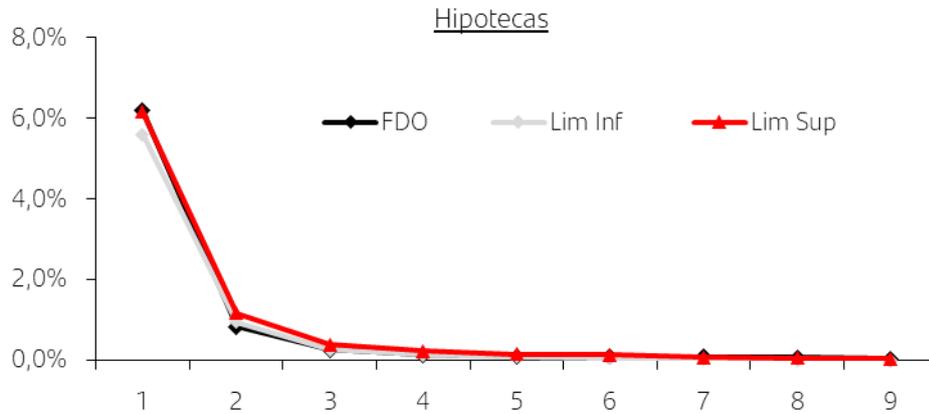
Os gráficos que se seguem resumem a informação das carteiras analisadas:

### HIPOTECAS FDO vs PD



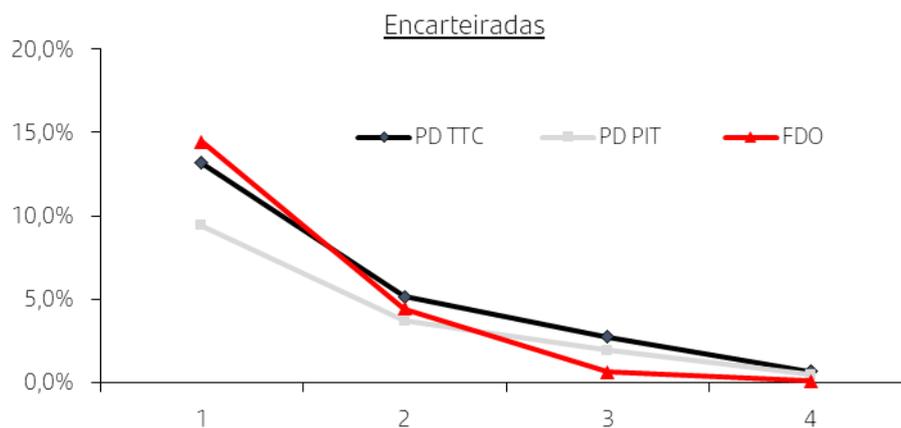
Em hipotecas observa-se que as entradas em morosidade são em geral inferiores à média do ciclo. Observa-se também que, no contexto da recuperação atual em Portugal, a série FDO tende a aproximar-se aos níveis médios representados para as PDs de longo prazo.

### EMPRESAS ENCARTEIRADAS FDO vs PD



A carteira de Empresas apresenta um comportamento volátil derivado ao escasso número de defaults. Esta carteira apresenta uma PD TTC ligeiramente superior à frequência de default observada em 2019, exceto no grupo com menor qualidade creditícia. Isto supõe um reflexo da situação económica favorável atual, já que as entradas em morosidade estão abaixo ou com valores próximos dos níveis médios do ciclo.

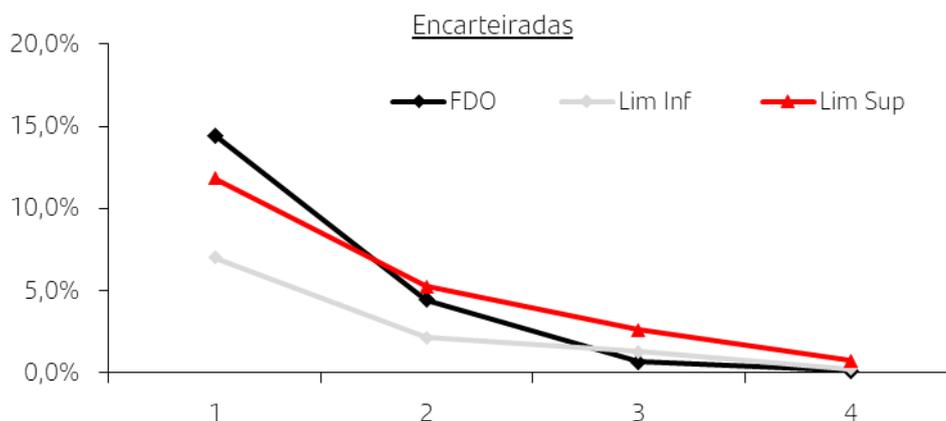
### HIPOTECAS FDO vs LIMITE



Em hipotecas os intervalos são muito estreitos devido ao elevado número de operações. A FDO tende a encontrar-se entre os intervalos de confiança definidos, com exceção de alguns casos que se situam ligeiramente abaixo ou acima dos limites definidos.

Complementando as análises anteriores, foram construídos intervalos de confiança sobre a PD PIT e compararam-se os limites superiores e inferiores das previsões com a mora realmente observada. Os intervalos são tanto mais estreitos quanto maior seja o número de operações considerado, pois supõe uma maior precisão das estimativas.

### EMPRESAS FDO vs LIMITE



Conforme referido antes, a carteira de Empresas é a que apresenta maior volatilidade, devido ao escasso número relativo de defaults, refletindo-se em intervalos de confiança de grande amplitude e volatilidade das FDO relativamente aos referidos intervalos. Observa-se ainda que as FDO se situam em níveis mais próximos ao limite inferior do intervalo de confiança, especialmente nos intervalos de maior qualidade creditícia.

### 1.7. Melhoria na transparência do Comité de Basileia (CR9)

A análise anterior pode complementar-se com o estudo quantitativo requerido pela European Banking Authority (EBA), "Diretrizes sobre os requisitos da divulgação" constante na oitava parte do regulamento (EU) n.o. 575/2013, de Agosto de 2017.

Nesta seção propõe-se reportar informação para o backtesting de PD de acordo com o formato da tabela CR9, que apresenta a seguinte estrutura:

Carteira	a	b	c	d	e		g	i	
					f	Devedores em situação de incumprimento no ano		Dos quais: novos incumprimentos de devedores no ano	taxa de incumprimento anual histórica média
	Intervalos de PD	Pontuação externa equivalente	PD média ponderada	PD aritmética por devedor	Fecho do exercício anterior	Fecho do exercício			

A tabela pode interpretar-se com certa flexibilidade e as principais decisões adotadas foram as seguintes:

Intervalos de PD: Inspirados no documento do BCBS anteriormente citado, mais em concreto na sua tabela CR6, onde foram propostos os seguintes intervalos de PD:

Intervalos de PD	Equivalente de pontuação externa
0<0,15%	AAA a BBB+
0,15<0,25%	BBB+ a BBB
0,25<0,50%	BBB a BB+
0,50<0,75%	BB+ a BB
0,75<2,50%	BB a B+
2,50<10%	B+ a B-
10<100%	B- a C
100% (Incunprimento)	D

Para completar a coluna 'c' estabeleceu-se uma equivalência entre as PDs e os ratings externos. Anualmente e utilizando informação da S&P é realizado no Grupo Santander um exercício de estimativa de PD TTC associada aos ratings externos. Para isso é definido um ciclo económico e para cada grau de rating é calculada uma média de longo prazo – que abarque todo o ciclo - das frequências de default anuais reportadas no relatório da S&P. Este permite associar uma PD de longo prazo a cada pontuação externa.

As colunas 'c' e 'd' recolhem as PDs médias regulamentares à data de referência (Dezembro 2019) calculadas ponderando por exposição, no caso da coluna 'c' ou sem ponderar, no caso da coluna 'd'.

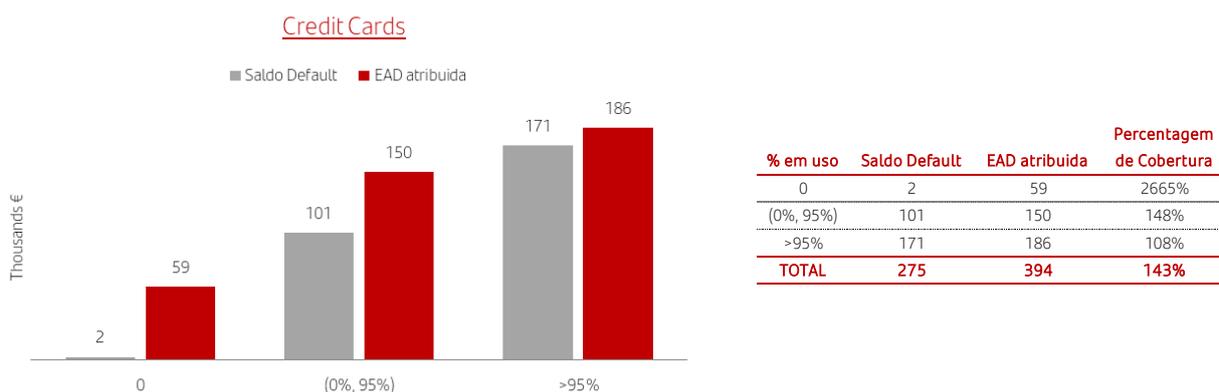
Carteira	Intervalos de PD	Pontuação externa equivalente	PD média ponderada	PD aritmética por devedor	Nº de devedores		Devedores em situação de incumprimento no ano	Taxa de incumprimento anual histórica média
					Fecho do exercício anterior	Fecho do exercício		
Cartões	0.00 to < 0.15	AAA to BBB+	0,1%	0,1%	85	36	0	0,1%
	0.15 to < 0.25	BBB+ to BBB	0,2%	0,2%	6 242	142	4	0,1%
	0.25 to < 0.50	BBB to BB+	0,3%	0,3%	70 976	10 751	94	0,3%
	0.50 to < 0.75	BB+ to BB	0,6%	0,6%	941	64 965	2	0,3%
	0.75 to < 2.50	BB to B+	1,8%	1,9%	244 584	245 170	943	0,8%
	2.50 to < 10.00	B+ to B-	6,2%	6,2%	105 189	104 960	2 059	2,9%
	10.00 to < 100.00	B- to C	32,5%	31,7%	29 089	24 640	4 071	16,9%
	100.00 (incumprimento)	D	100,0%	100,0%	9 301	8 921	-	-
Empresas	0.00 to < 0.15	AAA to BBB+	0,1%	0,1%	41	44	0	0,0%
	0.15 to < 0.25	BBB+ to BBB	0,2%	0,2%	18	25	0	0,0%
	0.25 to < 0.50	BBB to BB+	0,4%	0,4%	716	845	1	0,2%
	0.50 to < 0.75	BB+ to BB	0,5%	0,5%	40	39	1	0,5%
	0.75 to < 2.50	BB to B+	1,3%	1,4%	2 619	2 981	8	0,4%
	2.50 to < 10.00	B+ to B-	5,9%	5,8%	1 433	1 500	57	2,4%
	10.00 to < 100.00	B- to C	28,4%	23,5%	214	127	62	20,5%
	100.00 (incumprimento)	D	100,0%	100,0%	415	413	-	-
Minoristas - Resto Retail	0.15 to < 0.25	AAA to BBB+	0,1%	0,1%	12	224	0	0,1%
	0.25 to < 0.50	BBB+ to BBB	0,2%	0,2%	3 003	109 072	5	0,1%
	0.50 to < 0.75	BBB to BB+	0,4%	0,4%	56 898	5 601	97	0,2%
	0.75 to < 2.50	BB+ to BB	0,5%	0,5%	10 877	63 734	13	0,2%
	2.50 to < 10.00	BB to B+	1,6%	1,7%	208 081	123 590	775	0,5%
	10.00 to < 100.00	B+ to B-	5,2%	5,1%	82 997	59 462	1 996	2,9%
	100.00 (incumprimento)	B- to C	26,5%	28,8%	64 564	48 298	11 840	18,1%
	0.00 to < 0.15	D	100,0%	100,0%	42 602	32 286	-	-
Carteira	Intervalos de PD	Pontuação externa equivalente	PD média ponderada	PD aritmética por devedor	Nº de devedores		Devedores em situação de incumprimento no ano	Taxa de incumprimento anual histórica média
					Fecho do exercício anterior	Fecho do exercício		
Minoristas - Hipotecas	0.00 to < 0.15	AAA to BBB+	0,1%	0,1%	106 291	112 171	47	0,1%
	0.15 to < 0.25	BBB+ to BBB	0,2%	0,2%	41 967	43 999	44	0,2%
	0.25 to < 0.50	BBB to BB+	0,4%	0,4%	45 234	48 872	46	0,3%
	0.50 to < 0.75	BB+ to BB	0,6%	0,6%	19 124	20 572	32	0,2%
	0.75 to < 2.50	BB to B+	1,3%	1,3%	32 262	34 601	100	1,0%
	2.50 to < 10.00	B+ to B-	4,9%	5,0%	29 751	21 631	357	3,1%
	10.00 to < 100.00	B- to C	30,0%	30,4%	14 798	10 730	1 818	17,7%
	100.00 (incumprimento)	D	100,0%	100,0%	9 442	7 864	-	-
Retail - SME	0.00 to < 0.15	AAA to BBB+	0,0%	0,0%	19	25	0	0,0%
	0.15 to < 0.25	BBB+ to BBB	0,2%	0,2%	99	83	0	0,6%
	0.25 to < 0.50	BBB to BB+	0,3%	0,3%	1 679	1 659	17	0,6%
	0.50 to < 0.75	BB+ to BB	0,7%	0,7%	44	52	0	0,3%
	0.75 to < 2.50	BB to B+	1,4%	1,7%	23 389	52 929	101	0,9%
	2.50 to < 10.00	B+ to B-	4,7%	4,7%	12 900	17 173	612	3,3%
	10.00 to < 100.00	B- to C	24,1%	28,0%	13 879	31 430	2 013	12,8%
	100.00 (incumprimento)	D	100,0%	100,0%	7 222	11 933	-	-

Para o estudo dos Credit Conversion Factors (CCF) comparou-se o saldo efetivo com aquele que as operações entraram em default com EAD atribuída regulamentarmente 12 meses antes da ocorrência do default.

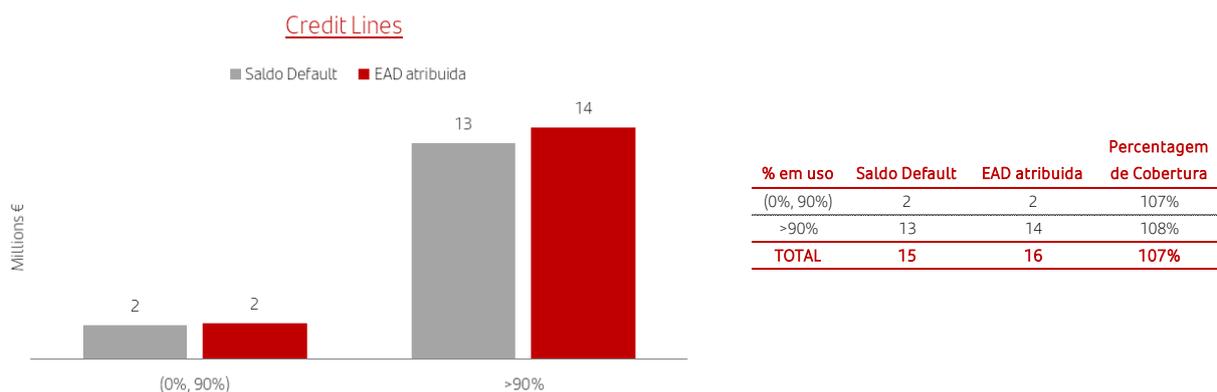
Ao quociente de ambas magnitudes: EAD atribuída dividida pelo Saldo em default ou EAD observada denomina-se "Ratio de Cobertura" e dá uma ideia do grau de precisão na estimativa deste parâmetro.

As tabelas e gráficos seguintes ilustram a comparação entre EAD atribuída e observada para as carteiras de Empresas Encarteiradas, Negócios Pessoas Jurídicas e Retail, para os produtos Cartões, Linhas de Crédito e Descobertos. Os dados desagregam-se por percentagem de utilização dos limites dado que este é o elemento principal utilizado na estimação dos CCF e portanto, na atribuição de EAD.

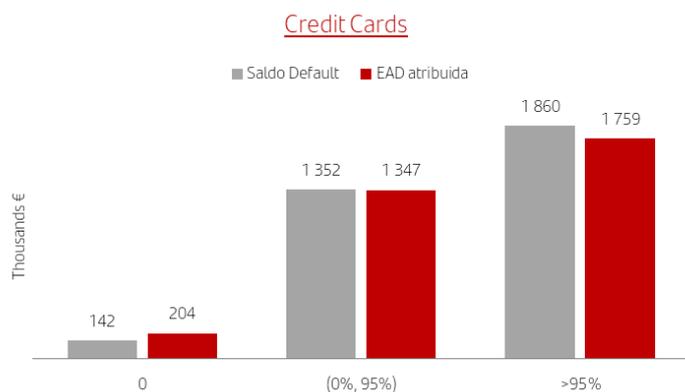
### BACKTEST EAD CARTÕES EMPRESAS ENCARTEIRADAS



### BACKTEST EAD LINHAS DE CRÉDITO EMPRESAS ENCARTEIRADAS

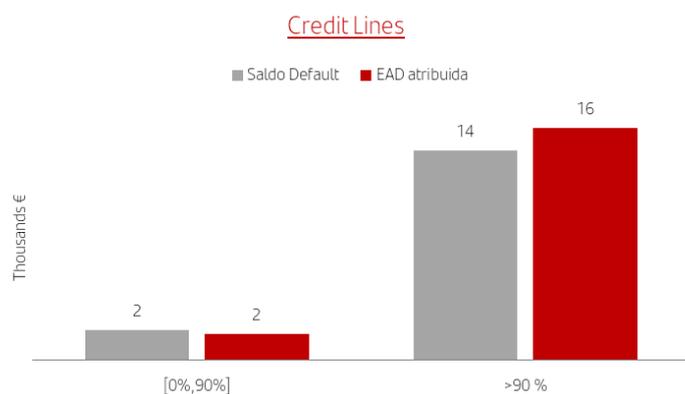


## BACKTEST EAD CARTÕES NEGÓCIOS PESSOAS JURÍDICAS



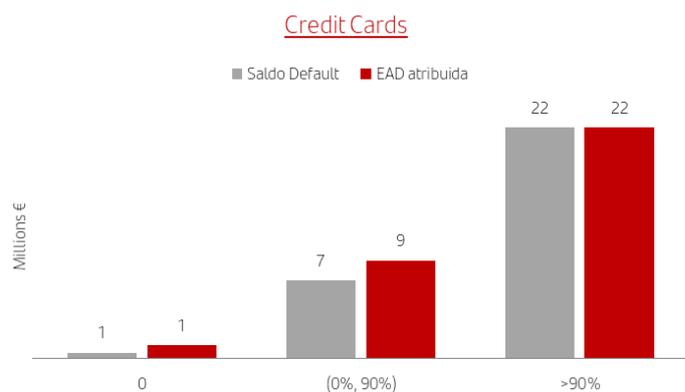
% em uso	Saldo Default	EAD atribuida	Percentagem de Cobertura
0	142	204	143%
(0%, 95%)	1352	1347	100%
>95%	1860	1759	95%
<b>TOTAL</b>	<b>3355</b>	<b>3310</b>	<b>99%</b>

## BACKTEST EAD LINHAS DE CRÉDITO NEGÓCIOS PESSOAS JURÍDICAS



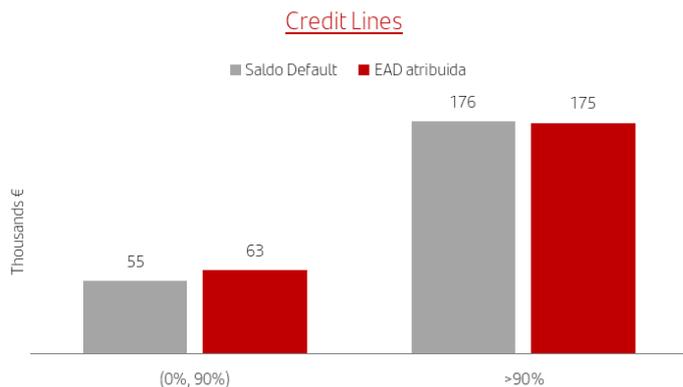
% em uso	Saldo Default	EAD atribuida	Percentagem de Cobertura
[0%, 90%]	2	2	87%
>90 %	14	16	111%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>108%</b>

## BACKTEST EAD CARTÕES RETAIL



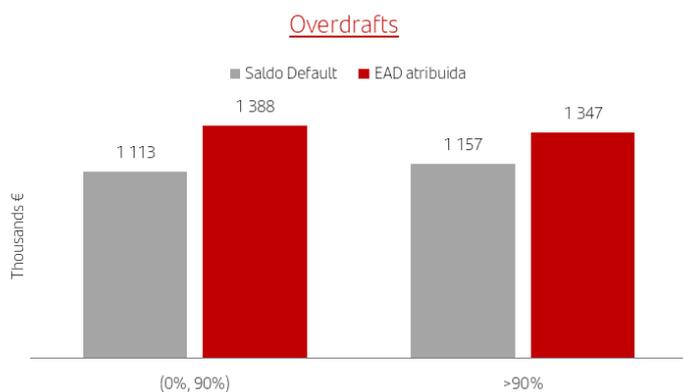
% em uso	Saldo Default	EAD atribuida	Percentagem de Cobertura
0	1	1	225%
(0%, 90%)	7	9	126%
>90%	22	22	100%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>32</b>	<b>109%</b>

## BACKTEST EAD LINHAS DE CRÉDITO RETAIL



% em uso	Saldo Default	EAD atribuida	Percentagem de Cobertura
(0%, 90%)	55	63	114%
>90%	176	175	99%
<b>TOTAL</b>	<b>231</b>	<b>238</b>	<b>103%</b>

## BACKTEST EAD DESCOBERTOS RETAIL



% em uso	Saldo Default	EAD atribuida	Percentagem de Cobertura
(0%, 90%)	1 113	1 388	125%
>90%	1 157	1 347	116%
<b>TOTAL</b>	<b>2 270</b>	<b>2 735</b>	<b>120%</b>

Em geral, os ratios de cobertura estão muito próximos de 100%, ainda que, em média, esse ratio supere ligeiramente o nível de equilíbrio (100%), indicando que se está a ser conservador nas estimativas de EAD.

Para a comparação da LGD, utiliza-se a VMG como proxy da perda esperada, dividindo-a pela PD regulamentar, e assim obtendo-se uma LGD implícita ou observada, que se comparará com a LGD regulamentar média de cada carteira. Para maior detalhe, vide ponto 3 sobre "Análise de Perdas".

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

### 2. Modelo “Método das Notações Internas”

Junto seguem os vários mapas dos segmentos IRB que, com a implementação do BIS III, deixaram de apresentar os segmentos de risco “Retail” e “Empresas” de forma agregada. Por outro lado, surgiu uma nova segmentação que passamos a referir: “Instituições”, “Corporate – Other”, “Corporate – SME”, “Empréstimos Especializados”, “Retail – Secured by immovable property non-SME” (ex-segmento “Retail-Posições garantidas por hipotecas (habitação)”), “Retail – Qualifying revolving” (ex-segmento “Retail-Posições Renováveis”), “Retail – Other SME” e “Retail – Other non-SME”.

Para efeitos da decomposição da informação, e seguindo as novas guidelines da EBA, foram criadas 8 categorias/notações de devedores, tendo sido feita uma correspondência entre os intervalos fixados pelas guidelines e os tramos de PD que são usados no tratamento prudencial das exposições tratadas por este método:

Grau ou categoria de devedores	Intervalos de PD (Guidelines da EBA)	Intervalos de PD (Tratamento prudencial por tramos de PD)	
1	0<0,15%	[0% a 0,0292%]1	[0,1342% a 0,1459%]18
2	0,15<0,25%	[0,1459% a 0,162%]19	[0,2324% a 0,2447%]25
3	0,25<0,50%	[0,2447% a 0,2622%]26	[0,4634% a 0,4895%]37
4	0,50<0,75%	[0,4895% a 0,5242%]38	[0,6949% a 0,7237%]44
5	0,75<2,50%	[0,7232% a 0,7756%]45	[2,1328% a 2,3535%]63
6	2,50<10%	[2,3535% a 2,6104%]64	[8,9483% a 9,6354%]80
7	10<100%	[9,6354% a 10,3147%]81	[45% a 100%]99
8	100% (Incunprimento)	[100%]100	

Dado não existir transferência do risco em nenhuma titularização do Grupo Santander Totta, reportam-se as operações de titularização do Grupo tratadas pelo Método das Notações Internas no Anexo V - C.

Em Dezembro de 2012, a carteira de Negócios passou a ser tratada pelo Método de Notações Internas, tendo sido incorporada nos novos segmentos de Retail (Retail) e Empresas (Corporates). Por outro lado, não existe segmento de Administrações Centrais visto que passou a ser integralmente tratado pelo método Padrão.

A informação que se segue para o total dos segmentos / portfolios e por portfolio inclui o risco de crédito de contraparte.

Intervalos de PD	Posição em risco original (balanço)	Posição em risco original (extrapatrimonial pré-CCF)	CCF médio	Valor da posição em risco (EAD - pós mitigação e pós CCF)	PD média	Número de devedores	LGD média	Maturidade média	RWAs	Densidade RWA	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
Empresas - crédito especializado	1 217 145	126 460	41,1%	1 142 656	0,0%	0	0,0%	0	993 907	87,0%	27 410	13 665
0.00 to <0.15	9 467 648	1 488 659	43,0%	8 645 987	0,1%	113 685	27,7%	13	969 145	11,2%	2 325	1 766
0.15 to <0.25	4 836 263	649 178	48,0%	4 434 492	0,2%	153 256	27,5%	13	817 333	18,4%	2 660	1 447
0.25 to <0.50	6 217 494	1 197 856	25,0%	5 464 668	0,4%	61 406	28,9%	15	1 567 084	28,7%	5 741	3 989
0.50 to <0.75	2 458 910	259 733	28,3%	2 275 916	0,6%	105 709	25,0%	12	675 321	29,7%	3 626	1 512
0.75 to <2.50	6 525 733	1 991 633	28,6%	4 632 050	1,4%	357 743	33,5%	23	2 420 451	52,3%	20 654	9 684
2.50 to <10.00	2 599 254	488 650	42,3%	2 268 890	4,7%	335 877	28,8%	23	1 538 411	67,8%	28 418	22 730
10.00 to <100.00	809 769	81 593	46,1%	755 371	25,4%	135 082	28,3%	15	769 216	101,8%	51 811	28 891
100.00 (Default)	902 215	101 716	27,7%	828 694	100,0%	77 083	34,9%	35	98 321	11,9%	281 011	353 856
<b>Subtotal</b>	<b>33 817 285</b>	<b>6 259 017</b>	<b>34,6%</b>	<b>29 306 068</b>	<b>4,2%</b>	<b>1 339 841</b>	<b>28,9%</b>	<b>16</b>	<b>8 855 283</b>	<b>30,2%</b>	<b>396 246</b>	<b>423 875</b>
<b>Total (todos os portfólios)</b>	<b>35 034 430</b>	<b>6 385 477</b>	<b>34,8%</b>	<b>30 448 723</b>	<b>4,2%</b>	<b>1 339 841</b>	<b>28,9%</b>	<b>16</b>	<b>9 849 189</b>	<b>32,3%</b>	<b>423 656</b>	<b>437 540</b>

Template EU CR6 – Método das Notações Internas (IRB) – Exposições para risco de crédito por classe de risco e intervalo de PD - Total dos portfólios

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2019

A EAD de todos os segmentos diminuiu mEuros 2.343.085 e os RWAs diminuíram mEuros 787.742. Por sua vez, a PD média baixou 0,1% e a LGD média baixou 1%. A EAD do crédito especializado / project finance reduziu mEuros 13.205 e os RWAs mEuros 120.518.

Intervalos de PD	Posição em risco original (balanço)	Posição em risco original (extrapatrimonial pré-CCF)	CCF médio	Valor da posição em risco (EAD - pós mitigação e pós CCF)	PD média	Número de devedores	LGD média	Maturidade média	RWAs	Densidade RWA	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
0.00 to <0.15	701 385	207 441	77,1%	658 267	0,0%	78	43,9%	15	75 813	11,5%	102	13
0.15 to <0.25	366 773	5 551	92,8%	366 373	0,2%	27	44,6%	12	130 898	35,7%	341	366
0.25 to <0.50	284 569	16 267	24,7%	315 121	0,4%	25	43,5%	26	191 193	60,7%	495	695
0.50 to <0.75	164 833	3 410	25,8%	163 127	0,6%	44	47,1%	55	187 920	115,2%	493	164
0.75 to <2.50	48 175	37 904	20,2%	18 393	1,2%	80	44,8%	36	21 052	114,5%	100	62
2.50 to <10.00	4 924	1 850	89,8%	4 735	2,7%	14	46,0%	50	7 512	158,6%	59	33
10.00 to <100.00	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0
100.00 (Default)	3	0	0,0%	3	100,0%	3	41,6%	12	0	14,3%	1	1
<b>Subtotal</b>	<b>1 570 662</b>	<b>272 423</b>	<b>65,8%</b>	<b>1 526 020</b>	<b>0,2%</b>	<b>271</b>	<b>44,3%</b>	<b>21</b>	<b>614 389</b>	<b>40,3%</b>	<b>1 592</b>	<b>1 335</b>

Template EU CR6 – Método das Notações Internas (IRB) – Exposições para risco de crédito por classe de risco e intervalo de PD - Instituições

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2019

A EAD do segmento Instituições diminuiu mEuros 571.540 e os RWAs mEuros 314.711. Por sua vez, a PD média baixou 0,08% e a LGD média subiu 0,67%.

Intervalos de PD	Posição em risco original (balanço)	Posição em risco original (extrapatrimonial pré-CCF)	CCF médio	Valor da posição em risco (EAD - pós mitigação e pós CCF)	PD média	Número de devedores	LGD média	Maturidade média	RWAs	Densidade RWA	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
0.00 to <0.15	3 065 142	1 119 482	30,8%	2 312 632	0,1%	79	45,0%	18	679 961	29,4%	1 294	1 003
0.15 to <0.25	1 251 921	403 952	32,6%	996 211	0,2%	89	45,0%	16	422 155	42,4%	1 060	458
0.25 to <0.50	2 068 899	848 765	19,1%	1 421 702	0,4%	396	43,0%	24	786 376	55,3%	2 230	1 236
0.50 to <0.75	200 058	134 166	30,8%	109 597	0,7%	93	44,9%	14	80 514	73,5%	331	83
0.75 to <2.50	1 699 509	651 110	23,4%	1 142 043	1,2%	706	41,6%	21	949 155	83,1%	5 594	2 033
2.50 to <10.00	309 106	103 048	52,3%	225 675	5,7%	298	41,1%	23	323 620	143,4%	5 305	4 310
10.00 to <100.00	36 004	8 536	61,1%	31 149	34,0%	32	40,2%	23	66 131	212,3%	4 237	1 261
100.00 (Default)	235 500	66 666	0,3%	183 824	100,0%	274	40,6%	26	24 651	13,4%	72 579	109 435
<b>Subtotal</b>	<b>8 866 139</b>	<b>3 335 725</b>	<b>27,2%</b>	<b>6 422 832</b>	<b>3,6%</b>	<b>1 967</b>	<b>43,7%</b>	<b>20</b>	<b>3 332 564</b>	<b>51,9%</b>	<b>92 629</b>	<b>119 820</b>

Template EU CR6 – Método das Notações Internas (IRB) – Exposições para risco de crédito por classe de risco e intervalo de PD - Corporate - Other

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2019

A EAD do segmento Corporate – Other baixou mEuros 38.685 e os RWAs subiram mEuros 86.176. Por sua vez, a PD média baixou 0,24% e a LGD média 0,29%.

Intervalos de PD	Posição em risco original (balanço)	Posição em risco original (extrapatrimonial pré-CCF)	CCF médio	Valor da posição em risco (EAD - pós mitigação e pós CCF)	PD média	Número de devedores	LGD média	Maturidade média	RWAs	Densidade RWA	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
0.00 to <0.15	38 998	9 185	8,2%	30 569	0,1%	23	43,7%	17	5 201	17,0%	11	25
0.15 to <0.25	31 252	25 356	17,3%	10 415	0,2%	28	42,9%	27	2 512	24,1%	7	7
0.25 to <0.50	496 166	224 544	18,2%	375 996	0,4%	726	39,6%	30	148 777	39,6%	526	280
0.50 to <0.75	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0
0.75 to <2.50	1 532 538	553 256	29,5%	1 070 895	1,4%	2 699	37,6%	27	618 051	57,7%	5 495	2 175
2.50 to <10.00	566 246	148 842	48,9%	464 687	4,8%	1 133	37,7%	23	363 433	78,2%	8 508	5 092
10.00 to <100.00	21 621	5 908	36,4%	16 778	27,8%	60	40,6%	26	21 750	129,6%	1 894	485
100.00 (Default)	273 242	10 888	1,4%	268 138	100,0%	125	37,5%	41	34 567	12,9%	97 792	80 621
<b>Subtotal</b>	<b>2 960 065</b>	<b>977 979</b>	<b>29,6%</b>	<b>2 237 477</b>	<b>13,9%</b>	<b>4 794</b>	<b>38,1%</b>	<b>28</b>	<b>1 194 291</b>	<b>53,4%</b>	<b>114 233</b>	<b>88 685</b>

Template EU CR6 – Método das Notações Internas (IRB) – Exposições para risco de crédito por classe de risco e intervalo de PD - Corporate - SME

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

A EAD do segmento Corporate - SME diminuiu mEuros 921.921e e os RWAs mEuros 502.490. Por sua vez, a PD média aumentou 2,90% e a LGD média diminuiu 1,43%.

Intervalos de PD	Posição em risco original (balanço)	Posição em risco original (extrapatrimonial pré-CCF)	CCF médio	Valor da posição em risco (EAD - pós mitigação e pós CCF)	PD média	Número de devedores	LGD média	Maturidade média	RWAs	Densidade RWA	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
0.00 to <0.15	5 620 171	116 548	100,0%	5 620 171	0,1%	113 220	18,7%	0	235 376	4,2%	937	720
0.15 to <0.25	2 922 706	35 483	100,0%	2 922 706	0,2%	45 531	20,3%	0	258 629	8,8%	1 238	577
0.25 to <0.50	3 153 011	67 423	100,0%	3 153 011	0,4%	50 848	20,5%	0	416 891	13,2%	2 349	1 108
0.50 to <0.75	1 497 746	14 646	100,0%	1 497 746	0,6%	23 185	21,1%	0	293 584	19,6%	1 926	487
0.75 to <2.50	1 648 642	9 756	100,0%	1 648 642	1,3%	31 944	20,7%	0	527 376	32,0%	4 482	1 427
2.50 to <10.00	998 999	571	100,0%	998 999	4,7%	19 688	21,0%	0	680 326	68,1%	9 824	9 185
10.00 to <100.00	355 915	48	100,0%	355 915	28,6%	8 253	20,8%	0	397 532	111,7%	21 129	14 012
100.00 (Default)	231 339	1	0,0%	231 338	100,0%	6 015	26,2%	0	20 804	9,0%	58 857	75 587
<b>Subtotal</b>	<b>16 428 529</b>	<b>244 476</b>	<b>100,0%</b>	<b>16 428 527</b>	<b>2,6%</b>	<b>298 684</b>	<b>20,0%</b>	<b>0</b>	<b>2 830 518</b>	<b>17,2%</b>	<b>100 741</b>	<b>103 103</b>

Template EU CR6 – Método das Notações Internas (IRB) – Exposições para risco de crédito por classe de risco e intervalo de PD - Retail - Secured by immovable property non-SME

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

A EAD do segmento Retail Secured by Immovable property non\_SME aumentou mEuros 570.131 e os RWAs diminuíram mEuros 101.601. Por sua vez, a PD média baixou 0,65% e a LGD média 0,19%.

Intervalos de PD	Posição em risco original (balanço)	Posição em risco original (extrapatrimonial pré-CCF)	CCF médio	Valor da posição em risco (EAD - pós mitigação e pós CCF)	PD média	Número de devedores	LGD média	Maturidade média	RWAs	Densidade RWA	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
0.00 to <0.15	536	462	25,7%	193	0,1%	63	28,9%	0	5	2,5%	0	3
0.15 to <0.25	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0
0.25 to <0.50	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0
0.50 to <0.75	102 707	102 705	15,0%	15 408	0,7%	15 541	18,7%	0	865	5,6%	19	7
0.75 to <2.50	589 483	446 237	27,1%	266 252	1,4%	157 105	28,9%	0	40 309	15,1%	1 105	496
2.50 to <10.00	323 961	185 701	29,0%	196 841	4,6%	235 122	28,6%	0	67 639	34,4%	2 632	1 157
10.00 to <100.00	61 450	17 477	30,1%	51 796	15,4%	55 759	30,0%	0	35 978	69,5%	2 395	566
100.00 (Default)	14 228	1 536	17,5%	12 692	100,0%	9 733	32,1%	0	1 400	11,0%	3 961	6 461
<b>Subtotal</b>	<b>1 092 365</b>	<b>754 118</b>	<b>25,9%</b>	<b>543 181</b>	<b>6,2%</b>	<b>473 323</b>	<b>28,7%</b>	<b>0</b>	<b>146 196</b>	<b>26,9%</b>	<b>10 113</b>	<b>8 691</b>

Template EU CR6 – Método das Notações Internas (IRB) – Exposições para risco de crédito por classe de risco e intervalo de PD - Retail Qualifying Revolving

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

A EAD do segmento Retail Qualifying Revolving aumentou mEuros 22.017 e os RWAs mEuros 7.133. Por sua vez, a PD média diminuiu 0,12% e a LGD média subiu 0,14%.

Intervalos de PD	Posição em risco original (balanço)	Posição em risco original (extrapatrimonial pré-CCF)	CCF médio	Valor da posição em risco (EAD - pós mitigação e pós CCF)	PD média	Número de devedores	LGD média	Maturidade média	RWAs	Densidade RWA	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
0.00 to <0.15	320	218	23,4%	153	0,0%	30	35,1%	0	6	3,7%	0	0
0.15 to <0.25	6 061	2 937	32,5%	4 078	0,2%	147	38,1%	0	525	12,9%	3	16
0.25 to <0.50	35 819	35 819	62,4%	22 359	0,3%	1 616	31,5%	0	3 043	13,6%	22	39
0.50 to <0.75	1 638	1 638	29,9%	489	0,7%	62	25,4%	0	84	17,2%	1	3
0.75 to <2.50	479 826	149 304	32,8%	379 568	1,4%	34 285	35,3%	0	122 222	32,2%	1 888	1 392
2.50 to <10.00	231 357	44 957	44,4%	206 539	4,5%	14 637	36,7%	0	88 883	43,0%	3 434	1 387
10.00 to <100.00	132 137	28 552	53,4%	118 889	23,8%	14 008	36,1%	0	71 770	60,4%	10 187	4 642
100.00 (Default)	76 331	21 529	4,3%	61 941	100,0%	10 616	42,7%	0	9 087	14,7%	25 709	39 911
<b>Subtotal</b>	<b>963 490</b>	<b>284 953</b>	<b>40,4%</b>	<b>794 016</b>	<b>13,2%</b>	<b>75 401</b>	<b>36,2%</b>	<b>0</b>	<b>295 620</b>	<b>37,2%</b>	<b>41 243</b>	<b>47 389</b>

Template EU CR6 – Método das Notações Internas (IRB) – Exposições para risco de crédito por classe de risco e intervalo de PD - Retail Other SME

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

A EAD do segmento Retail Other SME diminuiu mEuros 146.871 e os RWAs mEuros 49.048. Por sua vez, a PD média aumentou 2,87% e a LGD média 0,07%.

Intervalos de PD	Posição em risco original (balanço)	Posição em risco original (extrapatrimonial pré-CCF)	CCF médio	Valor da posição em risco (EAD - pós mitigação e pós CCF)	PD média	Número de devedores	LGD média	Maturidade média	RWAs	Densidade RWA	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
0.00 to <0.15	41 512	35 683	51,4%	24 177	0,1%	238	20,0%	0	1 259	5,2%	5	5
0.15 to <0.25	257 134	256 513	52,2%	134 535	0,2%	107 388	5,3%	0	2 608	1,9%	11	20
0.25 to <0.50	179 029	5 037	49,4%	176 480	0,4%	7 795	19,2%	0	20 804	11,8%	119	630
0.50 to <0.75	485 665	33	0,0%	485 631	0,7%	66 690	25,3%	0	111 138	22,9%	844	753
0.75 to <2.50	475 820	136 018	47,2%	404 167	1,6%	120 117	25,8%	0	130 355	32,3%	1 717	1 894
2.50 to <10.00	313 974	24 644	42,4%	300 130	4,5%	76 295	28,7%	0	127 644	42,5%	4 003	3 039
10.00 to <100.00	111 330	16 072	47,8%	103 130	29,5%	56 560	28,7%	0	68 556	66,5%	8 804	6 673
100.00 (Default)	71 572	1 095	9,9%	70 757	100,0%	50 317	32,1%	0	7 813	11,0%	22 112	41 839
<b>Subtotal</b>	<b>1 936 036</b>	<b>475 096</b>	<b>50,0%</b>	<b>1 699 008</b>	<b>7,4%</b>	<b>485 400</b>	<b>24,2%</b>	<b>0</b>	<b>470 176</b>	<b>27,7%</b>	<b>37 614</b>	<b>54 853</b>

Template EU CR6 – Método das Notações Internas (IRB) – Exposições para risco de crédito por classe de risco e intervalo de PD - Retail Other non-SME

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

A EAD do segmento Retail Other non-SME aumentou mEuros 62.519 e os RWAs diminuiram mEuros 23.752. Por sua vez, a PD média diminuiu 0,30% e a LGD média aumentou 0,10%.

### 3. Análise de Perdas

Para comparar a perda esperada regulamentar com as perdas reais, propõe-se comparar a variação de mora de gestão (VMG)<sup>2</sup> observada entre 2009 e 2019 com o valor da perda esperada resultante da aplicação dos parâmetros regulamentares.

Para a comparação da LGD, parte-se também da VMG como proxy da perda esperada. Dividindo a VMG observada pela PD regulamentar, obtém-se uma LGD implícita ou observada, que se comparará com a regulamentar média de cada carteira.

Compara-se ainda os requisitos de fundos próprios, o Capital Regulamentar calculado pelo método das Notações Internas, com as perdas reais (esperadas e inesperadas) verificadas no ano seguinte. Calcula-se a PI (perda inesperada) através da diferença entre a VMGn e a PEn-1.

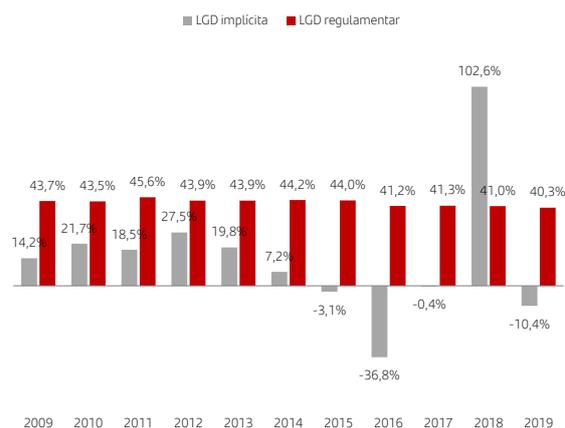
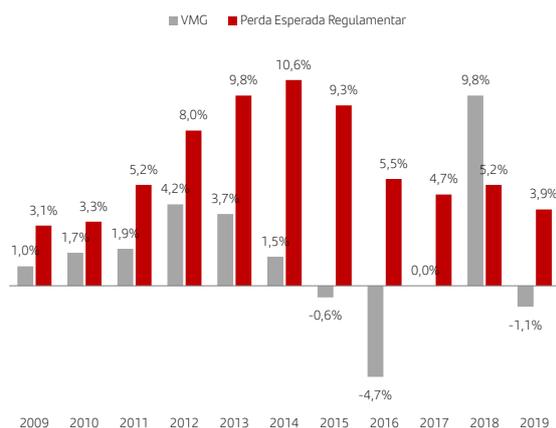
<sup>2</sup> A VMG define-se como as entradas líquidas em morosidade registadas durante o exercício+ passagem a falidos – recuperações de ativos do mesmo exercício. A VMG dividida pelo saldo da carteira traduz-se no "prémio de risco" e considera-se uma proxy da Perda Esperada

Os gráficos seguintes referem-se às carteiras mais importantes do Santander: Empresas Encarteiradas, Promotores, Hipotecas e Consumo.

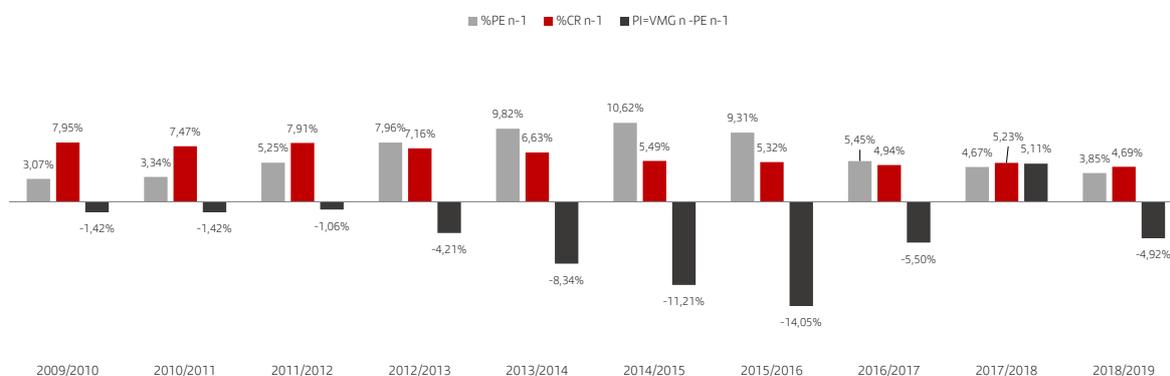
Como se poderá observar adiante, os gráficos corroboram o elevado conservadorismo dos parâmetros regulamentares. Observa-se que os requisitos de fundos próprios são suficientes para cobrir as perdas não esperadas efetivamente verificadas no exercício subsequente.

### Empresas (incluindo Promotores) - %

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
VMG	1,0%	1,7%	1,9%	4,2%	3,7%	1,5%	-0,6%	-4,7%	0,0%	9,8%	-1,1%
Perda Esperada Regulamentar	3,1%	3,3%	5,2%	8,0%	9,8%	10,6%	9,3%	5,5%	4,7%	5,2%	3,9%
LGD implícita	14,2%	21,7%	18,5%	27,5%	19,8%	7,2%	-3,1%	-36,8%	-0,4%	102,6%	-10,4%
LGD regulamentar	43,7%	43,5%	45,6%	43,9%	43,9%	44,2%	44,0%	41,2%	41,3%	41,0%	40,3%



	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
%CR n-1	7,95%	7,47%	7,91%	7,16%	6,63%	5,49%	5,32%	4,94%	5,23%	4,69%
%PE n-1	3,07%	3,34%	5,25%	7,96%	9,82%	10,62%	9,31%	5,45%	4,67%	3,85%
PI=VMG n -PE n-1	-1,42%	-1,42%	-1,06%	-4,21%	-8,34%	-11,21%	-14,05%	-5,50%	5,11%	-4,92%

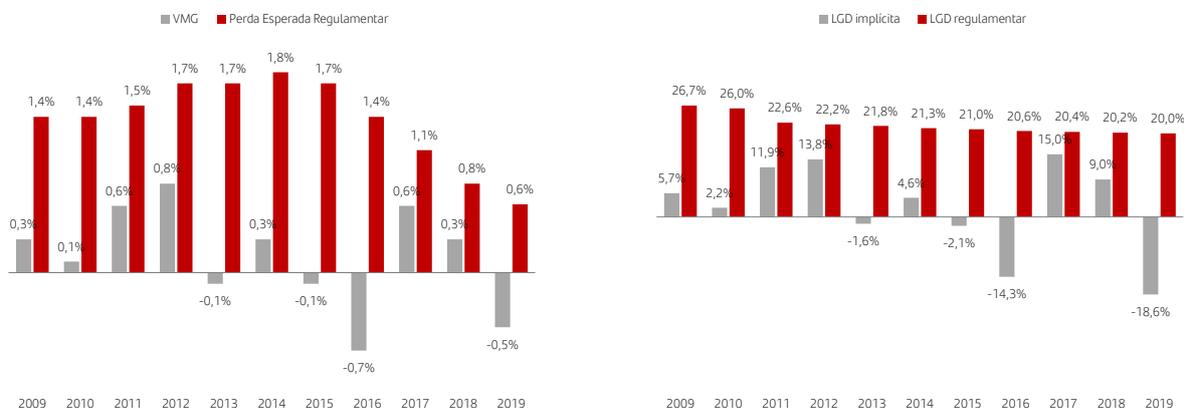


Nas Empresas, a perda esperada regulamentar é sempre bastante superior à VMG, o que verifica o elevado grau de conservadorismo dos parâmetros regulamentares utilizados.

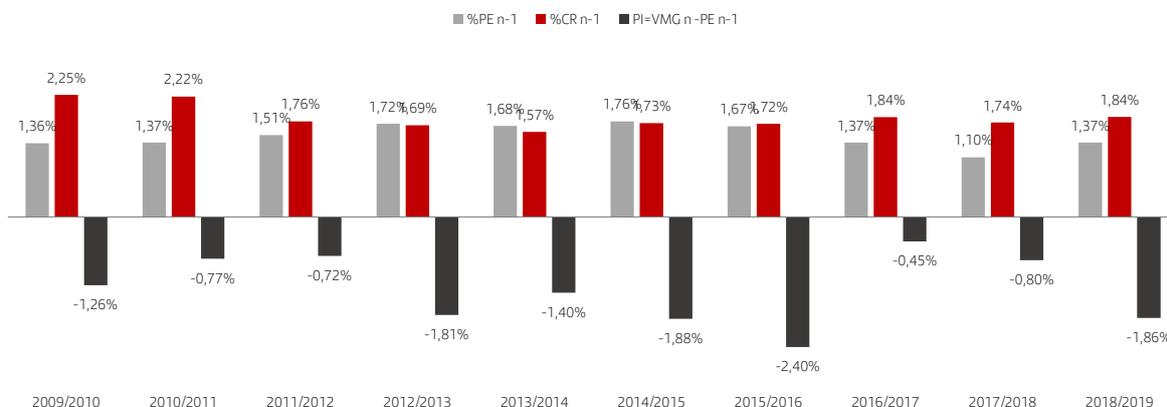
O valor da LGD regulamentar é sempre superior ao da LGD implícita. A LGD implícita atinge um máximo em 2018.

### Hipotecas de Particulares - %

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
VMG	0,3%	0,1%	0,6%	0,8%	-0,1%	0,3%	-0,1%	-0,7%	0,6%	0,3%	-0,5%
Perda Esperada Regulamentar	1,4%	1,4%	1,5%	1,7%	1,7%	1,8%	1,7%	1,4%	1,1%	0,8%	0,6%
LGD implícita	5,7%	2,2%	11,9%	13,8%	-1,6%	4,6%	-2,1%	-14,3%	15,0%	9,0%	-18,6%
LGD regulamentar	26,7%	26,0%	22,6%	22,2%	21,8%	21,3%	21,0%	20,6%	20,4%	20,2%	20,0%



	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
%CR n-1	2,25%	2,22%	1,76%	1,69%	1,57%	1,73%	1,72%	1,84%	1,74%	1,84%
%PE n-1	1,36%	1,37%	1,51%	1,72%	1,68%	1,76%	1,67%	1,37%	1,10%	1,37%
PI=VMG n -PE n-1	-1,26%	-0,77%	-0,72%	-1,81%	-1,40%	-1,88%	-2,40%	-0,45%	-0,80%	-1,86%

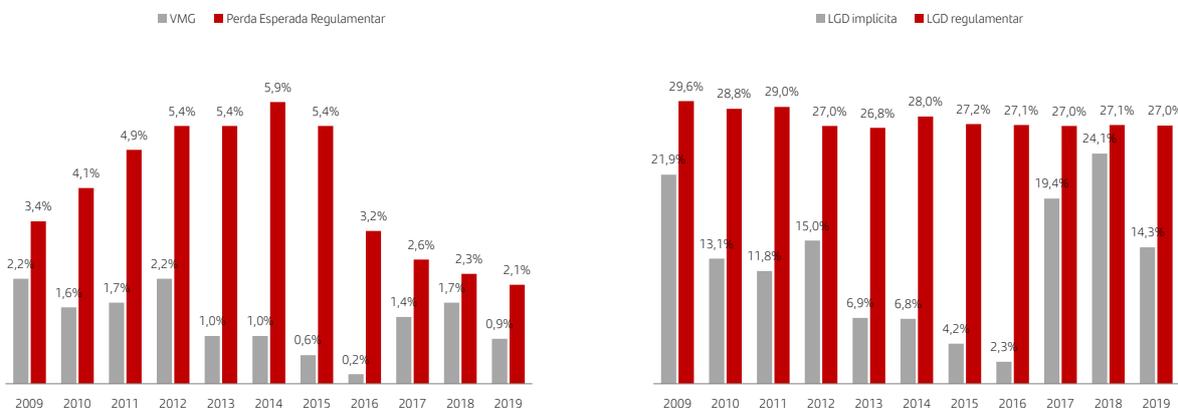


À semelhança das Empresas, também nas Hipotecas, a perda esperada regulamentar é bastante maior que a VMG, o que corrobora o elevado conservadorismo dos parâmetros regulamentares utilizados.

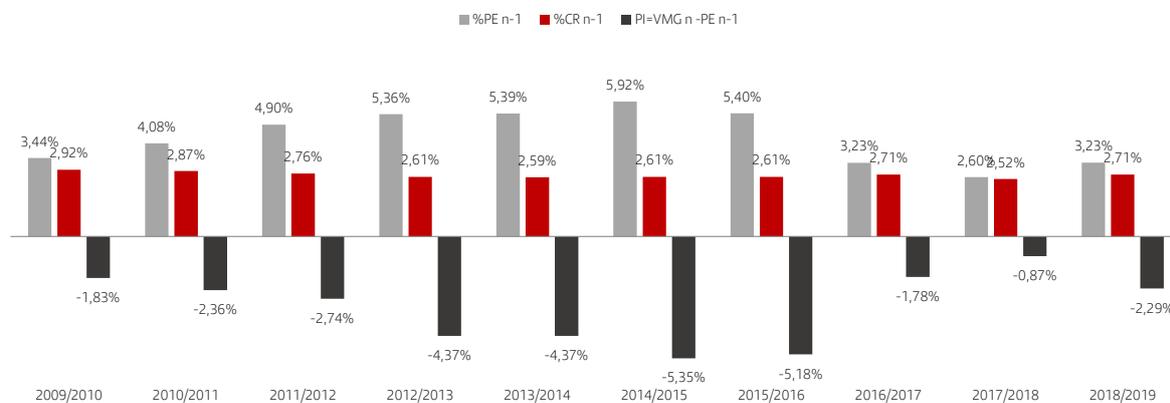
A LGD segue um perfil similar, o valor da LGD regulamentar é sempre superior ao da LGD implícita. A LGD implícita atingiu um máximo em 2017.

### Consumo de Particulares - %

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
VMG	2,2%	1,6%	1,7%	2,2%	1,0%	1,0%	0,6%	0,2%	1,4%	1,7%	0,9%
Perda Esperada Regulamentar	3,4%	4,1%	4,9%	5,4%	5,4%	5,9%	5,4%	3,2%	2,6%	2,3%	2,1%
LGD implícita	21,9%	13,1%	11,8%	15,0%	6,9%	6,8%	4,2%	2,3%	19,4%	24,1%	14,3%
LGD regulamentar	29,6%	28,8%	29,0%	27,0%	26,8%	28,0%	27,2%	27,1%	27,0%	27,1%	27,0%



	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
%CR n-1	2,92%	2,87%	2,76%	2,61%	2,59%	2,61%	2,61%	2,71%	2,52%	2,71%
%PE n-1	3,44%	4,08%	4,90%	5,36%	5,39%	5,92%	5,40%	3,23%	2,60%	3,23%
PI=VMG n -PE n-1	-1,83%	-2,36%	-2,74%	-4,37%	-4,37%	-5,35%	-5,18%	-1,78%	-0,87%	-2,29%



Também para a carteira de Consumo se observa o elevado grau de conservadorismo dos parâmetros regulamentares, observando-se ao longo dos anos sempre uma Perda Esperada Regulamentar com valor bastante superior à Variação de Mora de Gestão.

A LGD segue a mesma tendência, sempre com um valor de LGD regulamentar, superior ao da LGD implícita.

A LGD implícita atingiu um máximo em 2018.

## 6. Técnicas de Redução do Risco de Crédito

No âmbito do método Padrão, o Grupo utiliza o Método Simples sobre Cauções Financeiras para efeitos do cálculo dos montantes das posições ponderadas pelo risco, previsto no artigo n.º 222 da CRR.

### 1. Informações de natureza qualitativa relativa a técnicas de redução do risco de crédito

---

O Santander Totta aplica diversas formas de redução do risco de crédito, em função, entre outros fatores, do tipo de cliente e produto. Como iremos verificar a seguir, algumas são próprias de uma operação em concreto (por exemplo, garantias imobiliárias), enquanto outras aplicam-se a um conjunto de operações (por exemplo, netting e colateral). As distintas técnicas de mitigação podem agrupar-se nas seguintes categorias:

#### 1.1. Políticas e processos de compensação patrimonial e extrapatrimonial

O conceito de netting refere-se à possibilidade de realizar a compensação entre contratos de um mesmo tipo, tendo como suporte um contrato-quadro como o ISDA ou similar.

Consiste na compensação dos valores de mercado positivos e negativos das operações de derivados que temos com uma determinada empresa, de modo que em caso de default desta, nos deva (ou lhe devamos, se o líquido for negativo) uma única cifra líquida e não um conjunto de valores positivos ou negativos correspondentes a cada operação que tenhamos fechado com ela.

Um aspeto muito importante dos contratos-quadro é que estes implicam uma obrigação jurídica única que abrange todas as operações que suportam. Isto é fundamental no momento de realizar a compensação dos riscos de todas as operações cobertas pelo presente contrato com uma mesma contraparte.

O Grupo Santander Totta, através do Banco Santander Totta, celebra com empresas e instituições acordos ISDA e Contratos-Quadro para Operações Financeiras que se enquadram na categoria de acordos bilaterais de compensação (compensação contratual) e satisfazem os requisitos previstos na alínea c) do artigo n.º 295º da Secção 7 do Capítulo 6 do Título II da CRR. O reconhecimento destes acordos de compensação no cálculo do risco de crédito de contraparte efetua-se nos termos do artigo 298.º da CRR.

## 1.2. Políticas e processos de reconhecimento, de avaliação e de gestão de cauções, incluindo o processo de monitorização da evolução do respetivo valor ao longo do tempo

São consideradas garantias reais, os bens que ficam afetos ao incumprimento da obrigação garantida e que podem ser prestados não unicamente pelo próprio cliente, mas também por uma terceira pessoa. Os bens ou direitos reais objeto de garantias podem ser:

- Financeiras: numerário, depósitos de valores mobiliários, ouro;
- Não Financeiras: imóveis (tanto para habitação como estabelecimentos comerciais), outros bens móveis.

Desde o ponto de vista da admissão de riscos, procura-se adequar a obtenção de garantias ao perfil de risco de cada cliente. Para o cálculo de capital regulamentar, apenas se tomam em consideração aquelas que cumprem com os requisitos qualitativos mínimos descritos no acordo de Basileia.

Um caso muito relevante de garantia real financeira é precisamente o colateral. A operativa sujeita a acordo de colateral é avaliada periodicamente (normalmente todos os dias) e, sobre essa avaliação são aplicados os parâmetros acordados e definidos no contrato, de forma que se obtenha um valor (normalmente em numerário) a pagar ou receber da contraparte.

Os acordos de colateral são um conjunto de instrumentos com valor económico que são depositados por uma contraparte a favor de outra para garantir/reduzir o risco de crédito de contraparte que possa existir resultante das carteiras de operações com risco existente entre elas.

A natureza destes acordos é diversa, mas seja qual for a forma concreta que assumam, o objetivo final, à semelhança da técnica de netting, é reduzir o risco de contraparte mediante a recuperação de parte ou todos os resultados (crédito concedido à contraparte) gerados num dado momento pela operação (valorada a preços de mercado).

Em relação às garantias imobiliárias, existem processos de avaliação periódica, baseados nos valores de mercado reais dos diferentes tipos de imóveis e que cumprem com os requisitos estabelecidos pelo regulador. Na aplicação das técnicas de mitigação de garantias seguem-se os requisitos mínimos estabelecidos no manual de políticas de gestão de riscos de crédito, e que de um modo geral consistem em garantir:

- Segurança jurídica: é garantido que, em qualquer momento, existe a possibilidade legal de exigir a liquidação de garantias;
- Não existe correlação positiva significativa entre a contraparte e o valor da garantia;
- Todas as garantias estão devidamente documentadas;
- Existe documentação das metodologias utilizadas para cada técnica de mitigação;
- Seguimento e controlo periódico.

No âmbito do método Padrão, as cauções utilizadas pelo Grupo consistem, em geral, em depósitos em numerários efetuados pela contraparte junto do Grupo. Os valores a assinalar são os relativos aos segmentos de: empresas (mEuros 28.362), carteira de retalho (mEuros 28.261) e elementos de risco elevado (mEuros 100), num total de mEuros 56.723. No âmbito do método das Notações Internas, a proteção por cauções financeiras atinge mEuros 506.011, a que acresce a proteção por garantias imobiliárias de mEuros 16.375.900.

### 1.3. Garantias pessoais e derivados de crédito

Esta tipologia de garantias refere-se àquelas que colocam um terceiro diante da necessidade de responder pelas obrigações adquiridas por outro. Inclui, por exemplo, fianças, avais garantias bancárias ou livranças. Só se podem reconhecer, para efeitos de cálculo de capital, as garantias suportadas por terceiros que cumpram com os requisitos mínimos estabelecidos pelo supervisor.

No âmbito do método Padrão, o prestador de proteção pessoal de crédito é o Estado Português totalizando mEuros 785.908. No que respeita as carteiras tratadas de acordo com o método das Notações Internas, os prestadores de proteção pessoal desdobram-se genericamente em sociedades de garantia mútua, nomeadamente Norgarante, Lisgarante, Agrogarante e Garval (mEuros e noutras entidades num total de mEuros 295.308).

### 1.4. Estratégia, processos de monitorização e descrição dos principais tipos de garante e respetiva qualidade de crédito

Como referido no ponto anterior, o único garante pessoal no âmbito do método padrão é o Estado Português. Por sua vez, no âmbito do Método das Notações Internas, somos a referir as sociedades de garantia mútua e outras entidades com melhores notações internas.

### 1.5. Concentração dos valores de cobertura por tipo de instrumento

As hipotecas sobre imóveis são o principal tipo de instrumento de cobertura. Adicionalmente, o Santander possui também outras cauções que utiliza no momento de efetuar a mitigação do risco, tais como, os penhores de depósito e penhores de produtos da Seguradora.

No âmbito da proteção real do método Padrão, as garantias recebidas de mEuros 56.723 respeitam a depósitos em numerário efetuado por contrapartes junto do Grupo. Nas carteiras tratadas pelo método das Notações Internas, a proteção real financeira ascende a mEuros 506.011. Por sua vez, no âmbito da proteção pessoal do método Padrão, as garantias recebidas ascendem a mEuros 758.908, com detalhe no ponto 2. Para as carteiras tratadas pelo método das Notações Internas, a proteção pessoal ascende a mEuros 295.308, com o detalhe no ponto 3.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Os modelos referentes aos pontos 2 e 3 abrangem os riscos de crédito (excluindo o associado a posições em risco titularizadas), de crédito de contraparte e de entrega (incluindo a carteira de negociação).

### 2. Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método Padrão”

TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - MÉTODO PADRÃO								
Posição em risco líquida	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de substituição na posição em risco líquida				Técnicas de redução do risco de crédito com efeito no montante da posição em risco: protecção real de crédito (a)			
	Protecção pessoal de crédito: valor da protecção totalmente ajustado (GA)		Protecção real de crédito		Efeito de substituição na posição em risco (líquido de saída e entradas)	Ajustamento de volatilidade ao valor da posição em risco	Caução financeira: valor ajustado pela volatilidade e por qualquer desfasamento entre prazos de vencimento (Cvam) (-)	
	Garantias	Derivados de crédito	Método simples: cauções financeiras	Outras formas de protecção real de crédito				
	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>Total das posições</b>	<b>23 927 052</b>	<b>758 908</b>		<b>56 723</b>		<b>23 870 329</b>		
Administrações centrais ou bancos centrais	12 037 167					12 796 075		
Administrações regionais ou autoridades locais	493 385	380 621				112 763		
Entidades do setor público	223 309	199 651				23 658		
Bancos multilaterais de desenvolvimento								
Organizações internacionais								
Instituições	867 143					867 143		
Empresas	1 971 064	178 635		28 362		1 764 066		
Carteira de retalho	1 206 931			28 261		1 178 670		
Decomposição do total das posições por classe de risco:								
Posições com garantia de bens imóveis	4 039 897					4 039 897		
Elementos vencidos	394 305					394 305		
Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	236 880			100		236 780		
Ações	308 972					308 972		
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)	55 384					55 384		
Outros elementos	2 092 615					2 092 615		

(a) Método integral sobre cauções financeiras. Por montante da posição em risco entende-se a posição em risco líquida, após efeito de substituição.

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

### 3. Modelo "Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método das Notações Internas"

TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS								
Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão	Posição em risco original	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de substituição na posição em risco original			Técnicas de redução do risco de crédito com efeito na estimativa de LGD, excluindo o tratamento relativo a incumprimento		Tratamento relativo a incumprimento simultâneo	
		Protecção pessoal de		Efeito de substituição na posição em risco (líquido de caução)	Protecção real de crédito		Protecção pessoal de crédito	
		Garantias	Derivados de crédito		Cauções (financeiras) elegíveis	Outras cauições elegíveis (a)		
		1	2	3	5	9	10	11
<b>Total das posições</b>		<b>35.034.430</b>	<b>295.308</b>		<b>1.231.504</b>	<b>506.011</b>	<b>16.375.900</b>	
Decomposição do total das posições por categoria de devedores:	1	9.467.648	1.503		-22.327	5.533	5.609.162	
	2	4.836.263	0		-16.747	646	2.914.199	
	3	6.217.494	30.691		-136.347	108.916	3.160.758	
	4	2.458.910	0		-2.890	114.306	1.491.713	
	5	6.525.733	198.219		130.196	168.469	1.641.208	
	6	2.599.254	56.053		53.636	69.295	992.631	
	7	809.769	8.842		8.840	10.998	339.631	
	8	902.215	0		0	27.847	226.599	
Project finance		1.217.145	0		1.217.145	0	0	

(a) "Outras cauições elegíveis": engloba os elementos "cauições imobiliárias", "outras cauições de natureza real" e "valores a receber".

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2019

A fim de se garantir a inclusão de todas as operações inscritas nos mapas do Anexo V-C, considerámos as exposições em Empréstimos Especializados na última linha do mapa acima.

## 4. Modelo “Análise de Concentração – Protecção Pessoal e Real do Crédito”

### ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO - PROTECÇÃO PESSOAL E REAL DO CRÉDITO (MÉTODO PADRÃO)

		Protecção pessoal de crédito		Protecção real de crédito	
		Garantias		Cauções (financeiras) elegíveis	
		dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
<b>Total das posições em risco objecto de cobertura</b>		<b>758 908</b>	<b>1 822 085</b>	<b>56 723</b>	<b>224 202</b>
Decomposição do total das posições por sector:	Sector Público	380 621	302 401	72	159
	Particulares	0	0	9 018	21 785
	Energia	0	0	183	24 345
	Construção	15 297	16 691	4 033	10 539
	Indústria	0	0	8 021	28 596
	Serviços	362 989	1 502 993	33 368	121 029
	Outros	0	0	2 028	17 748

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2019

## 7. Operações de Titularização

Para os efeitos do presente Anexo, adotam-se as definições constantes no ponto 2 do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1. Informações de natureza qualitativa relativas às Operações de Titularização

---

##### 1.1. Identificação das operações de titularização em que a Instituição se encontra envolvida

O banco encontra-se envolvido nas operações de titularização:

- Titularizações Tradicionais: Hipototta 4 e 5, Azor Mortgage 1 e 2 e Atlantes Mortgage 2, 3, 4, 5 e 7 (como Originador, Cedente e Servicer).
- Titularizações Sintéticas: Syntotta 1 (como Protection Buyer, Calculation Agent e Cash Deposit Bank).

Atualmente estão colocados em terceiros os seguintes títulos de titularizações tradicionais:

- **Parcialmente:** Classes A dos Hipotottas 4 e 5, Classe A, B e C da Azor Mortgage 1 e Classe A da Atlantes Mortgage 3;
- **Na totalidade:** Classe A da Atlantes Mortgage 2 e 4.

Em relação à titularização sintética Syntotta 1, estão colocadas em investidores a totalidade das Credit-Linked Notes ("CLN") associadas à Tranche Mezzanine.

## OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Titularização tradicional	Hipototta 4	Hipototta 5	Atlantes Mortgage No. 2	Atlantes Mortgage No. 3	Atlantes Mortgage No. 4	Atlantes Mortgage No. 5	Atlantes Mortgage No. 7	Azor Mortgages	Azor Mortgages No. 2	Hipototta 13	Syntotta 1
Instituição(ões) Cedente(s)	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	Banco Santander Totta	N.A.
Instituição(ões) Patrocinadora(s)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
<b>Informação sobre as operações:</b>											
Data de início	09/12/2005	22/03/2007	05/03/2008	30/10/2008	16/02/2009	21/12/2009	18/11/2010	25/11/2004	24/07/2008	09/01/2018	28/06/2019
Maturidade legal	30/09/2048	28/02/2060	20/09/2060	20/08/2061	20/12/2064	23/11/2068	23/08/2066	20/09/2047	14/12/2065	23/10/2072	14/11/2037
Cláusula de <i>step-up</i> (data)	30/12/2014	28/02/2014	18/03/2017	20/11/2017	20/03/2018	23/02/2019	23/02/2018	20/09/2011	21/07/2017	N.A.	N.A.
Revolving (anos)	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	1
Activos titularizados (em milhões de euros)	2 800	2 000	375	600	550	500	397	281	300	2 200	2 417
Valor em dívida (em milhões de euros)	561	546	132	219	245	210	167	25	126	1 658	2 417
<b>Informação sobre o envolvimento das instituições cedente(s)</b>											
Existência de situações de "apoio implícito"	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Activos cedidos (por Instituição)/Activos titularizados (total) (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	N.A.
Mais-valia inicial/Valor das posições de primeira perda readquiridas	14	10	16,1	57,6	74,2	66,2	63,5	10,0	6,8	66,0	N.A.
<b>Observações</b>											

## 1.2. Métodos de cálculo dos montantes das posições ponderadas pelo risco relativamente às atividades de titularização

As posições ponderadas pelo risco são calculadas de acordo com o método das Notações Internas. Os cálculos são baseados nas posições em risco objeto de titularização visto não se cumprirem os requisitos de transferência significativa do risco de crédito. – A CONFIRMAR POR CAPITAL

## 1.3. Designação das ECAI utilizadas no âmbito das operações de titularização, por tipo de posições em risco

- Hipototta 4 – Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's
- Hipototta 5 – Moody's e Standard & Poor's
- Azor Mortgages 1 – Fitch, Moody's e Standard & Poor's
- Azor Mortgages 2 – Fitch, Standard & Poor's e DBRS
- Atlantes Mortgage 1 – Fitch, Moody's e Standard & Poor's
- Atlantes Mortgage 2 – Fitch, Standard & Poor's e DBRS
- Atlantes Mortgage 3 – Fitch, Standard & Poor's e DBRS
- Atlantes Mortgage 4 – Fitch, Standard & Poor's e DBRS
- Atlantes Mortgage 5 – Fitch, Standard & Poor's e DBRS
- Atlantes Mortgage 7 – Fitch, Standard & Poor's e DBRS
- Hipototta 13 - Fitch e DBRS

#### 1.4. Tipos de risco, em termos do grau de subordinação das posições de titularização subjacentes, e dos respectivos activos subjacentes, relativamente às posições de retitularização assumidas ou retidas

Titularização	Montante Outstanding	Montante em Balanço
Hipototta nº 4	571	440
Hipototta nº 5	559	427
Hipototta nº 13	1 774	1 774
Atlantes Mortgage No. 2	141	30
Atlantes Mortgage No. 3	267	136
Atlantes Mortgage No. 4	305	89
Atlantes Mortgage No. 5	263	263
Atlantes Mortgage No. 7	219	219
Azor Mortgages	35	13
Azor Mortgages No. 2	134	134

Unidades: mEuros

### Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

#### 2. Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Método Padrão”

Sem titularizações.

#### 3. Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Método das Notações Internas”

O Grupo Santander Totta detém em carteira, como investidor, notes de securitizações de entidades terceiras, nomeadamente da Energyon (cerca de mEuros 42.240), emitida pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA e a Hefesto emitida pela Hefesto STC, S.A. (cerca de mEuros 2.327).

No caso específico da emissão da Hefesto, estas obrigações estão relacionadas com uma venda de uma carteira de créditos NPL (via securitização), cuja conta de reserva teve de ter um formato de obrigação por exigência do regulador e a qual ficou no balanço do Banco.

As notes de securitizações de entidades terceiras caracterizavam-se por:

Notes	Rating	Montante
OB.TAGUS CLASSE A-VARIAVEL-12/05	BBBH DBRS	42 240
OB.ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES M	sem rating	50
OB.HEFESTO STC SA SERIE-1 CL-R	BBB	2 327
		<b>44 616</b>

Unidade: m Euros

Os ativos ponderados pelo risco obtêm-se de acordo com o Método das Notações Internas, nomeadamente de acordo com o Método baseado em Notações (vide artigo n.º 261.º da CRR). O ponderador das notes da Energyon Class A é de 35% multiplicado pelo fator 1,06. O ponderador das notes da Energyon Class B é de 1.250% e o ponderador da note da Hefesto Class R é de 100%.

RISCO DE CRÉDITO - OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO (MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS)

Tipo de titularização: (tradicional)	Montante total das posições em risco titularizadas originadas	Decomposição do valor da posição em risco sujeita a ponderação (2+3) por ponderador de risco superior ou igual a 100%																	Montante da posição ponderada pelo risco		
		Valor da posição em risco		Método Baseado em Notações														1250%			
		Valor deduzido aos fundos p	35%	100%	150%	200%	225%	300%	350%	425%	500%	650%	750%	850%	ção objecto de nota	não objecto de nt	Posição não objecto de notação				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	13	14	14	15	16	17	18
<b>Total das posições em risco (=A+B+C)</b>	-	<b>44 616</b>	-	<b>42 240</b>	-	<b>2 327</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>50</b>	<b>11 421</b>	<b>20 468</b>
A-Entidade cedente: total das posições	-	44 616,31	-	42 239,57	-	2 326,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,00	11 421,13	20 467,93
A.1-Elementos do activo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Titularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retitularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Titularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retitularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.3-Reembolso/amortização antecipada/a (Early amortization)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses do cedente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses dos investidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B-Investidor: total das posições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.1-Elementos do activo	-	44 616,31	-	42 239,57	-	2 326,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,00	11 421,13	22 472,50
Titularizações	-	44 616,31	-	42 239,57	-	2 326,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,00	11 421,13	22 472,50
Retitularizações	-	44 616,31	-	42 239,57	-	2 326,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,00	11 421,13	22 472,50
B.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Titularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retitularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C - Patrocinador: total das posições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.1-Elementos do activo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Unidade: mEuros  
Data de referência: 31/12/2019

## 4. Informações de natureza qualitativa relativas às Operações de Titularização

---

Os valores deste mapa referem-se apenas às titularizações de posições em risco cedidas por entidades do Grupo Santander Totta. Pelas razões apontadas anteriormente, não se reportam os montantes das posições em risco e respetiva posição ponderada para os anos de 2019 e 2018.

## 8. Risco de Mercado - Total

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1. Informações de natureza qualitativa relativamente aos riscos assumidos na carteira de negociação

---

##### 1.1. Subcarteiras da carteira de negociação cobertas pelo "método Padrão sobre a carteira de negociação"

No ano passado, o Grupo Santander utilizou métodos internos nos cálculos de requisitos do risco de posição dos vários instrumentos que integram a carteira de negociação, à exceção de um conjunto de operações que, apesar de terem uma classificação contabilística de negociação, do ponto de vista de gestão não são tratadas como tal, e que mantiveram o seu tratamento prudencial à luz do método Padrão.

Em Dezembro de 2019, o Grupo Santander Totta utilizou o método Padrão nos cálculos dos requisitos do risco de posição de todos os instrumentos que integram a carteira de negociação.

##### 1.2. Metodologias de avaliação dos riscos da carteira de negociação, para cada subcarteira, relativamente à aplicação do "método Padrão sobre a carteira de negociação"

O cálculo dos requisitos de capital por risco de posição de instrumentos de dívida enquadra-se na Secção 2 do Capítulo 2 da CRR. Em particular, há a destacar o método baseado no prazo de vencimento para o risco geral (art.º 339º) e o normativo previsto nos artigos n.º 335º e 336.º para o risco específico, ambos da CRR.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

## 2. Modelo “Requisitos de Fundos Próprios por Risco de Mercado Total”

O template EU MR1 apresenta as posições ponderadas pelo risco (RWAs) do risco de mercado total tratado de acordo com o método padrão, sendo de realçar que apenas existem consumos para o risco de taxa de juro e risco de títulos de capital.

	Posições ponderadas pelo risco (RWAs)	Requisitos de capital (RWAs*8%)
<b>Produtos diferentes de opções</b>		
1 Risco de taxa de juro (geral e específico)	16.542,7	1.323,4
2 Risco de títulos de capital (geral e específico)	0,0	0,0
3 Risco cambial	0,0	0,0
4 Risco de mercadorias	0,0	0,0
Opções		
5 Método simplificado	0,0	0,0
6 Método do delta-plus	0,0	0,0
7 Método do cenário	0,0	0,0
8 Operações de titularização (risco específico)	0,0	0,0
<b>9 Total</b>	<b>16.542,7</b>	<b>1.323,4</b>

Unidade: m Euros

Data de referência: 31/12/2019

Face ao ano anterior, assistiu-se em 2019 a uma redução de mEuros 4.275 nas exposições ponderadas pelo risco de mercado.

## 9. Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Para efeitos da presente Parte, entende-se por:

- Método Padrão

O método estabelecido nos Capítulos 3 e 4 do Título IV da CRR, nos quais são especificadas as regras em matéria de adequação dos fundos próprios para cobertura, respetivamente, do risco cambial e risco de mercadorias da carteira de negociação.

- Método de Modelos Internos

O método estabelecido no Capítulo 5 do Título IV da CRR, no qual são especificadas as regras em matéria de adequação dos fundos próprios para cobertura do risco cambial e risco de mercadorias da carteira de negociação.

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1. Informações de natureza qualitativa relativamente aos riscos cambial e de mercadorias

---

##### 1.1. Método adotado para calcular os requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura dos riscos cambial e de mercadorias

O Grupo adota o método Padrão para cobertura dos riscos cambial e de mercadorias. Dado que estes requisitos são inferiores ao limiar de 2% dos fundos próprios, não existe consumo pelo método Padrão.

## 1.2. Metodologia para avaliar os riscos de mercadorias (método Padrão)

Em Dezembro de 2019, os riscos de mercadorias foram integralmente avaliados pelo método Standard, não tendo sido apurado consumo.

## 10. Posições em Risco sobre Ações da Carteira Bancária

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1. Informações de natureza qualitativa relativamente às posições em risco de ações da carteira bancária

---

##### 1.1. Objetivos associados às posições em risco

A Instituição efetua investimentos em ações numa perspetiva duradoura.

##### 1.2. As técnicas contabilísticas e metodologias de avaliação

As técnicas contabilísticas e metodologias de avaliação utilizadas seguem as normas IAS vigentes.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados.

Quando existe evidência de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados. Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos

títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Santander Totta considera a natureza e as características específicas dos ativos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objetivos de imparidade, o Santander Totta considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro como um indicador objetivo de imparidade. Exceto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

### 2. Modelo “Posições em Risco sobre Ações (Carteira Bancária)”

	POSIÇÕES EM RISCO SOBRE INSTRUMENTOS DE CAPITAL (CARTEIRA BANCÁRIA)									
	Custo Aquisição		Reserva Positiva		Reserva Negativa		Imparidade		Valor Balanço	
	dez-19	dez-18	dez-19	dez-18	dez-19	dez-18	dez-19	dez-18	dez-19	dez-18
<b>Emitidos por residentes</b>	<b>215.992</b>	<b>253.473</b>	<b>718</b>	<b>581</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>216.709</b>	<b>254.053</b>
Valorizados ao justo valor	144.372	175.310	0	0	0	0	0	0	144.372	175.310
Valorizados ao custo histórico	71.620	78.163	718	581	0	0	0	0	72.337	78.743
<b>Emitidos por residentes</b>	<b>2.322</b>	<b>3.264</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.322</b>	<b>3.264</b>
Valorizados ao justo valor	626	1.568	0	0	0	0	0	0	626	1.568
Valorizados ao custo histórico	1.696	1.695	0	0	0	0	0	0	1.696	1.695

# 11. Risco Operacional

## Secção A – Informação Qualitativa

### 1. Informações de natureza qualitativa relativamente ao risco operacional

---

#### 1.1. Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios

Desde Junho de 2012, o Grupo adota o Método Standard, de acordo com o Aviso n.º 9/2007 até finais de 2013 e de acordo com o Capítulo 3 do Título III da Parte III da CRR a partir de 1 de Janeiro de 2014. Até então, o Banco utilizou o Método do Indicador Básico apesar de ter obtido autorização do Banco de Portugal para adoção do Método Standard a partir de 12.04.2012.

#### 1.2. Indicação dos elementos contabilísticos considerados no cálculo do indicador relevante e critérios de atribuição por segmento de atividade, no caso de utilização do método Standard

Partindo da informação publicada no Relatório e Contas efetua-se uma correspondência entre as áreas de Negócio aí publicadas e as áreas de Risco Operacional conforme resumido no quadro abaixo:

Áreas de Negócio Internas	Áreas de Neg. Relat. & Contas	Percentagem	Segmentos de actividade
Particulares	Banca de Retalho	12%	Banca de Retalho
Negócios	Banca de Retalho	12%	Banca de Retalho
Rede Empresas	Banca Comercial	15%	Banca Comercial

CIB

**Financing Solutions & Advisory**

M&A - Mergers and Aquisitions	Corporate Investment Banking	18%	Financiamento das empresas
ECM - Equity Capital Markets	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
Corporate Equity Derivatives	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
Emissores	Corporate Investment Banking	18%	Financiamento das empresas
Project and Aquisition Finance	Corporate Investment Banking	18%	Financiamento das empresas
Sindicados	Corporate Investment Banking	18%	Financiamento das empresas
Debt Capital Markets & Securitizaciòn	Corporate Investment Banking	18%	Financiamento das empresas
ACS - Asset & Capital Structuring	Corporate Investment Banking	18%	Financiamento das empresas

**Banca Transaccional**

Cash Management	Corporate Investment Banking	18%	Pagamentos e Liquidação
Trade Finance	Corporate Investment Banking	15%	Banca Comercial
Financiamento Básico	Corporate Investment Banking	15%	Banca Comercial
Custódia	Corporate Investment Banking	15%	Serviços de agência

**Global Markets**

Sales Mercados	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
Market Making	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
ETD-Exchange Trading Derivatives	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
Cash Equity	Corporate Investment Banking	12%	Interm. relativa à carteira de retalho
XVA	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
Global Structuring	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
Proprietary Trading	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
ACPM	Corporate Investment Banking	18%	Negociação e vendas
Gestão Activos	Gestão Activos e Seguros	12%	Gestão Activos
Seguros	Seguros		---

Realização dos seguintes ajustes:

- Repartição da área constante no relatório e Contas como Corporate Investment Banking (CIB) nas diversas áreas de Segmentação para Risco Operacional de acordo com a desagregação das áreas de negócio internas de CIB, detalhadas no quadro anterior;
- Reafecção de comissões entre os segmentos de risco operacional, uma vez que as mesmas são na sua origem alocadas de acordo com a área de negócio a que pertence o cliente e não de acordo com a sua natureza:

		Pagamentos e Liquidações	Serviços de Agência	Intermediação relativa à	Gestão de ativos
<b>Cheques</b>	Cadernetas	X			
	Visados/ Bancários	X			
	Devolução de cheques	X			
	CH outras	X			
<b>Cartões</b>	Emissões/ Anuidades	X			
	Substituição	X			
	Personalização	X			
	Processamento SIBS	X			
	Programa pontos	X			
	Taxa de penalização	X			
	Outras (emissão de plásticos)	X			
<b>TPA's</b>		X			
<b>ATM's</b>		X			
<b>Estrangeiro</b>	Ordens de Pagamento	X			
	Cheques emitidos	X			
<b>Serviços</b>	Guarda de valores		X		
	Operações em bolsa			X	
	Operações fora de bolsa			X	
	Débitos diretos	X			
	Cheques Pré-datados	X			
	Transferências	X			
<b>Comissões de Fundos</b>					X

- Desreconhecimento de contas contabilísticas que não deverão ser tidas em conta no cálculo do indicador relevante.

- De acordo com o estipulado no template C16 do Corep no âmbito do qual é feito o reporte prudencial em BIS III desde 1 de Janeiro de 2014, e complementado com o que nos foi comunicado pelo Banco de Portugal na sequência de algumas reuniões, não devem ser consideradas para efeito do cálculo do Indicador Relevante os saldos das seguintes contas:
  - Perdas em Operações Financeiras
    - 691 - Perdas na alienação de créditos a clientes
    - 693 - Perdas em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados
    - 694 - Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda (a)
    - 696 – Perdas em derivados de cobertura (a)
    - 697 - Perdas em investimentos detidos até à maturidade (a)
    - 69900 - Outras Perdas – Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura (a)
    - 69910 – Outras Perdas - Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura (a)
    - 72 - Outros Encargos e Gastos Operacionais
    - 75 – Outros Impostos
  - Rendimentos de instrumentos de capital
    - 821 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
  - Ganhos em Operações Financeiras
    - 831 - Ganhos na alienação de créditos a clientes
    - 833 - Ganhos em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados
    - 834 - Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda (a)

836 - Ganhos em derivados de cobertura (a)

837 - Ganhos em investimentos detidos até à maturidade (a)

83900 – Outros Ganhos - Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura (a)

83910 – Outros Ganhos - Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura(a)

841 - Diferenças de consolidação negativas

842 - Ganhos em Investimentos em filiais excluídas da consolidação associadas a empreendimentos conjuntos

843 - Ganhos em Investimentos em filiais associadas a empreendimentos conjuntos

844 - Ganhos em Ativos não financeiros

8480 - Ganhos em Operações descontinuadas

84820 – Recuperações de Créditos Incobráveis (b)

- (a) Não devem ser incluídas na medida em que reflitam resultados a partir da venda de elementos não integrados na carteira de negociação.
- (b) Em termos de apuramento do indicador relevante para o Santander Totta, SGPS, em base consolidada, não há lugar ao desreconhecimento desta conta pelo facto de a mesma não estar incluída no Produto Bancário, a qual é deduzida à rubrica de imparidade de crédito.
- Anulação, no caso do cálculo do indicador relevante da SGPS, dos Resultados referentes à Atividade de Seguros, bem como dos respetivos intragrupos.
  - Afetação das atividades corporativas. O valor residual associado a atividades corporativas é repartido pelas áreas de Negócio da seguinte forma:

- A margem financeira, que inclui a parte referente às atividades corporativas e às restantes sociedades de menor dimensão (tais como Totta, Totta Ireland, Santotta, BIB (International Bank of Bahamas), Gamma, e Santander Totta, SGPS) as comissões e os outros resultados da atividade bancária, que incluem a parte não segmentada são alocados à banca de retalho e à banca comercial, em proporção do seu peso (% da banca de retalho/total da banca de retalho + banca comercial e % da banca comercial/total da banca de retalho + banca comercial);
- Os dividendos e os resultados de operações financeiras não segmentados são alocados à Tesouraria e Banca de Investimento.
- Para efeitos de cálculo do indicador relevante e depois de feita a agregação do produto bancário de acordo com a segmentação de risco operacional é associado um ponderador de risco  $\beta$  que varia de acordo com o segmento:

Áreas	Ponderador
Financiamento das empresas	18%
Negociação e vendas	18%
Pagamento e Liquidação	18%
Banca Comercial	15%
Serviços de agência	15%
Serviços de retalho	12%
Intermediação relativa à carteira de retalho	12%
Gestão de Ativos	12%

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

### 2. Modelo “Risco Operacional”

## RISCO OPERACIONAL

Actividades				Por memória: método de Medição Avançada - Redução de requisitos de fundos próprios (Ano 0)	
	2017	2018	2019	Perdas esperadas consideradas no quadro das práticas internas	Mecanismos de transferência de risco
<b>1. Método do Indicador Básico</b>					
- Financiamento das empresas - <i>corporate finance</i>	58.365	58.791	54.381		
- Negociação e vendas	-4.873	3.818	961		
- Intermediação relativa à carteira de retalho	1.677	2.197	1.576		
<b>2. Método Standard</b>					
- Banca comercial	173.920	219.002	187.756		
- Banca de retalho	723.156	890.668	904.656		
- Pagamento e liquidação	90.963	86.796	89.159		
- Serviços de agência	3.242	5.292	5.908		
- Gestão de activos	27.322	30.474	28.707		
<b>Método de Medição Avançada (a)</b>					

(a) Base de incidência, em termos de indicador relevante, das actividades sujeitas ao método de Medição Avançada.

## 12. Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1. Informações de natureza qualitativa relativamente à sensibilidade ao risco de taxa de juro da carteira bancária

##### 1.1. Identificação da natureza do risco de taxa de juro da carteira bancária

A variação das taxas de juro supõe para as instituições financeiras duas classes de risco intimamente relacionadas:

- Risco associado à incerteza sobre as taxas de reinvestimento/refinanciamento financeiro ao longo da vida de um ativo/passivo financeiro;

- Risco associado à flutuação de valores de ativos e passivos que formam o balanço da instituição, derivado das taxas de desconto utilizadas para descontar os vários fluxos de caixa.

Podemos definir risco de taxa de juro de uma instituição financeira como a possibilidade de incorrer em perdas face a variações não esperadas das taxas de juro de mercado. Estas perdas potenciais podem produzir-se por efeito das variações das taxas de mercado na margem financeira e no valor de mercado dos ativos e passivos, ou seja, no valor patrimonial.

A gestão do risco de taxa de juro tem por base:

- Gestão da margem financeira: medição do impacto na margem financeira das oscilações do nível das taxas de juro. É uma gestão de curto prazo, para 12, do risco de taxa de juro associado à conta de resultados;
- Gestão do valor patrimonial: medição do impacto no valor patrimonial das oscilações do nível das taxas de juro. É uma gestão de médio longo prazo do valor do balanço da Instituição.

Esta dualidade, presente na gestão do risco de taxa de juro das instituições financeiras, torna necessário o estabelecimento de políticas que possibilitem a otimização do binómio margem financeira/valor patrimonial.

## 1.2. Descrição das características do modelo interno de medição e avaliação do risco de taxa de juro da carteira bancária e da frequência da medição do risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço é medido por modelos de simulação e de repricing gap:

- O modelo de simulação atualmente utilizado considera as fontes de risco de taxa de juro mais relevantes nomeadamente movimentações paralelas das taxas de juro, de pendente e de curvatura dada a estrutura de repricing e indexantes associada aos ativos e passivos do balanço, avaliando o seu impacto numa determinada data sobre a SVP e SMF projetada.

- O modelo de repricing gap consiste no agrupamento de ativos e passivos sensíveis por datas de repricing (datas de alteração da taxa de juro) em intervalos fixos de tempo, a partir dos quais se pode estimar a sensibilidade do balanço às variações das taxas de juro. Para cada intervalo calcula-se o total dos fluxos ativos e passivos e, por diferença dos mesmos, o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo. Os modelos integram as operações de balanço e fora de balanço, sendo calculada a sensibilidade para cada uma das moedas consideradas relevantes para a atividade, nomeadamente euro e outras.

Neste momento encontra-se em funcionamento um software específico de gestão de ativos e passivos. Este software incorpora um módulo de tratamento e validação de dados e um módulo de simulação e análise.

O sistema, através da recolha das posições e suas principais características, consegue valorá-las ao mercado, medir a sua sensibilidade perante os movimentos dos diferentes fatores de mercado, medir as perdas potenciais consoante os comportamentos dos ditos fatores e emitir relatórios que permitem aos gestores do balanço um seguimento periódico da margem financeira, valor patrimonial e respetivo risco.

A utilização deste tipo de modelo permite uma análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos fatores de risco e das posições do banco. O comportamento dos fatores de risco é modelado sobre a margem efetivamente projetada. Este tipo de solução implica um nível de complexidade, necessidades de informação e capacidade de cálculo significativamente maiores que o usado para as medidas somente estáticas mas proporciona uma maior riqueza conceptual e profundidade na análise, só possível através da implementação de um modelo de ALM deste tipo.

O modelo utilizado permite medir e controlar todos os fatores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado diretamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repricing existente, que determinam a SMF e SVP dos instrumentos do balanço.

É possível fazer uma decomposição em fatores de risco dos movimentos da curva de taxas de juro por ordem de importância: movimentos paralelos, movimentos da pendente e alterações da curvatura. Adicionalmente deve-se considerar a possibilidade de que num balanço coexistam instrumentos cujo valor seja determinado por diversas curvas de desconto que necessariamente não se movem da mesma forma.

O risco originado pelo movimento desigual ou desfasado entre diferentes curvas de desconto é conhecido como risco de base. Um exemplo clássico é a repricing dos depósitos de clientes a taxa administrativa, cuja resposta ao movimento do nível geral das taxas de juro pode mostrar desfasamentos importantes.

Por último, o risco de opcionalidade pode ter um impacto na NIM e MVE do balanço com destaque para as opções implícitas nos termos contratuais em operações comerciais com clientes. Com efeito existem em certos instrumentos da banca comercial opções que não estão explicitamente ligadas ao comportamento de uma qualquer variável de mercado.

### 1.3. Descrição dos pressupostos fundamentais utilizados para o cálculo do risco de taxa de juro

Num contexto de GAP as mais importantes são as opções de pré-pagamento e de levantamento antecipado.

As opções de pré-pagamento geralmente ligadas a empréstimos a longo prazo são pouco importantes no balanço da Instituição dado que a esmagadora maioria do crédito com prazo longos, sobretudo hipotecário, é de taxa variável.

As opções de levantamento antecipado estão ligadas a depósitos de clientes sem vencimento contratual, nomeadamente depósitos à ordem, que são tratados no modelo através de metodologia interna utilizada para estimar prazos efetivos associado a este tipo de instrumentos, de forma a obter uma aproximação da sua real contribuição para a SMF e SVP.

Os prazos efetivos retirados da nossa metodologia interna para tratamento dos depósitos de clientes sem vencimento contratual são os seguintes:

Depósitos à ordem	Percentagem Instável	Duração Modificada
Não Remunerados	15,4%	6,3
Baixa Remuneração	68,6%	3,5
Alta Remuneração	54,1%	0,5

Através da técnica de simulação realizam-se projeções da margem financeira da Instituição a partir da combinação de possíveis cenários da evolução das taxas de juro, como políticas de contratação de negócio por prazos, preços e estratégias de crescimento inerentes ao orçamento da instituição.

#### 1.4. Identificação das correlações materiais entre o risco de taxa de juro na carteira bancária e outros tipos de risco

A matriz de correlação entre o risco de taxa de juro estrutural (ALM) e os restantes tipos de risco é apresentada na página 19.

## 2. Informações de natureza qualitativa relativas aos testes de esforço, para sensibilidade ao risco de taxa de juro da carteira bancária

---

### 2.1. Curvas de Taxa de Juro

Irão permitir a simulação das taxas de juro de referência que vão servir de base ao cálculo das novas taxas das operações que alteram taxa e das novas operações contratadas.

Os cenários empregues são os seguintes:

i. Cenário base

As taxas de juro vão-se comportar exatamente como o mercado prevê na curva forward implícita na curva spot na data da simulação. O cálculo da sensibilidade da margem financeira efetua-se simulando a variação da margem financeira com base em deslocamentos de 25, 50, 75 e 100 pontos básicos na curva forward. Esta variação acontece tanto em valor absoluto como relativo;

ii. Cenários de pendente

No caso de um balanço se encontrar perfeitamente imunizado a movimentos paralelos na curva de taxas de juro, ficará sempre um risco remanescente associado aos possíveis movimentos não paralelos, principalmente alterações na inclinação e curvatura. Nas alterações de inclinação, especificamente a taxa de curto e longo prazo movem-se em direções opostas. Se as taxas de curto prazo subirem e as de longo prazo descerem, a curva “fica menos inclinada” enquanto no caso oposto “fica mais inclinada”, fazendo com que a estrutura de taxas forward implícitas seja afetada significativamente.

iii. Cenários alternativos

Assume-se um certo número de curvas diferentes consoante as várias hipóteses consideradas do nível da REFI numa determinada data. Para o cálculo da sensibilidade calculam-se várias margens financeiras com base nas várias curvas diferentes e comparam-se com a resultante do cenário base;

iv. Cenários de elasticidade

Existem produtos cuja resposta ao movimento do nível geral das taxas de juro pode revelar desfasamentos importantes. Estes resultados afetam a variabilidade da margem financeira e o valor atual dos instrumentos no balanço. Sabemos que alguns produtos têm maior amplitude de variação, estão mais indexados ao mercado do que outros, por isso construímos cenários em que alguns têm menor amplitude de variação que outros conseguindo assim uma maior aderência à realidade. l

## 2.2. Evolução do balanço

Tão importante como a construção de cenários para a evolução das taxas de juro é o ajustamento a modelos da evolução futura dos volumes dos diferentes produtos e linhas comerciais do balanço.

As hipóteses utilizadas são:

i. Balanço estático

Assume-se que os saldos se mantêm constantes e as operações que vencem são substituídas por operações novas com o mesmo montante e as condições previstas no orçamento para cada produto. As operações de caráter puramente financeiro deixam-se vencer. Este parâmetro emprega-se para controlo de limites;

ii. Balanço dinâmico

Assume as condições de volume e preço fixadas no plano orçamental para cada produto. Pode assumir também variantes dependentes da política comercial e/ou financeira que se pretenda simular.

Este exercício é efetuado com carácter mensal.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

## 3. Modelo “Risco de Taxa de Juro (Carteira Bancária)”

## EXPOSIÇÃO TOTAL EURO

			Impacto	
			dez-19	dez-18
Efeito nos Fundos Próprios de um choque de 200bp na curva de taxa de juro	Valor	+200bp	702	-64
		-200bp	-95	324
	% dos Fundos Próprios	+200bp	20,2%	-1,8%
		-200bp	-2,7%	9,3%

## EXPOSIÇÃO TOTAL USD

			Impacto	
			dez-19	dez-18
Efeito nos Fundos Próprios de um choque de 200bp na curva de taxa de juro	Valor	+200bp	20	28
		-200bp	-20	-30
	% dos Fundos Próprios	+200bp	0,6%	0,8%
		-200bp	-0,6%	-0,8%

Unidade: mEuros

## 13. Política de Remuneração

### A. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

---

(A «Declaração»)

A seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de Administração e Fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o «Banco»), a vigorar no ano de 2019, é proposta à Assembleia Geral de acionistas de aprovação das contas do exercício de 2018.

#### 1. Enquadramento

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor é o Anexo 5 da Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

A Política foi objeto de ligeiras alterações durante o ano 2018, no sentido de reforçar e atualizar a política atual e o propósito do banco ser reconhecido como um banco responsável.

Nos termos da Política, o Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, centradas na criação de valor a prazo e ser coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

A presente Declaração informa acerca do cumprimento pela Política dos diversos requisitos colocados pelo direito português, propondo aos acionistas do Banco a sua aprovação formal.

## 2. Aplicação da Política ao Banco

### 2.1. A remuneração dos órgãos sociais do Banco

Os órgãos sociais do Banco são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria:

- a) **Assembleia Geral.** O seu Presidente recebe uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, pago 12 vezes ano.
- b) **Comissão de Auditoria.** Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, pago 12 vezes ano.
- c) **Conselho de Administração / membros não executivos.** Os membros não executivos do Conselho de Administração, que não integrem a Comissão de Auditoria, recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, pago 12 vezes ano. Em situações devidamente fundamentadas e legalmente admitidas poderá ser autorizado pelos órgãos competentes o pagamento de um montante adicional.

Os administradores não executivos que, todavia, exerçam funções de Direção ou outras no Banco Santander S.A. ou em outras entidades do Grupo Santander, poderão ter ou não uma remuneração pelo exercício daquele cargo no Banco.

### 2.2. A remuneração dos administradores executivos do Banco

Os membros da Comissão Executiva auferem uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano, a qual é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, não se prevendo que represente em 2019 parcela inferior a 33% da remuneração total.

Poderá acrescer à remuneração fixa uma remuneração variável, definida nos termos da Política, e individualmente fixada pela Comissão de Vencimentos.

#### 2.2.1. Determinação da remuneração variável

A remuneração variável dos administradores executivos é determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo fixado para cada membro um valor de referência para cada exercício.

O valor final do prémio de desempenho e inerente remuneração variável será determinado no início do exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre a base de valor de referência e em função do cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos no enquadramento da pool disponível para o efeito.

A remuneração variável concreta é determinada considerando:

- a) Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos de acordo com os objetivos anuais;
- b) Uma avaliação qualitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo;
- c) Um ajuste excecional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/ou riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.

Os objetivos gerais para o ano de 2019 são os que constam do Anexo 6, que fazem parte da Declaração para todos os efeitos.

Caso as métricas quantitativas não atinjam um determinado patamar de cumprimento, o valor da remuneração variável não poderá ser superior a 50% do valor de referência para o exercício correspondente. Se o resultado das referidas métricas for negativo, o valor da remuneração variável será 0%.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos membros da Comissão Executiva e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

Os órgãos competentes para realizar a avaliação de desempenho individual anual são o Administrador Delegado do Grupo, relativamente ao presidente da Comissão Executiva do Banco, e o Presidente da Comissão Executiva,

relativamente aos restantes administradores executivos, sem prejuízo de reportes funcionais a estruturas do Grupo a que possa haver lugar.

#### 2.2.2. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2020 e parte diferida em três ou cinco anos, observados os seguintes parâmetros:
  - a. 60%, (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2020, em dinheiro e em ações;
  - b. O remanescente será pago anualmente, em três ou cinco partes iguais (conforme aplicável), em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas.
- b) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total, sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações.
- c) Adicionalmente, o Conselho de Administração do Grupo Santander aprovou uma política corporativa de retenção de ações, aplicável aos administradores executivos do Grupo Santander e a outros Diretivos do Grupo Santander (incluindo, em Portugal, o Country Head), que obrigará, decorrido um período transitório, a que os colaboradores em causa devam manter a todo o momento a titularidade sobre um volume de ações do Banco Santander equivalente a duas vezes a sua remuneração fixa anual.
- d) A parte diferida da remuneração variável, relativa ao terceiro ano e também do quarto e quinto ano, se for o caso, está sujeita, para além das condições malus e claw-back, ao cumprimento de objetivos do Grupo a longo prazo para o período 2019-2021, de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander, nos termos dos quais o valor da remuneração variável apenas poderá diminuir (mediante redução do pagamento em dinheiro ou em ações), tal como definidos para o ano em curso nos termos do Anexo 7.

- e) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (malus) ou reversão (claw-back) em vigor na Política, a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes. A faculdade de reduzir (malus), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (claw-back), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

#### 2.2.3. Identificação de parcelas diferidas e pagas de remuneração variável

Do exercício de 2015, foi pago em 2019 o último terço da remuneração variável diferida.

Do exercício de 2016, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2017, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2018, foi paga em 2019 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos ou cinco anos, conforme aplicável.

#### 2.2.4. Reforma

Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores, beneficiam de plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento aprovado pela Assembleia Geral do Banco em 30 de Maio de 2007, e alterado em Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 2018, conforme o disposto no número 4 do artigo 25.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adota, globalmente, o constante no regulamento que fora originalmente aprovado pela Assembleia Geral do Banco Totta & Açores em 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador.

As alterações introduzidas em Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 2018, visaram admitir expressamente a possibilidade de remição em capital do valor da pensão complementar, concedendo-se aos respetivos beneficiários uma opção que implicará, sempre que exercida, a neutralização para o Banco do risco de alterações do valor global da pensão complementar, exonerando-se em definitivo e mediante a entrega dos valores

contabilmente afetos ao cumprimento desta pensão de qualquer responsabilidade adicional perante os beneficiários que exerçam esta opção.

Adicionalmente, clarificou-se a situação de administradores executivos que exerçam o direito ao complemento de reforma por velhice ou invalidez e exerçam posteriormente outras funções não executivas no Banco.

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco e não obstante a suspensão do referido contrato, encontram-se cobertos por plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo Santander para todos os seus quadros diretivos e cujos termos foram aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, não tendo, nessas deliberações, sido atribuído direito de voto aos administradores que viriam a beneficiar de tal plano.

#### 2.2.5. Outra Regulamentação

Os administradores executivos beneficiam igualmente de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

Os administradores executivos beneficiam de seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a duas vezes o valor da remuneração fixa anual do titular em causa;

Não podem ser utilizados, pelo Administrador Executivo ou pelo banco a favor dele, quaisquer mecanismos de cobertura de risco ou afins. Esta regra é observada devendo ser anualmente confirmada pelo mesmo perante o Grupo.

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2019, montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

### 3. **Aspetos complementares**

#### 3.1. **Procedimentos de aprovação da Política**

A Política foi aprovada pelo Grupo Santander, adotando um conjunto de orientações nacionais e internacionais sobre a matéria, tendo o Banco posteriormente aderido à Política em 31 de Janeiro de 2017, após a realização de trabalhos de apresentação ao Comité de Remunerações do Banco e ao Conselho de Administração.

Esta Política foi, entretanto, objeto de alterações pontuais, que não afetaram a sua estrutura essencial.

A Política, nos termos em que foi aprovada, será complementada por um conjunto de orientações adicionais, de natureza essencialmente interpretativa.

O Comité de Remunerações do Banco é composto desde Janeiro de 2019 pela Dra. Isabel Mota (Presidente), Dr. Daniel Traça, Dr. José Carlos Sítima, Dr. Manuel Olazábal, Dra. Manuela Ataíde Marques e pela Dra. Remedios Ruiz (Vogais), sendo a maioria dos seus membros legalmente de qualificar como independente (Isabel Mota, Daniel Traça, Manuel Olazábal e Manuela Ataíde Marques).

Por seu lado, a Comissão de Vencimentos prevista no Código das Sociedades Comerciais, que determina os montantes efetivos de remunerações a pagar a todos os membros dos órgãos sociais, é composta pelos Senhores Dr. Jaime Pérez-Renovales e Roberto di Bernardini, ambos responsáveis do Grupo Santander.

A Mercer Portugal auxiliou o Banco (no ano 2017), enquanto consultor externo, nos trabalhos de transposição da aplicação da Política ao Banco.

### **3.2. Outros aspetos**

Não é previsível que, durante o ano de 2019, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2019.

Não existem benefícios não pecuniários, nem outras formas de remuneração para além das referidas na Declaração.

## **4. Cumprimento das regras sobre política de remuneração definidas pelo Banco de Portugal**

A Política do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos na regulamentação aplicável em Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo.

Desta forma, a determinação da remuneração total, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração e na Política anexa, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras materiais constantes da normativa portuguesa.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

A regulação aplicável determina ainda que seja realizada uma revisão, com periodicidade mínima anual, da política de remuneração do Banco e da sua implementação, de modo a garantir que a mesma é efetivamente aplicada, que os pagamentos das remunerações são os adequados e que o perfil de risco e os objetivos de longo prazo da instituição estão a ser adequadamente refletidos, e que a política está de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor, bem como com os princípios e recomendações nacionais e internacionais aplicáveis.

Esta revisão anual deve ainda incluir uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior e dos estabelecimentos "off-shore", em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos, de capital e de liquidez da instituição.

A avaliação referida foi efetuada, no respeito da regulação aplicável, pelo comité de remunerações do Banco, tendo participado de forma ativa as unidades responsáveis pelo exercício das funções de controlo, não tendo sido detetadas insuficiências.

## 5. Informação sobre o exercício de funções do Comité de Remunerações

Os membros do Comité de Remunerações foram eleitos na Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 2018, tendo obtido a não oposição do regulador para o exercício das suas funções em Janeiro de 2019.

As funções desempenhadas pelo Comité, correspondem ao previsto no respetivo regulamento interno, e consistem na formulação de juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração, bem como sobre os incentivos criados para efeitos de gestão de riscos, de capital e de liquidez, sendo ainda responsável pela preparação das decisões relativas à remuneração.

Lisboa, 23 de abril de 2019

## B. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A

---

(A «Declaração»)

Para os efeitos da presente Declaração, são considerados como Dirigentes do Banco e designados como o «Coletivo Identificado» ou os «Dirigentes», os trabalhadores que integrem algum dos coletivos seguidamente especificados e não sejam, simultaneamente, membros do órgão de administração:

- a) Os responsáveis que integrem o Grupo denominado «Faro», nos termos da política de remunerações do Grupo Santander (a «Política») aprovada em 24 Janeiro de 2017 e das suas posteriores revisões;
- b) A direção de topo e os responsáveis que desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco; e
- c) Os responsáveis que exercem a sua atividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, nomeadamente os responsáveis pelas Direções de Auditoria, Função Geral de Riscos do Banco e Compliance, bem como os responsáveis de demais áreas que sejam equiparadas a funções de controlo pelo Grupo Santander, nomeadamente o responsável máximo da área de Controlo de Gestão (os «Dirigentes das Funções de Controlo»).

A identificação atualizada das funções incluídas no Coletivo Identificado é o Anexo 5 da Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos legais.

### 1. Enquadramento

A Política é dirigida a todos os colaboradores do Grupo Santander, e estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial atualizada para língua portuguesa da Política é o Anexo 6 da Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

A Política é aplicável a todas as filiais do Grupo Santander, entre as quais se encontra o Banco, tendo o Conselho de Administração aderido formalmente à Política na sua versão atualizada (em Abril de 2019).

Nos termos da Política, o Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através da Política, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

A presente Declaração informa acerca da adequação da Política aos diversos requisitos colocados pelo direito português.

## 2. Aplicação da Política ao Banco

### Retribuição Fixa

- a) A retribuição fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A retribuição fixa é composta pela retribuição de base e por algumas prestações pecuniárias que são atribuídas a todos os trabalhadores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios, devidos nos termos legais ou contratuais;
- c) A retribuição fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho, a regulamentação coletiva do trabalho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- d) A retribuição fixa do Coletivo Identificado tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não se prevendo que represente, em 2019, uma parcela inferior a 55% da Remuneração Total.

#### 2.1. Determinação da remuneração variável

A remuneração variável é determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo fixado para cada membro um valor de referência para cada exercício.

O valor final do prémio de desempenho e inerente remuneração variável será determinado no início do exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre a base de valor de referência e em função do cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos.

A remuneração variável concreta é determinada considerando:

- a) Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos de acordo com os objetivos anuais;
- b) Uma avaliação qualitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo;
- c) Um ajuste excepcional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/ou riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.

Os objetivos gerais para o ano de 2019 são os que constam do Anexo 7, que fazem parte da Declaração para todos os efeitos.

Caso as métricas quantitativas não atinjam um determinado patamar de cumprimento, o valor da remuneração variável não poderá ser superior a 50% do valor de referência para o exercício correspondente. Se o resultado das referidas métricas for negativo, o valor da remuneração variável será 0%

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

Relativamente aos Dirigentes das Funções de Controlo, a determinação da remuneração variável obedece aos seguintes critérios: (i) avaliação individual do colaborador, tendo exclusivamente em conta os objetivos específicos relacionados com as funções por si exercidas; (ii) desempenho global do Banco e do grupo económico em que este se integra.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa dos Dirigentes das funções de controlo não pode ser superior a 100%.

A avaliação de desempenho dos Dirigentes, a realizar anualmente, é efetuada pelos respetivos superiores hierárquicos ou diretamente pelos Administradores Executivos com o pelouro respetivo quando exista uma relação de reporte direto. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa.

Sem prejuízo do disposto internamente quanto à fixação de objetivos e avaliação anual dos Dirigentes das Funções de Controlo, a sua remuneração será fiscalizada pelo Comité de Remunerações do Banco.

## 2.2. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2020 e parte diferida em três ou cinco anos, observados os seguintes parâmetros:
  - a. 60% (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2020, em dinheiro e em ações;
  - b. O remanescente será pago anualmente, em três ou cinco partes iguais (conforme aplicável), em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas. O Banco reserva-se, todavia (através dos seus órgão competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- b) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, sujeitas a condição de manutenção, durante um ano
- c) Para os responsáveis que integram o universo Faro, a parte diferida da remuneração variável, relativa ao terceiro ano e também do quarto e quinto ano, se for o caso, está sujeita para além das condições *malus*

e claw-back, ao cumprimento de objetivos do Grupo a longo prazo para o período 2019-2021, de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander, nos termos dos quais o valor da remuneração variável apenas poderá diminuir (mediante redução do pagamento em dinheiro ou em ações), tal como definidos para o ano em curso nos termos do Anexo 8.

- d) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (claw-back) em vigor na Política, a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes. A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (claw-back), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

### 2.3. Identificação de parcelas diferidas e pagas de remuneração variável

Do exercício de 2015, foi pago em 2019 o último terço da remuneração variável diferida.

Do exercício de 2016, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2017, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2018, foi paga em 2019 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

### 2.4. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objetivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Sem prejuízo de atribuições de âmbito casuístico e residual, resultantes de medidas tomadas no passado pelos primitivos empregadores (Crédito Predial Português, Banco Totta & Açores, Banco Santander Portugal e Banco Santander de Negócios Portugal), todos os Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- a) Seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação coletiva do sector bancário;
- b) Seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação coletiva do sector bancário.

Alguns trabalhadores beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander Negócios Portugal.

Alguns trabalhadores beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

Não podem ser utilizados, pelo Dirigente ou pelo Banco a favor dele, quaisquer mecanismos de cobertura de risco ou afins. Esta regra é observada devendo ser anualmente confirmada pelo mesmo perante o Grupo.

### 3. Aspetos complementares

#### 3.1. Procedimentos de aprovação da Política

A Política foi aprovada pelo Grupo Santander, adotando um conjunto de orientações nacionais e internacionais sobre a matéria, tendo o Banco posteriormente aderido à Política em 31 de Janeiro de 2017 e suas atualizações após a realização de trabalhos de apresentação ao Comité de Remunerações do Banco e ao Conselho de Administração.

A Política, nos termos em que foi aprovada, será complementada por um conjunto de orientações adicionais, de natureza essencialmente interpretativa.

#### 3.2. Outros aspetos

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2019.

Não existem benefícios não pecuniários, nem outras formas de remuneração para além das referidas na Declaração.

#### 4. Cumprimento das regras sobre política de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A Política do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos na regulamentação aplicável em Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo.

Desta forma, a determinação da remuneração total, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração e na Política anexa, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras materiais constantes da normativa portuguesa.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

A regulação aplicável determina ainda que seja realizada uma revisão, com periodicidade mínima anual, da política de remuneração do Banco e da sua implementação, de modo a garantir que a mesma é efetivamente aplicada, que os pagamentos das remunerações são os adequados e que o perfil de risco e os objetivos de longo prazo da instituição estão a ser adequadamente refletidos, e que a política está de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor, bem como com os princípios e recomendações nacionais e internacionais aplicáveis.

Esta revisão anual deve ainda incluir uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior e dos estabelecimentos "off-shore", em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos, de capital e de liquidez da instituição.

A avaliação referida foi efetuada, no respeito da regulação aplicável, pelo comité de remunerações do Banco, tendo participado de forma ativa as unidades responsáveis pelo exercício das funções de controlo, não tendo sido detetadas insuficiências.

Lisboa, 3 de junho de 2019

## C. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

---

(A «Declaração»)

A seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de Administração e Fiscalização da Santander Totta SGPS, S.A. (a «Sociedade»), a vigorar no ano de 2019, é proposta à Assembleia Geral de acionistas de aprovação das contas do exercício de 2018.

### 1. Enquadramento

O Grupo Santander adopta práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através das suas práticas, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

### 2. A remuneração dos órgãos sociais da Sociedade

#### 2.1 Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal:

- a) **Assembleia Geral.** Os seus membros não são remunerados pelo exercício das funções na Sociedade.
- b) **Conselho Fiscal.** Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, pago 12 vezes ano.

- c) **Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração não auferem quaisquer remunerações, pensões de reforma ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, nomeadamente pela sua principal filial, o Banco Santander Totta.

Os montantes pagos aos administradores e aos membros do órgão de fiscalização, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, totalizaram, no ano de 2018, o valor global de 6,4 milhões de euros.

### 3. Aspetos complementares

Todas as filiais da sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento do Grupo Santander.

Lisboa, 30 de abril de 2019

# ANEXO 1

Modelo das principais características dos instrumentos de fundos próprios

1	Emitente	Santander Totta SGPS, S.A.	Santander Totta SGPS, S.A.	Banco Santander Totta, S.A.	Banco Santander Totta, S.A.
2	Identificador único (por exemplo: CUSIPm ISIN ou identificador dBloomberg para colocação particular)	PTSTOBOM0008	PTSTAOM0009	PTBSREOM0028	PTCPPOE0004
3	Legislação(ões) aplicável(is) ao instrumento	Lei Portuguesa	Lei Portuguesa	Lei Portuguesa	Lei Portuguesa
<b>Tratamento regulamentar</b>					
4	Regras transitórias do RRF	Capital Nivel 1	Capital Nivel 1	Capital Nivel 2	Capital Nivel 2
5	Regras pós-transição do RRF	Admissível	Admissível	Admissível	Admissível
6	Elegíveis numa base individual/ (sub) consolidada/ individual e (sub)consolidada	Consolidado Grupo Portugal	Consolidado Grupo Portugal	Consolidado Grupo Portugal	Consolidado Grupo Portugal
7	Tipo de instrumento (a especificar por cada jurisdição)	Instrumentos de Capital Nivel 1	Instrumentos de Capital Nivel 1	Instrumentos de Capital de Nivel 2	Instrumentos de Capital de Nivel 2
8	Montante efetivamente reconhecido nos fundos próprios regulamentares (em milhões da unidade monetária a Dezembro 2014)	300	300	8	4
9	Montante nominal do instrumento	100 000 EUR	100 000 EUR	1. 000 EUR	1. 000 EUR
10	Classificação contabilística	Capital - dividendos	Capital - dividendos	Resultado líquido - Juros a pagar	Resultado líquido - Juros a pagar
11	Data original de emissão	22-06-2016	30-12-2015	06-10-2016	23-02-2001
12	Caráter perpétuo ou prazo fixo	Sim	Sim	Sim	Sim
13	Data de vencimento original	Sem vencimento	Sem vencimento	06-10-2026	Sem Vencimento
14	Opção de compra do emitente sujeita a aprovação prévia da supervisão	Sim	Sim	Sim	Sim
15	Data da opção de compra, datas condicionais da opção de compra e valor de resgate	22-06-2021	17-01-2021	a todo o tempo	a todo o tempo
16	Datas de compra subsequentes, se aplicável	Anual	Anual	não aplicável	não aplicável
<b>Cupões/ dividendos</b>					
17	Dividendo / cupão fixo e variável	Fixo	Fixo	Fixo	Variável
18	Taxa do cupão e eventual índice relacionado	10,5%	9,9%	7,5%	Euribor 6 Meses + 1.60% para os primeiros vinte períodos Euribor 6 Meses + 1.75% para os seguintes
19	Existência de um limite aos dividendos	Sim	Sim	Não	Não
20	Discrição total, discrição parcial ou obrigatoriedade	Discrição Total	Discrição Total	Obrigatoriedade	Obrigatoriedade
21	Exigência de reforços ou outros incentivos ao resgate	Não	Não	Não	Não
22	Não cumulativos ou cumulativos	Não cumulativo	Não cumulativo	Não cumulativo	Não cumulativo
23	Convertíveis ou não convertíveis	n/a	n/a	Não convertível	Não convertível
24	Se convertíveis, desencadeador(es) da conversão	n/a	n/a	n/a	n/a

1	Emitente	Santander Totta SGPS, S.A.	Santander Totta SGPS, S.A.	Banco Santander Totta, S.A.	Banco Santander Totta, S.A.
25	Se convertíveis, total ou parcialmente	n/a	n/a	n/a	n/a
26	Se convertíveis, total de conversão	n/a	n/a	n/a	n/a
27	Se convertíveis, conversão obrigatória ou facultativa	n/a	n/a	n/a	n/a
28	Se convertíveis, especificar em que tipo de instrumentos podem ser convertidos	n/a	n/a	n/a	n/a
29	Se convertíveis, especificar o emitente de instrumento em que serão convertidos	n/a	n/a	n/a	n/a
30	Características de redução do valor (write-down)	Sim	Sim	n/a	n/a
31	Em caso de redução do valor, desencadeador(es) dessa redução	Trigger Level: Min CET1 8%	Trigger Level: Min CET1 8%	n/a	n/a
32	Em caso de redução do valor, total ou parcial	Depende do valor da redução. Pode ser total ou parcial	Depende do valor da redução. Pode ser total ou parcial	n/a	n/a
33	Em caso de redução do valor, permanente ou temporária	Temporária	Temporária	n/a	n/a
34	Em caso de redução temporária do valor, descrição do mecanismo de reposição do valor (write-up)	Se o emitente apresentar resultados positivos, pode, sujeito ao montante máximo distribuível (MDA), aumentar o valor nominal do instrumento numa base pro rata com outros instrumentos equivalentes (loss absorbing e que permitem write down) até ao montante máximo de reposição do valor. Qualquer reposição não pode exceder o valor original do instrumento.	Se o emitente apresentar resultados positivos, pode, sujeito ao montante máximo distribuível (MDA), aumentar o valor nominal do instrumento numa base pro rata com outros instrumentos equivalentes (loss absorbing e que permitem write down) até ao montante máximo de reposição do valor. Qualquer reposição não pode exceder o valor original do instrumento.	n/a	n/a
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especificar o tipo de instrumento imediatamente acima na hierarquia de prioridades)	Instrumentos de Capital Nível 2	Instrumentos de Capital Nível 2	Outros passivos não cobertos por regimes de proteção de depósitos	Outros passivos não cobertos por regimes de proteção de depósitos
36	Características não conformes objeto de transição	Não	Não	Não	Não

# ANEXO 2

## Fundos Próprios Principais de nível 1 (FPP1): instrumentos e reservas

1	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão	1.970.515
2	Resultados transitados	-137.618
3	Outro rendimento integral acumulado (e outras reservas)	1.301.811
3a	Fundos para riscos bancários gerais	0
4	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484 (3) e dos prémios de emissão conexos sujeitos a eliminação progressiva dos FPP1	0
5	Interesses minoritários (montante permitido nos FPP1 consolidados)	0
5a	Lucros provisórios objeto de revisão independente líquidos de qualquer encargo ou dividendo previsível	0
6	Fundos Próprios Principais de nível 1 (FPP1) antes de ajustamentos regulamentares	3.134.708

## Fundos Próprios Principais de nível 1 (FPP1): ajustamentos regulamentares

7	Ajustamentos de valor adicionais (valor negativo)	-6.570
8	Ativos intangíveis (líquidos do passivo por impostos correspondente) (valor negativo)	-32.227
10	Ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura excluindo os decorrentes de diferenças temporárias (líquidos do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38 (3)) (valor negativo)	-105.281
11	Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa	-30.963
12	Montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes das perdas esperadas	-56.070
13	Qualquer aumento dos fundos próprios que resulte de ativos titularizados (valor negativo)	0
14	Ganhos ou perdas com passivos avaliados pelo justo valor resultantes de alterações na qualidade de crédito da própria instituição	-7.141
15	Ativos de fundos de pensões com benefícios definidos (valor negativo)	0
16	Detenções diretas e indiretas de uma instituição dos seus próprios instrumentos de FPP1 (valor negativo)	0
17	Detenções de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)	0
18	Detenções diretas, indiretas e sintéticas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0
19	Detenções diretas, indiretas e sintéticas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0
20	Conjunto vazio na EU	0
20a	(-) Montante da posição em risco dos seguintes elementos elegíveis para uma ponderação de risco de 1250 %, nos casos em que a instituição opta pela alternativa da dedução	-15.544
20b	(-) dos quais: detenções elegíveis fora do setor financeiro (valor negativo)	0
20c	(-) dos quais: posições de titularização (valor negativo)	-15.544
20d	(-) dos quais: transações incompletas (valor negativo)	0
21	Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (montante acima do limite de 10%, líquido do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38 (3) (valor negativo)	0
22	Montante acima do limite de 15% (valor negativo)	0
23	dos quais: detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades financeiras nas quais a instituição tem um investimento significativo	0

24	Conjunto vazio na EU	0
25	dos quais: ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias	0
25a	Perdas relativas ao exercício em curso (valor negativo)	0
25b	Encargos fiscais previsíveis relacionados com elementos de FPP1 (valor negativo)	0
26	Ajustamentos regulamentares aplicados aos FPP1 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRF (Regulamento (UE) No 575/2013)	-40.241
27	Deduções aos FPA1 elegíveis que excedem os FPA1 da instituição (valor negativo)	0
28	Total dos ajustamentos regulamentares aos fundos próprios principais de nível 1 (FPP1)	-294.036
29	Fundos próprios principais de nível 1 (FPP1)	2.840.672
30	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	0
31	dos quais: classificados como fundos próprios segundo as normas contabilísticas aplicáveis	0
32	dos quais: classificados como passivos segundo as normas contabilísticas aplicáveis	0
33	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484 (3) e dos prémios de emissão conexos sujeitos a eliminação progressiva dos FPA1	600.000
34	Fundos próprios de nível 1 considerados incluídos nos FPA1 consolidados (incluindo interesses minoritários não incluídos na linha 5) emitidos por filiais e detidos por terceiros	0
35	dos quais: instrumentos emitidos por filiais sujeitos a eliminação progressiva	0
36	Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1) antes dos ajustamentos regulamentares	600.000

#### Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1): ajustamentos regulamentares

37	Detenções diretas e indiretas de uma instituição nos seus próprios instrumentos de FPA1 (valor negativo)	0
38	Detenções de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)	0
39	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0
40	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0
41	Ajustamentos regulamentares aplicados aos FPA1 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRF e tratamentos de transição sujeitos a eliminação progressiva conforme prescrito no Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ou seja, montantes residuais RRF)	0
42	Deduções aos FP2 elegíveis que excedem o FP2 da instituição (valor negativo)	0
43	Total dos ajustamentos regulamentares dos fundos próprios adicionais (FPA1)	0
44	Fundos próprios adicionais (FPA1)	600.000
45	Fundos próprios de nível 1 (FP1 = FPP1 + FPA1)	3.440.672

#### Fundos próprios de nível 2 (FP2): instrumentos e provisões

46	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	11.874
47	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484 (5) e prémios de emissão conexos elegíveis sujeitos a eliminação progressiva dos FP2	0
48	Instrumentos de fundos próprios considerados incluídos nos FP2 (incluindo interesses minoritários e instrumentos dos FPA1 não incluídos nas linhas 5 e 34) consolidados emitidos por filiais e detidos por terceiros	0
49	dos quais: instrumentos emitidos por filiais sujeitos a eliminação progressiva	0
50	ajustamentos para o risco de crédito	61.232
51	Fundos próprios de nível 2 (FP2) antes dos ajustamentos regulamentares	73.106

**Fundos próprios de nível 2 (FP2): ajustamentos regulamentares**

52	Detenções diretas e indiretas de uma instituição nos seus próprios instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados (valor negativo)	0
53	Detenções de instrumentos dos FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)	0
54	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0
55	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0
56	Ajustamentos regulamentares aplicados aos FPA2 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRF e tratamentos de transição sujeitos a eliminação progressiva conforme prescrito no Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ou seja, montantes residuais RRF)	0
57	Total dos ajustamentos regulamentares dos fundos próprios de nível 2 (FP2)	0
58	Fundos próprios de nível 2 (FP2)	73.106
59	Fundos próprios totais (FPT = FP1 + FP2)	3.513.778
60	Total dos ativos ponderados pelo risco	18.681.337

**Rácios e reservas prudenciais de fundos próprios**

61	Fundos próprios principais de nível 1 (em % do montante das posições em risco)	15,21%
62	Nível 1 (em % do montante das posições em risco)	18,42%
63	Fundos próprios totais (em % do montante das posições em risco)	18,81%
64	Requisito de reservas prudenciais específico da instituição (requisito de FPP1 em conformidade com o artigo 92 (1) (a) mais requisitos de reservas prudenciais de conservação de fundos próprios e anticíclicas, mais reservas prudenciais do risco sistémico, mais reservas prudenciais de instituição sistémica (reservas prudenciais G-SII ou O-SII), expresso em % do montante das posições em risco)	2,75%
65	dos quais: requisito de reservas prudenciais de conservação de fundos próprios	2,50%
66	dos quais: requisito de reservas prudenciais anticíclicas	0,00%
67	dos quais: requisito de reservas prudenciais para o risco sistémico	0,00%
67a	dos quais: Reservas prudenciais de instituição de importância sistémica global (G-SII) ou de outras instituições de importância sistémica (O-SII)	0,25%
68	Fundos próprios principais de nível 1 disponíveis para efeitos de reservas prudenciais (em % do montante das posições em risco)	5,46%
69	(não relevante na regulamentação da UE)	0,00%
70	(não relevante na regulamentação da UE)	0,00%
71	(não relevante na regulamentação da UE)	0,00%

**Montantes abaixo do limiar para a dedução (antes da ponderação pelo risco)**

72	Detenções diretas e indiretas nos fundos próprios de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	2.507
73	Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	209.865
74	Conjunto vazio na UE	0
75	Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (montante abaixo do limite de 10%, líquidos do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38 (3))	160.481

**Limites aplicáveis à inclusão de provisões nos fundos próprios de nível 2**

76	Ajustamentos para o risco de crédito incluídos nos FP2 relativamente a posições em risco sujeitas ao método padrão (antes da aplicação do limite máximo)	0
77	Limite máximo à inclusão de ajustamentos para o risco de crédito nos FP2 de acordo com o método padrão	206.362
78	Ajustamentos para o risco de crédito incluídos nos FP2 relacionados com as posições em risco sujeitas ao método das notações internas (antes da aplicação do limite máximo)	68.035
79	Limite máximo à inclusão de ajustamentos para o risco de crédito nos FP2 de acordo com o método das notações internas	61.232

**Instrumentos de fundos próprios sujeitos a disposições de eliminação progressiva (aplicável apenas entre 1 de janeiro de 2012 e 1 de janeiro de 2022)**

80	- Limite máximo atual para os instrumentos de FPP1 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	0
81	- Montante excluído dos FPP1 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	0
82	- Limite máximo atual para os instrumentos de FPA1 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	0
83	- Montante excluído dos FPA1 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	0
84	- Limite máximo atual para os instrumentos de FP2 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	0
85	- Montante excluído dos FP2 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	0

## ANEXO 3

## Modelo transitório de divulgação dos fundos próprios

	a) MONTANTE À DATA DO REPORTE	b) REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013 REFERÊNCIA AO ARTIGO	c) MONTANTES SUJEITOS AO TRATAMENTO PRÉ- REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013 OU VALOR RESIDUAL PRESCRITO PELO REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013
<b>Fundos Próprios Principais de nível 1 (FPP1): instrumentos e reservas</b>			
1	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão	1.970.515	26 (1), 27, 28, 29, lista EBA 26 (3)
	dos quais: ações ordinárias	1.970.515	lista EBA 26 (3)
2	Resultados transitados	-137.618	26 (1) (c)
3	Outro rendimento integral acumulado (e outras reservas)	1.301.811	26 (1)
3a	Fundos para riscos bancários gerais	0	26 (1) (f)
4	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484 (3) e dos prémios de emissão conexos sujeitos a eliminação progressiva dos FPP1	0	486 (2)
5	Interesses minoritários (montante permitido nos FPP1 consolidados)	0	84, 479, 480
5a	Lucros provisórios objeto de revisão independente líquidos de qualquer encargo ou dividendo previsível	0	26 (2)
<b>6</b>	<b>Fundos Próprios Principais de nível 1 (FPP1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>3.134.708</b>	<b>0</b>
<b>Fundos Próprios Principais de nível 1 (FPP1): ajustamentos regulamentares</b>			
7	Ajustamentos de valor adicionais (valor negativo)	-6.570	34, 105
8	Ativos intangíveis (líquidos do passivo por impostos correspondente) (valor negativo)	-32.227	36 (1) (b), 37, 472 (4)
	Ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura excluindo os decorrentes de diferenças temporárias (líquidos do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38 (3)) (valor negativo)	-105.281	36 (1) (c), 38, 472 (5)
10	Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa	-30.963	33 (a)
11	Montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes das perdas esperadas	-56.070	36 (1) (d), 40, 159, 472 (6)
12	Qualquer aumento dos fundos próprios que resulte de ativos titularizados (valor negativo)	0	32 (1)
13	Ganhos ou perdas com passivos avaliados pelo justo valor resultantes de alterações na qualidade de crédito da própria instituição	-7.141	33 (b)
14	Ativos de fundos de pensões com benefícios definidos (valor negativo)	0	36 (1) (e), 41, 472 (7)
15	Detenções diretas e indiretas de uma instituição dos seus próprios instrumentos de FPP1 (valor negativo)	0	36 (1) (f), 42, 472 (8)
16	Detenções de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)	0	36 (1) (g), 44, 472 (9)
17	Detenções diretas, indiretas e sintéticas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0	36 (1) (h), 43, 45, 46, 49 (2) (3), 79, 472 (10)
18	Detenções diretas, indiretas e sintéticas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10 % e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0	36 (1) (i), 43, 45, 47, 48 (1) (b), 49 (1) to (3), 79, 470, 472 (11)
19	Conjunto vazio na EU	0	0
20a	(-) Montante da posição em risco dos seguintes elementos elegíveis para uma ponderação de risco de 1250 %, nos casos em que a instituição opta pela alternativa da dedução	-15.544	36 (1) (k)
20b	(-) dos quais: detenções elegíveis fora do setor financeiro (valor negativo)	0	36 (1) (k) (i), 89 to 91
20c	(-) dos quais: posições de titularização (valor negativo)	-15.544	36 (1) (k) (ii), 243 (1) (b), 244 (1) (b), 258
20d	(-) dos quais: transações incompletas (valor negativo)	0	36 (1) (k) (iii), 379 (3)
21	Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (montante acima do limite de 10%, líquido do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38 (3)) (valor negativo)	0	36 (1) (c), 38, 48 (1) (a), 470, 472 (5)
22	Montante acima do limite de 15% (valor negativo)	0	48 (1)
23	dos quais: detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades financeiras nas quais a instituição tem um investimento significativo	0	36 (1) (i), 38, 48 (1) (b), 470, 472 (11)
24	Conjunto vazio na EU	0	0
25	dos quais: ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias	0	36 (1) (c), 38, 48 (1) (a), 470, 472 (5)
25a	Perdas relativas ao exercício em curso (valor negativo)	0	36 (1) (a), 472 (3)
25b	Encargos fiscais previsíveis relacionados com elementos de FPP1 (valor negativo)	0	36 (1) (l)

	a) MONTANTE À DATA DO REPORTE	b) REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013 REFERÊNCIA AO ARTIGO	c) MONTANTES SUJEITOS AO TRATAMENTO PRÉ- REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013 OU VALOR RESIDUAL PRESCRITO PELO REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013	
26	Ajustamentos regulamentares aplicados aos FPP1 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRFPP (Regulamento (UE) No 575/2013)	-40,241	0	37,069
26a	Ajustamentos regulamentares relacionados com ganhos e perdas não realizados nos termos dos artigos 467 and 468	0	467, 468	
26b	Montante a deduzir ou adicionar aos FPP1 no que respeita aos filtros e deduções adicionais requeridos anteriormente ao RRFPP	0	481	
	Dos quais: Filtros prudenciais associados aos fundos de pensões	0	481	
	Dos quais: Dedução aos FPP1 do "Excesso de taxas de juro de depósitos"	0	481	
27	Deduções aos FPA1 elegíveis que excedem o FPA1 da instituição (valor negativo)	0	36 (1) (j)	
<b>28</b>	<b>Total dos ajustamentos regulamentares aos fundos próprios principais de nível 1 (FPP1)</b>	<b>-294.036</b>	<b>0</b>	<b>37.069</b>
<b>29</b>	<b>Fundos próprios principais de nível 1 (FPP1)</b>	<b>2.840.672</b>	<b>0</b>	<b>37.069</b>
<b>Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1): instrumentos</b>				
30	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	0	51, 52	
31	dos quais: classificados como fundos próprios segundo as normas contabilísticas aplicáveis	0	0	
32	dos quais: classificados como passivos segundo as normas contabilísticas aplicáveis	0	0	
33	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484 (3) e dos prémios de emissão conexos sujeitos a eliminação progressiva dos FPA1	600.000	486 (3)	
34	Fundos próprios de nível 1 considerados incluídos nos FPA1 consolidados (incluindo interesses minoritários não incluídos na linha 5) emitidos por filiais e detidos por terceiros	0	85, 86, 480	0
35	dos quais: instrumentos emitidos por filiais sujeitos a eliminação progressiva	0	486 (3)	
<b>36</b>	<b>Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1) antes dos ajustamentos regulamentares</b>	<b>600.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1): ajustamentos regulamentares</b>				
37	Detenções diretas e indiretas de uma instituição nos seus próprios instrumentos de FPA1 (valor negativo)	0	52 (1) (b), 56 (a), 57, 475 (2)	
38	Detenções de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)	0	56 (b), 58, 475 (3)	
39	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0	56 (c), 59, 60, 79, 475 (4)	
40	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0	56 (d), 59, 79, 475 (4)	0
41	Ajustamentos regulamentares aplicados aos FPA1 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRFPP e tratamentos de transição sujeitos a eliminação progressiva conforme prescrito no Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ou seja, montantes residuais RRFPP)	0	0	0
41a	Montantes residuais deduzidos aos FPA1 relativamente à dedução aos FPP1 durante o período de transição nos termos do artigo 472 do Regulamento (UE) No 575/2013	0	472, 472 (3) (a), 472 (4), 472 (6), 472 (8) (a), 472 (9), 472 (10) (a), 472 (11) (a)	
	Dos quais: Ativos incorpóreos	0	0	0
	Dos quais: insuficiência de provisões para perdas esperadas	0	0	0
41b	Montantes residuais deduzidos aos FPA1 relativamente à dedução aos fundos próprios de nível 2 (FP2) durante o período de transição nos termos do artigo 475 do Regulamento (UE) No 575/2013	0	477, 477 (3), 477 (4) (a)	0
	Of which items to be detailed by line, e.g., Reciprocal cross holdings in Tier 2 instruments, direct holdings of non-significant investments in the capital of other financial sector entities, etc.	0	0	
41c	Montante a deduzir ou adicionar aos FPA1 no que respeita aos filtros e deduções adicionais requeridos anteriormente ao RRFPP	0	467, 468, 481	0
42	Deduções aos FP2 elegíveis que excedem o FP2 da instituição (valor negativo)	0	56 (e)	0
<b>43</b>	<b>Total dos ajustamentos regulamentares dos fundos próprios adicionais (FPA1)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>44</b>	<b>Fundos próprios adicionais (FPA1)</b>	<b>600.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>45</b>	<b>Fundos próprios de nível 1 (FP1 = FPP1 + FPA1)</b>	<b>3.440.672</b>	<b>0</b>	<b>37.069</b>

	a) MONTANTE À DATA DO REPORTE	b) REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013 REFERÊNCIA AO ARTIGO	c) MONTANTES SUJEITOS AO TRATAMENTO PRÉ- REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013 OU VALOR RESIDUAL PRESCRITO PELO REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013
<b>Fundos próprios de nível 2 (FP2): instrumentos e provisões</b>			
46	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	11.874	62, 63
47	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484 (5) e prémios de emissão conexos elegíveis sujeitos a eliminação progressiva dos FP2	0	486 (4)
48	Instrumentos de fundos próprios considerados incluídos nos FP2 (incluindo interesses minoritários e instrumentos dos FPA1 não incluídos nas Linhas 5 e 34) consolidados emitidos por filiais e detidos por terceiros	0	87, 88, 480
49	dos quais: instrumentos emitidos por filiais sujeitos a eliminação progressiva	0	486 (4)
50	ajustamentos para o risco de crédito	61.232	62 (c) (d)
<b>51</b>	<b>Fundos próprios de nível 2 (FP2) antes dos ajustamentos regulamentares</b>	<b>73.106</b>	<b>0</b>
<b>Fundos próprios de nível 2 (FP2): ajustamentos regulamentares</b>			
52	Detenções diretas e indiretas de uma instituição nos seus próprios instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados (valor negativo)	0	63 (b) (i), 66 (a), 67, 477 (2)
53	Detenções de instrumentos dos FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)	0	66 (b), 68, 477 (3)
54	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0	66 (c), 69, 70, 79, 477 (4)
54a	Dos quais: novas detenções não sujeitas a disposições transitórias	0	0
54b	Dos quais: detenções existentes antes de 1 de janeiro de 2013 e sujeitas a disposições transitórias	0	0
55	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	0	66 (d), 69, 79, 477 (4)
56	Ajustamentos regulamentares aplicados aos FPA2 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRF e tratamentos de transição sujeitos a eliminação progressiva conforme prescrito no Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ou seja, montantes residuais RRF)	0	0
56a	Montantes residuais deduzidos aos FP2 no que respeita à dedução aos FPP1 durante o período de transição nos termos do artigo 472 do Regulamento (UE) No 575/2013	0	472, 472 (3) (a), 472 (4), 472 (6), 472 (8) (a), 472 (9), 472 (10) (a), 472 (11) (a)
	Dos quais: Ativos incorpóreos	0	0
56b	Montantes residuais deduzidos aos FP2 no que respeita à dedução aos FPA1 durante o período de transição nos termos do artigo 475 do Regulamento (UE) No 575/2013	0	475, 475 (2) (a), 475 (3), 475 (4) (a)
	Of which items to be detailed by line, e.g., Reciprocal cross holdings in AT1 instruments, direct holdings of non-significant investments in the capital of other financial sector entities, etc.	0	0
56c	Montante a deduzir ou adicionar aos FP2 no que respeita aos filtros e deduções adicionais requeridos anteriormente ao RRF	0	467, 468, 481
	Dos quais: Dedução de acordo com a Instrução no. 120/96	0	0
	Dos quais: montantes que têm de ser transferidos para FPA1	0	0
<b>57</b>	<b>Total dos ajustamentos regulamentares dos fundos próprios de nível 2 (FP2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>58</b>	<b>Fundos próprios de nível 2 (FP2)</b>	<b>73.106</b>	<b>0</b>
<b>59</b>	<b>Fundos próprios totais (FPT = FP1 + FP2)</b>	<b>3.513.778</b>	<b>0</b>
59a	Ativos ponderados pelo risco relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRF e tratamentos de transição sujeitos a eliminação progressiva conforme prescrito no Regulamento (UE) No. 575/2013 (ou seja, montantes residuais RRF)	0	0
	Dos quais: ... elementos não deduzidos aos FPP1 ( Regulamento (UE) No. 575/2013 (ou seja, montantes residuais)) (ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura líquidos do passivo por impostos correspondente e detenções diretas em investimentos significativos sujeitos a um ponderador de 250%)	0	472, 472 (5), 472 (8) (b), 472 (10) (b), 472 (11) (b)
	Dos quais: ... elementos não deduzidos aos FPP1 ( Regulamento (UE) No. 575/2013 (ou seja, montantes residuais)) (montante que pode não ser considerado em detenções de FPP1 de seguradoras na aplicação do método 1, 2 ou 3 do Anexo I da Directiva 2002/87/EC)	0	472, 472 (5), 472 (8) (b), 472 (10) (b), 472 (11) (b)
	Dos quais: ... elementos não deduzidos aos F2 ( Regulamento (UE) No. 575/2013 (ou seja, montantes residuais)) (Instrução no. 120/96)	0	477, 477 (2) (b), 477 (2) (c), 477 (4) (b)
<b>60</b>	<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>18.681.337</b>	<b>0</b>

		a) MONTANTE À DATA DO REPORTE	b) REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013 REFERÊNCIA AO ARTIGO	c) MONTANTES SUJEITOS AO TRATAMENTO PRÉ- REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013 OU VALOR RESIDUAL PRESCRITO PELO REGULAMENTO (UE) NO. 575/2013
<b>Rádios e reservas prudenciais de fundos próprios</b>				
61	Fundos próprios principais de nível 1 (em % do montante das posições em risco)	15,21%	92 (2) (a), 465	
62	Nível 1 (em % do montante das posições em risco)	18,42%	92 (2) (b), 465	
63	Fundos próprios totais (em % do montante das posições em risco)	18,81%	92 (2) (c)	
64	Requisito de reservas prudenciais específico da instituição (requisito de FPP1 em conformidade com o artigo 92 (1) (a) mais requisitos de reservas prudenciais de conservação de fundos próprios e anticíclicas, mais reservas prudenciais do risco sistémico, mais reservas prudenciais de instituição sistémica (reservas prudenciais G-SII ou O-SII), expresso em % do montante das posições em risco)	2,75%	CRD 128, 129, 130	
65	dos quais: requisito de reservas prudenciais de conservação de fundos próprios	2,50%	0	
66	dos quais: requisito de reservas prudenciais anticíclicas	0,00%	0	
67	dos quais: requisito de reservas prudenciais para o risco sistémico	0,00%	0	
67a	dos quais: Reservas prudenciais de instituição de importância sistémica global (G-SII) ou de outras instituições de importância sistémica (O-SII)	0,25%	CRD 131	
68	Fundos próprios principais de nível 1 disponíveis para efeitos de reservas prudenciais (em % do montante das posições em risco)	5,46%	CRD 128	
69	(não relevante na regulamentação da UE)	0,00%	0	
70	(não relevante na regulamentação da UE)	0,00%	0	
71	(não relevante na regulamentação da UE)	0,00%	0	
<b>Montantes abaixo do limiar para a dedução (antes da ponderação pelo risco)</b>				
72	Detenções diretas e indiretas nos fundos próprios de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	2.507	36 (1) (h), 45, 46, 472 (10), 56 (c), 59, 60, 475 (4), 66 (c), 69, 70, 477 (4)	2.507
73	Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	209.865	36 (1) (i), 45, 48, 470, 472 (11)	209.865
74	Conjunto vazio na UE	0	0	
75	Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (montante abaixo do limite de 10%, líquidos do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38 (3))	160.481	36 (1) (c), 38, 48, 470, 472 (5)	160.481
<b>Limites aplicáveis à inclusão de provisões nos fundos próprios de nível 2</b>				
76	Ajustamentos para o risco de crédito incluídos nos FP2 relativamente a posições em risco sujeitas ao método padrão (antes da aplicação do limite máximo)	0	62	
77	Limite máximo à inclusão de ajustamentos para o risco de crédito nos FP2 de acordo com o método padrão	206.362	62	
78	Ajustamentos para o risco de crédito incluídos nos FP2 relacionados com as posições em risco sujeitas ao método das notações internas (antes da aplicação do limite máximo)	68.035	62	
79	Limite máximo à inclusão de ajustamentos para o risco de crédito nos FP2 de acordo com o método das notações internas	61.232	62	
<b>Instrumentos de fundos próprios sujeitos a disposições de eliminação progressiva (aplicável apenas entre 1 de janeiro de 2012 e 1 de janeiro de 2022)</b>				
80	- Limite máximo atual para os instrumentos de FPP1 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	0	484 (3), 486 (2) (5)	
81	- Montante excluído dos FPP1 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	0	484 (3), 486 (2) (5)	
82	- Limite máximo atual para os instrumentos de FPA1 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	0	484 (3), 486 (3) (5)	
83	- Montante excluído dos FPA1 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	0	484 (3), 486 (3) (5)	
84	- Limite máximo atual para os instrumentos de FP2 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	0	484 (3), 486 (4) (5)	
85	- Montante excluído dos FP2 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	0	484 (3), 486 (4) (5)	

# ANEXO 4

## Modelo de divulgação do rácio de alavancagem

		Montantes aplicáveis
1	Total do Ativo de acordo com as demonstrações financeiras oficiais	52.502.478
2	Ajustamentos para entidades que, para efeitos contabilísticos são consolidadas, mas estão fora do perímetro de consolidação	0
3	Ajustamentos de activos fiduciários, reconhecidos no balanço, resultantes da aplicação das normas internacionais de contabilidade, mas excluídas do rácio de alavancagem, de acordo com o artigo 429 (11) do Regulamento (UE) No. 575/2013	0
4	Ajustamentos relativos a instrumentos financeiros derivados	-162.469
5	Ajustamentos relativos a operações financeiras sobre valores mobiliários (SFTs)	0
6	Ajustamentos de rubricas fora de balanço (isto é, conversão para equivalentes a crédito de montantes de exposição fora de balanço)	851.178
7	Outros ajustamentos	-177.091
<b>8</b>	<b>Exposição do rácio de alavancagem</b>	<b>53.014.096</b>
		<b>Exposições do rácio de alavancagem de acordo com CRR</b>
<b>Exposições de balanço (excluindo derivados e SFTs)</b>		
1	Rubricas de balanço (excluindo derivados e SFTs, mas incluindo colateral)	51.328.079
2	Montantes do ativo deduzidos no apuramento dos fundos próprios de nível 1	-177.091
3	Total da exposição do balanço (excluindo derivados and SFTs) (soma da linha 1 e 2)	51.150.988
<b>Exposição de derivados</b>		
4	Custo de substituição das transações de derivados	873.502
4	Montantes adicionais de exposição para perdas futuras com transações de derivados	138.429
UE-5a	Exposição determinada pelo Método de Exposição Original	0
6	conjunto vazio na UE	
7	conjunto vazio na UE	
8	conjunto vazio na UE	
9	conjunto vazio na UE	
10	conjunto vazio na UE	
11	Total da exposição de derivados (soma das linhas 4 a 5)	1.011.930
<b>Exposições de operações financeiras sobre valores mobiliários (SFTs)</b>		
12	conjunto vazio na UE	0
UE-12a	Exposição SFT de acordo com o artigo 220 do Regulamento (UE) No. 575/2013	0
UE-12b	Exposição SFT de acordo com o artigo 222 do Regulamento (UE) No. 575/2013	0
13	conjunto vazio na UE	
14	conjunto vazio na UE	
15	conjunto vazio na UE	
16	Total das exposição de operações financeiras sobre valores mobiliários (SFTs)	0

<b>Exposições fora de balanço</b>		
17	Exposição nominal bruta de rubricas fora de balanço	6.838.069
18	Ajustamentos para conversão em montantes equivalentes a crédito	-5.986.891
19	Total de exposições fora de balanço (soma das linhas 17 e 18)	851.178
<b>Fundos próprios e exposição total</b>		
20	Fundos próprios de nível 1	3.440.672
UE-21a	Exposição de entidades do sector financeiro de acordo com o artigo 429 (4) 2º sub-parágrafo do Regulamento (UE) No. 575/2013	0
21	Total das Exposições (soma das linhas 3, 11, 16, 19 e 21a)	53.014.096
<b>Rácio de alavancagem</b>		
22	Rácio de alavancagem no final do trimestre	6,49%
UE-22a	Rácio de alavancagem (média mensal dos rácios de alavancagem dos últimos três meses)	6,49%
<b>Escolha do enquadramento da CRR e do montante desreconhecido de rubricas fiduciárias</b>		
UE-23	Escolha do enquadramento para a definição da medida de capital	Versão phasing-in
UE-24	Montante desreconhecido da rubrica fiduciária de acordo do artigo 429 (11) do Regulamento No. 575/2013	0

**Exposições do rácio  
de alavancagem de  
acordo com CRR**

UE-1	Total da exposição do balanço (excluindo derivados e SFTs), das quais:	51.328.079
UE-2	Exposições da carteira de negociação	0
UE-3	Exposições da carteira bancária, das quais:	51.328.079
UE-4	Obrigações cobertas	0
UE-5	Exposições tratadas como soberanas	12.133.404
UE-6	Exposições sobre administrações governamentais regionais, MDB, organizações internacionais e entidades do setor público não tratadas como soberanas	465.271
UE-7	Exposições sobre instituições	1.505.015
UE-8	Exposições garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	19.958.045
UE-9	Exposições sobre a carteira de retalho	3.133.260
UE-10	Exposições sobre empresas	8.935.908
UE-11	Exposições em situação de incumprimento	758.784
UE-12	Outras exposições (por exemplo, ações, securitizações, e outros activos diferentes de compromissos de crédito)	4.438.392